UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

TANIA MARIA DE MAIO LEITAO

ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GOIÁS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

GOIÂNIA, 2012

sistema de bibliotecas ufg

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Tania Maria de Maio Leitão/taniademaio@yahoo.com.br					
E-mail:						
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [X] Sim [ ] Não						
Vínculo empregatício do autor		Não				
Agência de fomento:		CAPES			Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO		CNPJ:	48807044153	
Título:	Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX.					
Palavras-chave:	Abastecimento, alimento, fome, viajantes, agropecuária.					
Título em outra língua:	GOIÁS FOOD SUPPLY IN THE FIRST HALF OF THE NINETEENTH CENTURY.					
Palavras-chave em outra língua:	Food supply, Agricultural, food, hunger, farm Travelers.					
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades.					
Data defesa:	06/07/2012					
Programa de Pós-Graduação:	História					
Orientador (a):	Sonia Maria de Magalhães					
E-mail:	Soniademagalhaes@yahoo.com.br					
Co-orientador (a):*						
E-mail:						

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

____ Data: _____ / _____ / ______

Assinatura do (a) autor (a)

TANIA MARIA DE MAIO LEITAO

ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GOIÁS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do titulo de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria de Magalhães

GOIÂNIA, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG/mr

L533a Leitão, Tania Maria de Maio.
Abastecimento alimentar na primeira metade do século XIX [manuscrito] / Tania Maria de Maio. – 2012.
142 f. : il.

Orientadora: Prof.ª Drª. Sônia Maria de Magalhães.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2012.
Bibliografia.
Inclui lista de mapas e quadros.

1. Abastecimento alimentar – Goiás (Estado) – Séc. XIX.

CDU:351.778.2(817.3)

Tania Maria de Maio Leitão

ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM GOIÁS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em História

Aprovada em _____________pela seguinte Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhaes (UFG)

Presidente

Profa. Dra. Maria Amélia Garcia Alencar (UFG)

Membro

Profa. Dra. Maria do Carmo Pires (UFOP)

Membro

Prof. Dr. Rafael Saddi Teixeira (UFG)

Suplente

À todos os que compartilham o amor

pela História.

Agradecimentos

À Deus, que me deu tudo na vida, inclusive o amor pela História.

À Profa. Sonia Maria de Magalhães, orientadora segura e capaz, que sempre esteve presente, norteando as investigações, ajudando-me a desvendar os caminhos da pesquisa e dando valiosas sugestões ao trabalho. Sua dedicação trouxe confiança e conforto nas horas difíceis. Sorte dos seus alunos.

À Profa. Maria Amélia de Alencar Luz, pelas preciosas contribuições à minha formação acadêmica, desde os tempos da Graduação, Pós-Graduação até o Mestrado. Seus conselhos sempre foram muito proveitosos.

A todos os professores da Graduação e Pós-Graduação, que a cada dia me lembravam do motivo da minha escolha pela História. Sua proficiência me inspirou a buscar o melhor do conhecimento.

Aos meus colegas de jornada, que tornaram tudo mais interessante e saboroso. A conversa, dicas, troca de livros e materiais foram preciosas contribuições nessa caminhada. Em especial à amiga Alynne, que partilhou comigo as agruras do mestrado, tornando as coisas mais fáceis. Alynne, “o choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”.

A minha querida amiga Larissa, que me acompanhou por todo o caminho, sendo auxílio de valor inestimável. Seu desprendimento foi fundamental para a realização deste trabalho, cuidando da formatação e de todas essas coisas chatas que não consigo aprender. Suas madrugadas serão doravante mais interessantes do que corrigir os textos da amiga.

Ao meu esposo Gerson e meus filhos Christian e Alessandra, que foram compreensivos e generosos por toda a jornada. Sem vocês, nada disso importaria.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual esse trabalho não seria possível.

Um visitante francês viu os goianos roendo pequis e tomou um na mão e perguntou:
— Comment s’appele ça?
Ai responderam:
— Isso não se pela, não, come-se assim mesmo.
— Comment? – retrucou o francês
— Com a mão, com a boca, do jeito que o senhor quiser.
— Vous ne me comprenez pás?
— Não precisa comprar pá, não senhor. Com a mão mesmo e com muito cuidado com os espinhos.
— Comment?
— Isso, com a mão, do jeito que quiser! ô italiano besta!..
.

Bariani Ortencio, 1967

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo a análise do processo do abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX. Foi possível perceber os efeitos da crise que se abateu na Capitania/Província ao longo do período, em razão do declínio da produção aurífera, e a busca por outras atividades que proporcionassem o reordenamento econômico necessário à continuidade do progresso da Província. As crises de abastecimento que resultaram por vezes em fome declarada procederam, em parte, dos problemas estruturais e conjunturais pelos quais Goiás passou no período. A baixa fertilidade do solo, as técnicas rudimentares na atividade agropecuária, as más condições das estradas, a falta de investimentos governamentais e os altos impostos, foram fatores que contribuíram para a manifestação do quadro de dificuldades encontrado pelos viajantes estrangeiros que visitaram Goiás nesse período. Contudo, evidenciou-se que, apesar dos obstáculos, havia certo grau de atividade econômica, patenteado pelo comércio articulado entre as localidades goianas e com outras Províncias.

Palavras-chave: Abastecimento, alimentos, fome, agropecuária, viajantes.

Abstract

This study objective to analyze the process of food supply in Goiás in the first half of the nineteenth century. It was possible to realize the effects of the crisis that struck in the Province over the period, due to the decline in gold production, and the pursuit of other activities that provide a needed economic redevelopment to the continued progress of the Province. The supply crises that sometimes resulted in famine declared carried, in part, of structural and cyclical problems for which the period spent Goiás. The low soil fertility, the basic techniques in agricultural activities, poor roads, lack of government investment and high tax rates, were factors that contributed to the manifestation of the frame work of difficulties encountered by foreign travelers visiting Goias in this period. However, it became clear that, despite the obstacles, there was some degree of economic activity, patented articulated by trade between locations Goiás and other provinces.

Keywords: Food supply, Agricultural, food, hunger, farm travelers.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Rendimento médio anual do ouro no Brasil. **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 2 - Produção do ouro em Goiás .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 3 - Relação de Sítios e Lavouras em Goiás (1796) – Julgados do Sul .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 4 - Tabela estatística dos principais Sítios e Lavouras em Goiás (1828) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 5- Mapa das produções de Vila Boa e dos sete julgados do Sul – Goiás (1804) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 6- Relação de Sítios e Lavouras em Goiás (1796) – Julgado do Norte .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 7 - Tabela estatística dos principais Sítios e Lavouras em Goiás (1828) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 8 - Mapa das produções dos seis julgados do Norte - Goiás (1804) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 9 - Fazendas de Gado em Goiás – Julgados do Sul (1828) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 10 - Fazendas de Gado em Goiás – Julgados do Norte (1828) **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 11 – Abastecimento regional na Província de Goiás, 1824. .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro12 – Fluxos comerciais inter-regionais – Goiás – (1819 1843)------------------------- **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro13 – Fluxos comerciais interprovinciais de gêneros alimentícios – Goiás (1818-1843) .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro14 – Principais Registros e Contagens – Goiás – (1732-1812) **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 15 – Preços em Goiás e no Pará – 1806 .... **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 16 – Relação de produtos exportados para o Pará – 1806 e 1807 **Ошибка! Закладка не определена.**

Quadro 17–Relação de produtos exportados para o Pará - 1851.......... **Ошибка! Закладка не определена.**

Lista de Mapas

Mapa 1 - Roteiro de viagem de Saint Hilaire pela Capitania de Goiás (1819) 51

Mapa3 - Roteiro de Pohl pela Capitania de Goiás. (1818-1820) 62

Mapa 4 - Roteiro de viagem de Gardner pela Província de Goiás (1839-1840) 66

Mapa 5 - Área de mineração de ouro – Goiás – século XVIII 70

Mapa 6 - Vilas e Arraiais do século XVIII – Goiás Século XVIII...78

Mapa 7 – Principais áreas comerciais – Goiás – Período colonial...100

Mapa 8 – Principais caminhos coloniais – Goiás - Século XVIII..107

Sumário

Lista de Quadros 12

Lista de Mapas 13

INTRODUÇÃO 15

CAPITULO 1 – O abastecimento alimentar no Brasil 16

1.1 - O abastecimento no Brasil sob o olhar estrangeiro: Os cronistas do período colonial.------------17

1.2 - O abastecimento na historiografia 28

CAPITULO 2 – Abastecimento alimentar em Goiás: impressões dos viajantes estrangeiros do século XIX 36

2.1 - Viajantes estrangeiros do século XIX no Brasil 37

2.2 – Os viajantes estrangeiros do século XIX em Goiás 40

2.2.1 – Augusto de Saint Hilaire 40
2.2.2 – Luiz D'Alincourt 52
2.2.3 – John Emanuel Pohl 56
2.2.3 – George Gardner 63

CAPITULO 3 – Abastecimento alimentar em Goiás no século XIX: produção, comércio e políticas públicas. 67

3.1 – O inicio da ocupação em Goiás e o abastecimento. 68

3.2 – Agricultura 73

3.3 – A Pecuária 88

3.4 – O Comércio 94

3.6 – Conjuntura de crise: algumas reflexões. 126

Considerações finais 131

Fontes 134

BIBLIOGRAFIA 136

Introdução

Este trabalho surgiu da intenção de se pesquisar o abastecimento de gêneros alimentícios em Goiás na primeira metade do século XIX. O abastecimento compreende o suprimento de uma população daquilo que lhe é necessário, de modo que nada falte.[2] Para que se possa realizar a análise das circunstâncias desse abastecimento é fundamental que se proceda a investigação das bases materiais de produção, das relações de trocas e da configuração das instituições politicas sobre as quais se assenta a sociedade, bem como determinar as articulações entre esses três institutos.

Pretende-se com essa pesquisa contribuir com os estudos historiográficos sobre o tema do abastecimento alimentar no Brasil do século XIX. Tradicionalmente a historiografia pautou suas análises sobre a economia brasileira nos ciclos exportadores e nas relações de dependência entre o Brasil e a metrópole portuguesa. Porém, estudos mais recentes tem estabelecido que houve certo grau de autonomia nas atividades produtivas e comerciais e relativa independência na organização da economia interna da colônia. Nas regiões mineradoras é possível verificar, por meio da documentação, o desenvolvimento de atividades econômicas paralelas à extração mineral, de forma a relativizar a decadência atribuída aos centros auríferos no período pós-mineração. Também pretendemos estabelecer, sem esgotar o assunto e dentro dos limites deste trabalho, as particularidades do abastecimento alimentar em Goiás e os níveis de produção no período em apreço.

Na primeira metade do século XIX, com o declínio da produção aurífera, Goiás vivia um momento de reestruturação econômica e de busca por outras atividades que fossem capazes de dar continuidade ao crescimento da província. Na esteira do esgotamento da capacidade produtiva das minas, que já vinha ocorrendo gradativamente desde o final do século XVIII, as autoridades foram impelidas a encorajar o desenvolvimento de atividades produtivas necessárias ao sustento da população. [3]

A história de Goiás no século XIX está repleta de referências às crises de abastecimento alimentar. Podemos encontrar menções a diversos períodos de fome nas mais diferentes fontes encontradas. Desde os relatos dos viajantes estrangeiros, aos clamores da população por mantimentos, passando pelas falas das autoridades e pelas atuações das câmaras municipais no controle da distribuição de alimentos até às medidas governamentais

---

[2]BARROSO, M. E. G. -**Dicionário Aurélio Eletrônico** - V. 1. 3, Editora Nova Fronteira, 1994.
[3]FUNES, Eurípedes. A. Goiás 1800-1850: **Um período de transição da mineração à agropecuária.** Goiânia: UFG, 1986.

visando o incremento da produção e do comércio, é impossível ignorar o passado de escassez e penúria. Contudo, seja pelos escritos dos viajantes e dos memorialistas ou pelas falas das autoridades, foi o habitante da província o mais responsabilizado pela situação estabelecida. A ele foram atribuídas as características da apatia, da ociosidade, da preguiça e da indolência e foram essas as causas principais da falta de alimentos e da pouca expressividade do comércio. Foi mesmo a população goiana tão indolente e apática a ponto de deixar a labuta diária e entregar-se à ociosidade até que faltassem alimentos básicos para a manutenção da vida?

Afigura-se mais plausível a possibilidade de que houve uma "estrutura da fome", conforme sugere Francisco Carlos Teixeira da Silva, onde diversos mecanismos atuam em conjunto para estabelecer uma situação de crise de abastecimento. O autor define crise de subsistência como o entrelaçamento de três fenômenos: falta, carestia e fome. A falta é caracterizada pela a diminuição de determinados alimentos, geralmente básicos, no mercado. A carestia é o aumento de preços e costuma ser uma consequência da falta. A fome acontece quando até os alimentos mais básicos já não podem ser encontrados à disposição mesmo quando há dinheiro disponível para comprá-lo. [4] As crises de subsistência em Goiás no século XIX apresentaram características desses três fenômenos.

René Valeri classifica a fome em calórica e especifica. A fome calórica, de acordo com o autor, acontece de forma mais frequente e contínua, presente nas camadas mais pobres da população. Se for prolongada ao extremo pode levar à morte. Por outro lado, a fome especifica pode manter a vida em más condições e surge ocasionalmente, atingindo também os estratos sociais não acostumados a sofrer seus efeitos. Para o autor, a fome é sentida quando há carência dos alimentos básicos à manutenção da vida. Valeri afirma que a alimentação divide-se em três categorias fundamentais: os alimentos básicos à manutenção da vida, como os carboidratos (cereais, tubérculos), os alimentos de acompanhamento, que servem para variar e complementar o alimento de base e os condimentos, que são adicionados aos primeiros para lhes melhorar o sabor, mas que não podem ser consumidos sozinhos. O autor afirma, ainda, que "a agricultura alimenta uma população mais numerosa do que o faz a caça ou o gado, mas na ausência de vastos mercados e transportes adequados, pode tornar-se muito mais vulnerável aos riscos eventuais". [5]

---

[4]SILVA, Francisco Carlos Teixeira da**. A morfologia da escassez**: crises de subsistência e politica econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790) Tese de Doutorado em História – UFF, Niterói, 1997.
[5]VALERI, René. Alimentação. Enciclopédia Einaudi. Homo - **Domesticação Cultura Material.** Lisboa Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 16, 1987, p.190-209.

Neste trabalho, intentamos pesquisar as formas de abastecimento alimentar em Goiás no século XIX a partir de uma série de documentos selecionados para tal proposito, quais sejam: os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o território goiano no período analisado, cartas e relatórios dos presidentes de Província e jornais que circularam à época em questão.

A escolha dos relatos dos viajantes europeus como fonte para essa investigação se deu em razão da finalidade de dar voz aos testemunhos *in loco* advindos de outra perspectiva, a estrangeira, sem, contudo, descuidarmos das críticas pertinentes aos documentos evocados.

Os viajantes estrangeiros que atravessaram o Brasil no século XIX inserem-se no contexto de abertura do território brasileiro ao conhecimento das outras nações por meio das expedições cientificas, autorizadas e incentivadas pela Coroa portuguesa a partir da vinda da Corte para a colônia em 1808. Essas expedições, de cunho cientifico, representavam o interesse dos estrangeiros, mas também das autoridades governamentais, em promover estudos sistemáticos que revelassem as riquezas e potencialidades do novo território, permitindo assim a exploração dos recursos naturais, bem como a descoberta e catalogação da fauna e flora para estudos científicos e enriquecimento das coleções dos museus europeus.

Os relatórios dos Presidentes de Província, mensagens obrigatórias instituídas por lei, informavam sobre aspectos gerais do andamento da província, para orientar ações governamentais. Esses documentos proporcionam uma ideia das condições estruturais da província, em suas variadas configurações, nos auxiliando na tarefa de levantar dados relativos às politicas publicas de abastecimento alimentar. Os jornais que circularam à época, por sua vez informam sobre os produtos disponíveis à população e a existência e amplitude de um mercado consumidor de produtos importados na região. É possível observar os tipos de gêneros colocados à disposição do consumidor, atentando para as mudanças e permanências nos hábitos de consumo dessa sociedade.

A estrutura deste trabalho compreende três capítulos. O primeiro deles trata das questões concernentes ao abastecimento alimentar numa perspectiva mais geral, explorando aspectos relativos à estrutura e conjuntura do abastecimento do Brasil colonial e imperial sob a ótica das crônicas dos primeiros escritores que se debruçaram sobre o Brasil e, posteriormente, da historiografia mais contemporânea sobre o tema.

O segundo capitulo versa sobre as impressões dos viajantes estrangeiros do século XIX a respeito da produção, circulação e consumo de alimentos em território goiano. É possível contemplar nos relatos dos viajantes estrangeiros visões da dinâmica produtiva da província, bem como aspectos do consumo alimentar e das condições da estrutura comercial

regional e interprovincial à época. Os dados extraídos permitem uma visão dinâmica das características da vida econômica da região.

O terceiro capitulo tratará das questões relativas ao abastecimento sob a perspectiva das politicas públicas tal como se manifestam nas cartas e relatórios dos presidentes da província, bem como nas medidas tomadas para minimizar o desabastecimento alimentar no período. Na primeira metade do século XIX, as autoridades governamentais estimularam a expansão das atividades agrícolas e moveram esforços para vencer os embaraços que obstruíam o desenvolvimento da Província. Os desafios enfrentados pela população e governo serão objeto de nossas reflexões.

CAPITULO 1 – O abastecimento alimentar no Brasil

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Pedro Álvares Cabral[6]

[6]PEREIRA, Paulo Roberto**. Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

1.1 - O abastecimento no Brasil sob o olhar estrangeiro: Os cronistas do período colonial

A produção de alimentos no Brasil situa o país entre os três principais abastecedores do mercado mundial. Hoje, somente Estados Unidos e União Europeia superam o volume de exportações de alimentos realizado pelo Brasil.[7] Projeções realizadas pelo governo brasileiro o colocam na dianteira do agronegócio num futuro próximo. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, o Brasil deve avançar na produção de alimentos e consolidar posição de liderança como potência agropecuária nos próximos anos.[8] Diversos fatores são arrolados como responsáveis por garantir o avanço da agropecuária brasileira nos últimos tempos. Entre eles, são elencados os recursos naturais abundantes, diversidade de produtos e o crescimento da produtividade das lavouras. Essa inclinação para grande produtor de alimentos foi vislumbrada já pelos cronistas e viajantes estrangeiros nos primeiros tempos de existência da colônia portuguesa na América. Contudo, antes que a região granjeasse a fama de "celeiro do mundo", a fome, a escassez e a penúria foram notórias nessas paragens.

As belezas naturais e a fertilidade do Brasil chamaram a atenção do olhar estrangeiro nas descrições feitas por visitantes à colônia portuguesa desde o século XVI. Nos primeiros tempos de colonização, mais de uma centena de viajantes provenientes de diversos países escreveram sobre a paisagem e os costumes dos habitantes do Novo Mundo, destacando, em linhas gerais, a exuberância e a prodigalidade da terra.

Os primeiros cronistas que escreveram sobre o país se encantaram com a exuberância e fartura de víveres, enaltecendo a abundância de frutas silvestres, legumes, aves, peixes e animais, disponíveis em profusão. Esses relatos contêm descrições da paisagem e modo de vida dos habitantes daqueles primeiros tempos, notadamente os indígenas em sua capacidade de tirar o sustento da terra. Embora tenham realizado um trabalho descritivo de rara importância para o levantamento das condições socioeconômicas e da paisagem geográfica à época, seus relatos inserem-se no contexto das narrativas que refletiam a mentalidade à época, quando os mitos medievais ainda se faziam presentes no imaginário da população europeia e dos navegantes colonizadores do Novo Mundo. [9]

---

[7]Fonte:http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm. Acesso em: 25/07/2011

[8]Fonte:http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/projecoes-do-agronegocio Acesso em: 25 de junho de 2011.

[9] HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraiso**. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

Nos primórdios da colonização do Brasil, os visitantes europeus encantaram-se com a paisagem tropical, as possibilidades que pareciam infinitas, a abundância e a fartura de provisões das terras recém-conquistadas.

O primeiro louvor de estrangeiros sobre as maravilhas naturais do Brasil veio da carta de Pero Vaz de Caminha. Em seu relatório da descoberta ele exalta as belezas naturais e a inocência dos habitantes da nova terra. Lugar de bons ares e muitas aguas, a vegetação luxuriante atestando a fertilidade do solo. Ainda no inicio do século XVI, Américo Vespúcio mostra seu deslumbramento com a magnificência da natureza recém-encontrada. Em sua carta *Mundus novus,* em 1503, ele expressa todo o encantamento que viria a ser a tônica dos relatos dos visitantes do novo mundo. Descreve o clima ameno, a terra fértil, as colinas e montes, vales e abundantes rios, com selvas vastas e cheias de todo tipo de animais selvagens. As árvores dariam frutos sem cultivo e os frutos seriam saborosíssimos. Vespúcio chega a afirmar que, se houvesse um paraíso terrestre, com certeza se situaria nessa região. [10]

André Thévet, monge franciscano nascido em 1502, foi um explorador e cosmógrafo francês que viajou com a comitiva do Almirante Nicolas Durand de Villegagnon para a Baia de Guanabara, quando foi fundada a França Antártica. Thévet ficou pouco mais de três meses na colônia francesa e, de volta à Europa, publicou, em 1557, um relato da viagem ao Brasil.[11] O cronista fez um registro da fauna e flora brasileiras, mas principalmente dos costumes dos indígenas, servindo, provavelmente, como base para os relatos posteriores de outros cronistas. Sempre acentuando a variedade da fauna, a fertilidade da terra e a exuberância da paisagem, o autor arrolou uma série de animais, aves e vegetação, alguns dos quais provavelmente não conheceu pessoalmente. Seus relatos inserem-se na categoria de escritos de descrição geográfica e fantasiosa, do qual fariam parte muitos dos relatos de cronistas estrangeiros. [12]

Jean de Léry, artesão e seminarista francês, viajou ao Brasil em 1556, também acompanhando um grupo de missionários protestantes à França Antártica, numa tentativa de colonização do território português. O viajante ficou pouco menos de um ano na colônia e acabou sendo expulso junto com outros missionários por causa de uma querela religiosa entre católicos e protestantes, transplantada da Europa para a colônia portuguesa. O relato de Léry só foi publicado quase vinte anos após sua estada no Brasil, baseado em anotações e em suas

---

[10] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. No novo mundo, o lugar mais próximo do Paraíso. In: PINHEIRO, Liliana. **O Olhar dos Viajantes**: O Brasil ao natural. São Paulo: Duetto, 2010.
[11]THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica**. trad. de Eugênio Amado, Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia-Edusp, 1978.
[12] OLIVEIRA PINTO, O.M. A Zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (Organizador**). As Ciências no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Vol. II, pp.111-173, 1994.

memorias. Com o objetivo de narrar a experiência colonizadora da França na América do Sul, ele descreve a flora, a fauna, os hábitos e aspectos geográficos das regiões visitadas.

As experiências do cronista francês na colônia ficaram circunscritas à região da referida baia, o que limitou suas observações quanto aos gêneros que os habitantes do Brasil utilizavam como alimento. Léry fez uma vívida descrição da exuberância das árvores, dos frutos e dos animais da terra, nomeando e detalhando dimensões, cores e sabores. Os produtos da terra são abundantes, os ares, maravilhosos, a caça, generosa. Tatus, jacarés, cobras, macacos, peixes, aves domésticas e silvestres, tudo servia de alimento aos indígenas com os quais o francês conviveu. Seus escritos já nos permitem visualizar muitas espécies transplantadas da Europa e que viriam a se adaptar muito bem ao clima e solo brasileiros. [13]

Outros estrangeiros também mencionaram a suavidade do clima, a beleza da vida animal e vegetal e a fertilidade das terras brasílicas. Pero Magalhaes Gandavo, português que residiu algum tempo no Brasil escreveu dois livros detalhando aspectos geográficos e socioeconômicos, principalmente das capitanias da Bahia, Ilhéus e São Vicente. *Tratado da Terra do Brasil*, de 1570[14] e *História da Província de Santa Cruz*, de 1576,[15] são relatos que tinham por objetivo transmitir informações sobre a colônia, enaltecendo suas riquezas naturais e as vantagens e conveniência da colonização do Brasil pelos portugueses. Desejoso de animar aos que tivessem condições de emigrar para a colônia, o cronista narrou as riquezas e as farturas da terra e da população que aqui vivia. Para Gandavo, a Província de Santa Cruz era a "melhor para a vida do homem" e ainda "de bons ares e fertilíssima".

O autor diz que são tantas e tão diversas as frutas e ervas desta província que seria coisa infinita descrevê-las todas ali. O cronista faz um relato dos produtos cultivados em algumas regiões, como a mandioca, o milho, o algodão, o fumo. Arroz, favas e legumes abundavam na terra, de acordo com o autor. Relata os usos que os habitantes fazem da mandioca, transformando-a em farinha e beiju, uma das bases da alimentação brasileira nos primeiros tempos. As bananas também chamam a atenção do escritor, que relata sua importância como base da alimentação da população. Melões, pepinos, romãs e figos, uvas,

---

[13] MILLIET, Sérgio. Jean de Léry. In: LÉRY, **Jean de. Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

[14]Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha nestas partes feito por P.º de Magalhaes Gandavo. Manuscrito, 16--.Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito, COD-552. 16--.Disponível em: http://purl.pt/211.

[15] GANDAVO, Pero de Magalhães. "Historia da prouinciasa[n]cta Cruz a que vulgarme[n]te chamam Brasil / feita por Pero Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Illsre s[e]nor Dom Lionis P[ereir]a gouernador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India". Impresso em Lisboa : na officina de AntonioGonsaluez : vendense em casa de Ioãolopezliureiro na rua noua, 1576.Disponivel em: http://purl.pt/121 .

cidras, laranjas e limões, de todas as frutas da terra "há sempre a mesma abundância" e multiplicam-se prodigamente.

Da França Equinocial, outra tentativa malograda de colonização francesa da América do Sul, desta vez no Maranhão, chega-nos o relato do padre Claude d'Abbeville, integrante da missão sob o comando de Daniel de La Touche. [16] O capuchinho escreve que "a bondade e a admirável fertilidade desta terra" permite que se possa "semear e colher o milho em abundância três a quatro vezes por ano, do que resulta incalculável proveito". [17] Da mandioca, com a qual os naturais fazem o pão, podem-se obter colheitas a cada três meses e "Em todos os tempos colhem-se frutos ou lentilhas de que a terra se mostra muito fértil."[18] Apesar de "não conhecerem a vinha" os habitantes tinham tantas e maravilhosas frutas que, com elas, podiam preparar deliciosas bebidas. Os habitantes não conheciam o trigo, mas para o frade tal constatação não era um problema, pois "o terreno é tão bom, que quando nele se plantar vinhas e semear-se trigo ou outras cousas a nós tão comuns, não ha duvida que produzirão em abundância. [19] A grande quantidade de frutas e legumes de diversas espécies, a riqueza em animais campestres, ferozes ou domesticados e os bons ares, pastos abundantes trariam uma nova perspectiva para os pobres e famintos compatriotas desfrutarem:

> Se os mercadores, artistas e operários conhecessem a bondade e a utilidade desse país, assevero que não descansariam sem ir lá, e então reconheceriam ter vivido como o rato de Esopo, que se julgava feliz, embora cheio de necessidade, conquanto que não mudasse de lugar. Quantos por aqui existem trabalhando dia e noite, e com todo o esforço, e não conseguem meios de fazer face aos seus encargos, chegando até à mísera condição de mendigarem o pão para sustento de sua vida e de seus filhos. Se vivessem naquele país facilmente adquiririam meios de sustentarem-se pela facilidade com que se pesca e se caça toda a qualidade de animais, aí, em abundância, e com bem pouco trabalho e indústria seriam ricos em pouco tempo, lamentando só o haverem vivido tanto tempo no seu antigo estado. [20]

Escrevendo o que pode ser considerado um dos mais completos relatos descritivos sobre o Brasil do período colonial, Gabriel Soares de Souza, português colonizador, dono de engenho e sertanista, narrou detalhes sobre aspectos geográficos, botânicos, sociais e históricos, que o tornaram ricos testemunhos sobre a colônia portuguesa na América. Soares

---

[16]ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas**. Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
[17] Idem, p. 241
[18] Idem, p. 241
[19] Idem, p. 241
[20] Idem, p. 244

realiza uma minuciosa descrição das plantas cultivadas, além de exaltar, como seus antecessores, a fertilidade da terra.

O relato exaustivo de Gabriel Soares de Souza aponta os hábitos alimentares dos habitantes de algumas regiões do Brasil colonial, permitindo que se conheça a dinâmica da produção de viveres para o abastecimento da população à época. As capitanias de São Vicente e Santo Amaro eram "mui frescas e de ares temperados e produzem muito bem o açúcar, e se dá trigo e cevada e os mantimentos são bons e facilíssimos de granjear, de que os moradores são mui abastados [...]. [21] Uvas, figos e romãs eram frutas que davam em grande quantidade nessas capitanias, assim como maçãs e marmelos. A caça era farta e a criação de porcos e aves completava a dieta. Observa-se aqui a menção a oliveiras, vinhas e marmelos, estes para a produção de doces em conserva. Das descrições dos hábitos dos indígenas, o autor cita caça e pesca e o cultivo de roças de mandiocas e de outros legumes. A maior parte de seu relato é dedicado às grandezas da Bahia, principalmente da capital, Salvador, que tinha casas

> Com os quintais cheios de árvores, a saber, de palmeiras, que aparecem por cima dos telhados e de laranjeiras, que todo o ano estão carregadas de laranjas e está toda ocupada com roças [...] onde se lavram muitos mantimentos, frutas e hortaliças, de onde se remedeia toda a gente da cidade que o não tem de sua lavra [...]. [22]

A descrição cuidadosa de Gabriel Soares sobre as árvores, frutas, legumes e animais procurando demonstrar seu aproveitamento como alimento ou remédio, destinava-se a alcançar o entendimento de seu publico leitor, no velho continente, procurando traduzir, por meio de comparações com a vegetação e botânica conhecidas na Europa por seus interlocutores, de forma a incentivá-los a seguirem para exploração das terras da América.[23] Para os colonizadores, a importação de produtos da Europa supria o desejo de artigos mais sofisticados, aos quais já estavam acostumados na pátria mãe. O autor também descreve as articulações do comércio colonial, quando diversos produtos circulavam entre as capitanias e dessas com outras regiões do império português.

Entre os religiosos da Companhia de Jesus que estiveram no Brasil no século XVI, como parte dos esforços da colonização, há o relato de Fernão de Cardim. Como dirigente da Companhia, o religioso percorria as paroquias e capelas distribuídas pelo território para prestar assistência religiosa aos cristãos e catequizar os indígenas. Suas narrativas contem um conjunto de informações sobre a fauna, flora e particularmente sobre o

---

[21]SOUZA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil**em 1587. São Paulo: Brasiliana, 1971. P. 114

[22] Idem, p. 138 e 139

[23] LUCIANI, Fernanda Trindade. Introdução (org.) IN: SOUZA, Gabriel Soares**. Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Editora Hedra, 2010.

clima, que comparou com as condições climáticas de Portugal. Cardim nomeia e descreve inúmeros frutos, suas cores, cheiros e sabores, como a castanha, mangaba, jabuticabas e castanhas, oferecendo uma lista de utilidades. Os rios caudalosos, frescos bosques com grande variedade de árvores e pássaros belíssimos causavam grande alegria ao religioso. A terra, fertilíssima, dava bem o trigo e a cevada, sendo adequada para o plantio de cana para abastecer os engenhos e a criação de animais domésticos para consumo da população. O clima, ameno e temperado (sic) fazia a longevidade dos habitantes. [24]

No século XVII, os relatos de Ambrósio Fernandes Brandão, senhor de engenho e escritor, tornara-se uma das melhores fontes para o estudo da sociedade colonial brasileira. Emigrado para o Brasil em razão de perseguições da Inquisição portuguesa, esse judeu letrado viveu cerca de vinte e cinco anos na América portuguesa, de onde compôs um relato de suas experiências em solo brasileiro, os quais são considerados um dos discursos fundadores da historiografia sobre o Brasil.[25] O cronista descreve os aspectos geográficos, os modos de vida dos indígenas e colonizadores e a conformação das atividades econômicas na colônia. Enaltecendo as grandezas do Brasil, a obra carrega forte tom apologético, elaborada em forma de diálogos entre o personagem Brandônio e seu interlocutor Alviano, ambos representando, respectivamente, colonizador e recém-chegado. [26] Para Brandônio, a terra continha todos os ingredientes propícios à exploração e enriquecimento, como o clima, fertilidade e bons ares. Para Brandônio,

> A terra é disposta para se haver de fazer nela todas as agriculturas do mundo pela sua muita fertilidade, excelente clima, bons céus, disposição do seu temperamento, salutíferos ares, e outros mil atributos que se lhe ajuntam. [...] Não vedes vós que o Brasil produz tanta quantidade de carnes domésticas e selváticas, que abunda de tantas aves mansas, que se criam em casa, de toda sorte, e outras infinitas, que se acham pelos campos; tão grande abundância de pescado excelentíssimo, e de diferentes castas e nomes; tantos mariscos e caranguejos que se colhem e tomam à custa de pouco trabalho; tanto leite que se tira dos gados; tanto mel que se acha nas árvores agrestes; ovos sem conta, frutas maravilhosas, cultivadas com pouco trabalho, e outras sem nenhum que os campos e matos dão liberalmente; tanto legume de diversas castas, tanto mantimento de mandioca e arroz, com outras infinidades de coisas salutíferas e de muito nutrimento para a natureza humana, que ainda espero de vo-las relatar mais em particular. Pois à terra que abunda de todas estas cousas como se lhe pode atribuir falta delas? Porque certamente que não vejo eu nenhuma província ou reino, dos que há na Europa, Ásia ou

---

[24]CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional/MEC, 1978. Publicado originalmente em 1625.

[25] BRANDÃO, Ambrósio Bernardes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1943.

[26] Os escritos em forma de diálogos constituem um gênero literário clássico, utilizado desde Platão e tinham, principalmente, uma função pedagógica.

> África, que seja tão abundante de todas elas, pois sabemos bem que, se tem umas lhe faltam outras; e assim errais sumamente na opinião que tendes.[27]

Toda a abastança era limitada pela “negligencia e pouca indústria” de seus habitantes e se havia carestia, de acordo com o cronista, devia-se à falta de interesse do colonizador. Em linhas gerais, as descrições do Brasil colonial deixadas por viajantes estrangeiros, desde muito cedo, inclinaram-se a contrapor a exuberância e a prodigalidade da terra ao caráter vicioso e corrompido dos seus habitantes.

As descrições sobre o território, seus contornos geográficos, fauna e flora e os hábitos de seus habitantes, faziam parte da estratégia de dominação, conforme aponta Beluzzo, pois além de informar, pretendiam estimular a vinda de colonizadores ao continente:

> De uma maneira geral, as primeiras imagens das terras brasileiras correspondem a dois impulsos. De um lado, a projeção sobre o desconhecido, os símbolos e mitos, os contos maravilhosos e as fábulas. De outro, a observação direta e o cálculo, que proporcionam descrições geográficas na forma cartográfica, de cartas náuticas a roteiros de conquista, pelos quais se definem domínios e limites entre terra e mar, e nas quais a representação é um meio de orientar a ação. [28]

Narrativas assim tão recorrentes sobre os contornos de uma terra exuberante e fértil, onde o alimento brota espontaneamente, às vezes até mesmo sem a interferência do agricultor, nos remetem aos mitos do Paraíso terrestre e ao país da Cocanha, maravilhas do imaginário medieval criados pelo desejo de fartura provocado pelas carências alimentares pelas quais a sociedade do ocidente medieval passou. Crises de abastecimento alimentar, decorrentes de intempéries climáticas, explosões demográficas e outros motivos, perpassaram a Europa medieval em suas mais diferentes regiões, variando de intensidade, gerando escassez e carestia e recrudescendo a fome que grassava na terra. Massimo Montanari, analisando esses períodos de carestias generalizadas, afirma que a gravidade das crises de subsistência na Europa acentuou-se no século XVI, em razão do aumento populacional, que não foi acompanhado por uma renovação das estruturas produtivas. Mesmo com o surgimento de algumas melhorias nas técnicas agrícolas, estas não foram suficientes para amenizar o problema, que assumiu contornos de graves conflitos sociais. [29]

---

[27] BRANDÃO, Op. Cit. P. 24.

[28] BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). A propósito do Brasil dos viajantes. In: Revista USP - Dossiê **Brasil dos Viajantes**. No30. SP: USP, 1996.

[29]MONTANARI, Massimo. **Afome e a abundância**. História da alimentação na Europa. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

Essas crises, que emergiam com frequência inquietante, inspiraram o surgimento do mito da Cocanha, país imaginário, onde o alimento era abundante e o trabalho dispensável e representava o desejo de suprir as carências presente na dura realidade.

O país da Cocanha, como alegoria medieval, é imaginado como uma terra fantástica, na qual doces nascem em árvores, caldas jorram de nascentes, pombos e faisões assados voam pelo ar, vales são formados por manteiga derretida e vulcões lançam sopa quente das entranhas da terra. Lugar quimérico, onde a comida era abundante e o trabalho não era necessário, onde existiam rios de leite e de vinho, queijos e pães eram conseguidos sem dificuldade. Não era uma utopia em sentido restrito, mas uma fantasia que às vezes era acossada como realidade pelos europeus. [30]

Quando o Novo Mundo se tornou conhecido, criou-se uma possibilidade de representação do paraíso na Terra, sonho perseguido pelos cristãos, que agora poderiam enfim encontrar a Cocanha, a terra abundante de víveres, festas e orgias. Em *Visão do Paraíso*, Holanda investiga "os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil” e denota que possivelmente do outro lado do Oceano se acharia o verdadeiro Paraíso Terreal. Com a descoberta da nova terra, o chocolate, a baunilha, o tomate, o milho inundavam, sobretudo a Europa, com o sabor do Novo Mundo. Havia também a promessa do Eldorado e de fabulosas minas de ouro.

Em referência ao paraíso, Holanda justifica a necessidade de um novo Éden. Ao encontrar o paraíso, o português revela o quanto estava a procura dele, pois as noticias de uma região farta em frutos e animais selvagens poderia bem ser o verdadeiro País da Cocanha.

As narrativas de visitantes estrangeiros, incluindo aqueles que por aqui permaneceram mais tempo, contemplam uma perspectiva da vida e paisagem mais próximas ao litoral brasileiro, pois ai concentravam-se a vida e a economia nos primeiros tempos da colonização. Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a abertura dos portos às nações estrangeiras, esses olhares sofrem transformações, porquanto sua permanência será permitida e até estimulada e, assim, amplia-se o panorama das observações. Antes concentrada nas visões da natureza, nas regiões próximas à costa, agora os estrangeiros irão percorrer as terras interioranas em viagens exploratórias e os relatos sobre os costumes da população serão mais acentuados.

---

[30] FRANCO JÚNIOR, Hilário. ***Cocanha.*** **A História de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

1.2 - O abastecimento na historiografia

As diversas práticas mobilizadas em torno do alimento, que vão desde a sua obtenção, circulação até o consumo, constituem-se atividades relacionadas à vida material, mas que, além de revelar as estruturas cotidianas, implicam em considerações de esferas mais abrangentes, como a do abastecimento alimentar desde os níveis mais gerais, como os sistemas de produção e fluxos mercantis direcionados aos mercados, até ao âmbito da economia de subsistência, cujas práticas perpassam o regional e o local. Fernand Braudel propõe que existem três dimensões sobre as quais se equilibram as atividades econômicas das civilizações. A primeira delas constitui-se em uma economia de mercado, onde os mecanismos de produção e comercialização são facilmente perceptíveis e estão relacionados às atividades comerciais em geral. Em um nível distinto, mais abaixo, estão localizados os mecanismos de produção e trocas em escala local, relacionados à vida material e que dizem respeito à subsistência ou à autossuficiência. Por fim, temos a esfera do Capitalismo, cuja instância sobrepõe-se às outras, realizando-se no nível mais abrangente, envolvendo complexas operações de importantes setores financeiros da economia de mercado. [31]

A produção de alimentos na América portuguesa pode ser vista à luz desses três níveis, se considerarmos os principais debates historiográficos acerca das estruturas econômicas vigentes no Período Colonial. As abordagens, que ora enfatizam as articulações do Exclusivo Metropolitano, ora acentuam a dinâmica interna da Colônia, pretenderam situar, entre outras coisas, os mecanismos que orientaram o abastecimento da colônia brasileira nesse período.

Na esfera do capitalismo de acumulação, Caio Prado Junior entendia que a produção da colônia foi estruturada objetivando a transferência de riquezas para Portugal e, por tabela, abastecer a Europa com gêneros tropicais e metais preciosos. Nesse sentido, a economia colonial era totalmente subordinada à metrópole e o mercado interno foi considerado insignificante, existindo apenas para produzir o mínimo necessário à subsistência da população. [32]

Celso Furtado considerava que a importância do mercado colonial assentava-se na estrutura da monocultura, latifúndio e escravidão, e dessa forma, contribuía para estimular o capitalismo na Europa. Para o autor, somente quando a conjuntura do mercado internacional

---

[31]BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo Século XV-XVIII**. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

[32] PRADO JR,Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense/Folha de São Paulo, 2000.

estava desfavorável, em virtude de aumento dos preços, as unidades produtoras voltavam-se para o incremento da produção para o mercado interno. Furtado entendia que essa situação era representativa da inércia da economia, que não tinha condições de assegurar, por si mesma, o desenvolvimento da colônia.[33] Para esses autores, a lógica do sistema colonial estabelecia-se a partir da transferência de riquezas da colônia para a metrópole e a produção para o mercado interno era pouco desenvolvida e voltada para a subsistência, já que esse tipo de atividade seria vista como responsável pela estagnação econômica e atraso.[34]

Considerando a colonização como instrumento de poder do Estado, destinada a auxiliar seu enriquecimento e fortalecimento por meio de mecanismos de submissão econômica e política, Fernando Novais[35] cunhou o conceito de Antigo Sistema Colonial, que pretendia explicar a dinâmica das relações entre as metrópoles e suas colônias com base no Exclusivo Metropolitano. [36]

A historiografia nacional, por muito tempo, optou metodologicamente pela construção das grandes sínteses para explicar os temas da historia brasileira. Autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado e Jacob Gorender não privilegiaram a história regional, desconsiderando em grande medida os estudos de caráter especificamente monográfico. Análises pautadas nas ideias dos ciclos econômicos exportadores tornaram-se referencia para o estudo da economia colonial, especialmente das regiões mineradoras, tomadas como exemplo da verdadeira vocação da economia brasileira. Todas essas abordagens desqualificam em maior ou menor grau a produção e o mercado interno da colônia, atribuindo-lhe pouca complexidade. Esses estudos privilegiaram a ideia da grande lavoura e a produção de açúcar, ambos voltados majoritariamente para o mercado externo.

O debate historiográfico entre Ciro Flamarion e Jacob Gorender sobre a lógica interna da colônia irão repensar a circulação de capitais e o mercado interno, atribuindo diferentes graus de autonomia interna à colônia. Para Flamarion, havia duas esferas distintas na produção agrícola, sendo que uma era destinada exclusivamente à exportação, majoritária, e a outra era destinada ao mercado interno e era desenvolvida pelos escravos, principalmente. Era a chamada brecha camponesa. Para o autor, os cativos recebiam parcelas de terras para o

---

[33] FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.
[34]LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.**Historia da Agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense 1981. P. 116, 117.
[35]NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1815).**
[36]O Exclusivo Metropolitano estabelecia um pacto em que submetia a colônia a um acordo onde cabia à metrópole a responsabilidade de proteger e garantir a ordem interna, ao passo que a colônia devia fornecer sua produção à metrópole, bem como consumir somente produtos comercializados por ela.

cultivo de alimentos para sua própria subsistência, utilizando os finais de semana e feriados. Eles também podiam comercializar seus excedentes no mercado local. Para Gorender, não houve grau significativo de atividade produtiva realizada pelos escravos, ocorrendo quase sempre apenas para a autossubsistência e o mercado interno era bastante restrito e quase inexistente. [37]

O significado da brecha camponesa ainda é alvo de controvérsias na historiografia. Entendida aqui como a produção independente de alimentos pelos escravos para sua própria manutenção e venda do excedente, para Ciro Flamarion a instituição cumpria uma função definida no sistema escravista colonial, minimizando o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho. Por outro lado, também podia tratar-se da potencialização da exploração escravista, quando o trabalho do escravo seria usado também na elaboração de produtos destinados ao mercado interno. Para Cardoso, a roça era uma concessão destinada a vincular o escravo à fazenda e evitar as fugas. [38]

Autores como Antônio Barros de Castro, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva viam a brecha como uma conquista do escravo. João José Reis vê a instituição como mecanismo de controle e manutenção da ordem. Para esse autor, ao dispor de um pedaço de terra e uma folga semanal para o escravo laborar em seu próprio benefício, o fazendeiro garantia maior quantidade de alimentos para o escravo e, ao mesmo tempo, proporcionava uma válvula de escape para as pressões da escravidão, evitando possíveis rebeliões. Para o autor, embora não se possa negar que a brecha ocupava uma importante função econômica, reduzindo os gastos com a escravaria, cumpria também um importante papel como mecanismo de controle da força de trabalho. Entretanto, para o autor, não se tratava de uma economia camponesa, visto que não estavam presentes as dimensões da autonomia estrutural necessária para caracterizá-la: garantia no acesso à terra, relação com o mercado e autonomia na gestão sobre os recursos.[39]

A partir da década de 1970, as ideias sobre o mercado interno da colônia serão reelaboradas por novas pesquisas que relativizam a dependência econômica da colônia brasileira. Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema do abastecimento é o de Mafalda Zemella, *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.* Nele a autora

---

[37]CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis:
Vozes, 1980.GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978.
[38]CARDOSO, Op. Cit.
[39]REIS. João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Editora Schwarz, 1989.

realiza um mapeamento das formas de abastecimento nas minas setecentistas, identificando que a partir do povoamento das minas delineou-se a necessidade de prover gêneros para a subsistência da população. A autora delineia as principais rotas de comércio, os agentes, os meios de condução e os intercâmbios entre as regiões e entre as províncias, o incremento da lavoura, da pecuária e da manufatura até ao ponto de transformar as Minas Gerais em fonte abastecedora de outras capitanias, inclusive a do Rio de Janeiro, até então a principal fornecedora de gêneros às zonas mineradoras.

Neste trabalho já é possível ver a produção e o mercado internos bem mais relevantes do que nos estudos anteriores. De acordo com a autora, a exploração das regiões mineradoras estimula a produção e o comércio em varias regiões do Brasil. Também demonstra a inversão do abastecimento entre as Minas e o Rio de Janeiro, pois se durante o século XVIII a capital foi a principal abastecedora dos centros mineradores, o crescimento da economia mineira, principalmente da agropecuária inverte essa dinâmica e as Minas Gerais passam a suprir a capital de gêneros alimentícios no século XIX. [40]Myriam Ellis pesquisa os direitos de entrada das regiões das minas, propondo determinadas explicações para o abastecimento precário. Para a autora, a dificuldade dos transportes, com a má qualidade dos caminhos, a grande demanda por gêneros e o furor do fisco explicam o desabastecimento, a escassez e carestia, que geraram diversas crises de fome nas minas. [41]

Obra fundamental para o estudo sobre o abastecimento alimentar no Brasil durante o império é o trabalho de Alcir Lenharo *As tropas da moderação*. A pesquisa destaca a importância do abastecimento da Corte após a chegada da família real no Rio de Janeiro, destacando a politica intervencionista do período joanino, cujas ações beneficiavam o comércio realizado pelos negociantes do comércio de abastecimento. Esses benefícios continuaram durante o reinado de Pedro I, posto que o imperador necessitasse do apoio dos setores mercantis para a sustentação de seu reinado. Melhorias das estradas, concessão de sesmarias ao longo das mesmas, isenção do serviço militar aos tropeiros foram alguns dos favores cedidos pelos imperadores para que fosse preservado o vinculo entre a monarquia e os setores comerciais e houvesse a consolidação do Estado imperial. [42]

Os dois livros publicados em 1979, *História do abastecimento: uma problemática em questão* e *História política do abastecimento,* de Maria Yedda Linhares, são obras

---

[40]ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990.
[41]ELLIS Myriam. **Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil do século XVIII**. Revista de História, São Paulo, n. 36, 1958. P. 429-467
[42] LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** o abastecimento da corte na formação política do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

basilares que, além de traçar um panorama do abastecimento em diversas regiões e variados recortes temporais, abordando diversas politicas de abastecimento, a estrutura produtiva e os hábitos de consumo da população, propõem uma metodologia para o estudo do abastecimento no Brasil. Para a autora, deve-se levar em conta a história agrícola, os hábitos, as técnicas de cultivo, a organização fundiária, os transportes, as rendas geradas, o consumo urbano, a politica para o abastecimento e os hábitos alimentares da população. Linhares afirma que ao se analisar a produção, circulação e o consumo, é possível delinear as razões das crises de alimento. [43]

Francisco Carlos Teixeira da Silva analisa comparativamente as realidades de Salvador e Rio de Janeiro para explicar as crises de carestia, escassez e fome coloniais. O autor conclui que as razões para tais crises não se deviam apenas às condições do comércio colonial, mas residiam em várias instâncias, entre elas as dificuldades de acesso à terra, os problemas de transporte e armazenamento, as intervenções politicas, as limitações tecnológicas, o sistema da grande lavoura voltada para o comércio exterior e o sistema capitalista em vigor então. Todos esses fatores somados favoreciam a grande lavoura e a produção das *plantations* em detrimento do pequeno agricultor, que produzia para o consumo interno da colônia. [44]

Pesquisando o abastecimento da cidade de Salvador por meio da dinâmica de seu mercado, Katia Mattoso infere que, de longe, a vida econômica de Salvador era comercial. Seu porto exportava fumo-de-corda, charutos, cachaça, açúcar de má qualidade e búzios para a África e para a Europa seguiam o açúcar de boa qualidade e seus derivados, os couros, madeiras, destinadas para a construção naval, óleo de baleia, fumo, entre outros. Por ai entravam os escravos provenientes do tráfico, as manufaturas da Europa e da América do Norte, a carne salgada do Sul e da região do Prata. Daí saíam a produção do açúcar, do tabaco e da farinha do Recôncavo, dos diamantes da Chapada e, mais tarde, café e cacau do Sul da Bahia, dentre outros produtos. As más condições das vias terrestres entravavam o intercâmbio com o interior da Província, favorecendo o comércio com as regiões litorâneas. Para Mattoso, a cidade produzia quantidades insuficientes de gêneros de primeira necessidade, necessitando importar sempre tais artigos para suprir a demanda. Kátia Mattoso classifica os gêneros alimentares em três grupos: gêneros de produção e de consumo local como a farinha de mandioca, a carne verde, o feijão, o arroz, a carne seca, o toucinho, a galinha, o sal, produtos

[43]LINHARES, .Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979.Brasília: Binagri, 1979. LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.**História Política do Abastecimento.** Brasília: Binagri, 1979.
[44]SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit.

de alto consumo pela população de Salvador; produtos de importação como a farinha de trigo, o azeite de oliva, o bacalhau, o vinagre, a manteiga e o chá, não eram produzidos na colônia e os produtos de exportação como o açúcar e o café. Embora produzidos e consumidos localmente, seus preços são estabelecidos pelo mercado externo.[45]

A propósito de empreender um debate historiográfico sobre a produção e o mercado interno na colônia, João Fragoso opõe Ciro Cardoso e Jacob Gorender de um lado a Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais de outro. O autor contesta as teorias desses últimos, demonstrando que a economia colônia realizava acumulações endógenas de capital por meio do tráfico de escravos e do comércio de abastecimento. Fragoso afirma que havia um vigoroso mercado interno cujo âmago era no Rio de Janeiro. Portanto, para o autor, a economia da colônia mesclava o modo de produção escravista, voltado para a exportação, com um significativo mercado interno. [46]

Analisando as relações comerciais na capitania de Minas Gerais no século XVIII, Júnia Furtado identifica a existência de um significativo mercado interno, articulado aos demais mercados regionais e de efetiva agricultura de subsistência, superando as analises que apontavam para a estagnação da economia pós-mineradora. Estudando homens de negócios e práticas comerciais, a autora procura demonstrar os diferentes interesses que moviam os agentes mercantis e o dinamismo do mercado interno colonial. [47]

A importância da atuação dos tropeiros na historia econômica do Brasil durante o período colonial e imperial, está presente nos trabalhos de Claudia Maria das Graças Chaves. Em *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentistas,* a autora investiga a ação dos tropeiros, principais responsáveis pelo transporte de mercadorias para abastecimento dos diversos centros consumidores. O trabalho dos tropeiros revela que havia um mercado interno vigoroso o suficiente para alimentar a circulação dos produtos importados e os produzidos na colônia, de forma independente, inclusive, dos interesses metropolitanos. [48]

No livro *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*, o autor Flávio Marcus da Silva analisa a dinâmica do abastecimento alimentar na região das Minas gerais colonial no século XVIII, a partir de uma perspectiva política. O autor investiga os caminhos utilizados pelo poder publico para garantir que a população

---

[45] MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. Salvador, HUCITEC, 1978.
[46]FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
[47]FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999a.
[48]CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores dasMinas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

tivesse acesso aos alimentos, de modo a evitar conflitos e desordens publicas. Escassez e carestia de gêneros alimentares eram frequentes nos domínios coloniais portugueses e motivos para sublevações populares. Desta forma, as autoridades governamentais cuidavam em manter as populações abastecidas, editando leis que restringiam a ação dos comerciantes e atravessadores, e assim, por meio de politicas intervencionistas, tais como a concessão de terras para a agricultura, a taxação dos gêneros de primeira necessidade, a fiscalização dos pesos e medidas e a manutenção das estradas, logravam conseguir o êxito da administração, mantendo a população pacificada. [49]

Sonia Maria de Magalhães realiza uma análise das práticas alimentares em Minas Gerais no livro *A Mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850).* Na obra, além de penetrar no cotidiano e nos hábitos alimentares dos mineiros, Magalhães investiga, por meio da analise de inventários *pós-morten* e dos livros de contas do Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, se houve manutenção ou mudanças dessas práticas com o tempo. Valendo-se de uma pesquisa local, a autora adentra o tema da renovação historiográfica sobre a economia da mineração, subsidiando o debate com a ideia de que houve a manutenção de uma estrutura produtiva, apoiada na diversidade, fundamental para a subsistência regional. [50]

A escassa produção historiográfica sobre o abastecimento alimentar em Goiás no século XIX ganhou um impulso com a valiosa pesquisa sobre a alimentação e as doenças realizada por Sonia Maria de Magalhães. A autora enfatiza os efeitos das carências nutricionais sobre a saúde dos habitantes, cuja dieta baseada em milho, mandioca, arroz, feijão, carne-seca, temperado com pouco sal, apesar de saciar a fome, em longo prazo, contribuiu para a disseminação de doenças, principalmente as nutricionais. Embora o trabalho acentue a correlação entre a alimentação e as doenças, Magalhães realiza um precioso painel do abastecimento alimentar no período, destacando as formas de produção agrícola e pecuária, as circunstâncias em que se deram as trocas comerciais e os principais alimentos consumidos pela população. A maior contribuição que pode ser atribuída ao trabalho, no que se refere ao abastecimento alimentar, é o levantamento e a análise das crises periódicas do suprimento alimentar, momento em que a população corria aos matos em busca dos recursos da natureza para aplacar a fome. Os períodos de escassez, penúria e fome declarada são

---

[49]SILVA, Flávio Marcos. **Subsistência e poder**: A politica de abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
[50] MAGALHÃES, Sônia Maria de. **A mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

considerados pela autora como típicas de uma economia de subsistência, no qual se produzia apenas o suficiente para o autoconsumo, sendo que, às vezes, até este era comercializado.[51]

Inúmeros trabalhos tem apresentado a produção de alimentos para o mercado interno sob novas perspectivas. Contudo, essas pesquisas tem se concentrado em algumas regiões, como o Rio de janeiro e Minas Gerais, no qual a historiografia sobre o abastecimento tem avançado com maior diligencia. Pesquisas regionais de maior profundidade precisam estabelecer novas perspectivas sobre a temática da produção e do mercado voltadas para o consumo interno.

Tais pesquisas, beneficiadas pela renovação do conceito de fonte e novas metodologias, que permitiram o uso de variados registros documentais, favoreceram novas interpretações dando conta da existência de uma significativa produção agrícola para a subsistência e um mercado interno mais vigoroso do que se imaginava. Essas interpretações empenham-se em desvincular-se das discussões teóricas adjacentes às antigas teorias sobre a grande lavoura e o pacto colonial. A história econômica não será mais abordada como um esquema geral que dê conta da realidade brasileira como um todo, mas sob variadas perspectivas, conforme são diferentes as regiões brasileiras. [52]

---

[51] MAGALHÃES, Sonia Maria. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004.
[52] FURTADO, Júnia Ferreira. **Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**. IN: História da historiografia. Número 02, março, 2009.

CAPITULO 2 – Abastecimento alimentar em Goiás: impressões dos viajantes estrangeiros do século XIX

> A curiosidade tão longamente refreada pode agora expandir-se sem estorvo e, não poucas vezes, com o solicito amparo das autoridades. Nesses poucos anos foi como se o Brasil tivesse amanhecido aos olhos dos forasteiros, cheio da graça milagrosa e das soberbas promessas com que se exibiram aos seus mais antigos viajantes, homens de outras terras, emboabas de olho azul e língua travada, falando inglês, francês, principalmente alemão, os que vão se incumbir do novo descobrimento do Brasil.
>
> Sergio Buarque de Holanda, (1985, p.13).

2.1 - Viajantes estrangeiros do século XIX no Brasil

O século XIX foi o período áureo das viagens exploratórias dos europeus ao território brasileiro. Se os primeiros cronistas permaneceram circunscritos às regiões litorâneas e se dedicaram mais às observações sobre as riquezas naturais e as possibilidades de lucro que estas terras poderiam produzir, os exploradores do século XIX encontraram o Brasil sob uma conjuntura histórica diferente quando aqui estiveram. A formação acadêmica desses viajantes, grande parte deles naturalistas em expedições cientificas, o tempo maior de que dispunham para permanecer no país e a liberdade de locomoção, que permitia a eles penetrar no território, visitando cidades e vilas, fazendas e arraiais, alterou a estrutura dos escritos. Ainda que dedicassem boa parte deles à descrição e mapeamento do mundo natural, estavam agora mais empenhados em descrever os tipos humanos, as condições de vida da população, seus costumes e o alvorecer da vida urbana. [53]

Do inicio da colonização até a chegada da corte portuguesa em 1808, pouco mais de uma centena de viajantes estiveram no Brasil, sendo pequeno o volume de publicações referentes à sua estada por aqui. A política do sigilo e isolamento que Portugal adotou em relação à sua colônia mais valiosa visava, sobretudo, resguardar as riquezas e garantir a manutenção do comércio baseado no sistema mercantil, em que se assentava o Exclusivo Metropolitano, prática que assegurava o monopólio das importações pelas nações junto as suas colônias. [54]

Os viajantes estrangeiros que atravessaram o Brasil no século XIX inserem-se no contexto de abertura do território brasileiro ao conhecimento das outras nações por meio das expedições cientificas, autorizadas e incentivadas pela Coroa portuguesa a partir da vinda da Corte para a Colônia em 1808. Essas expedições, de cunho cientifico, representavam o interesse dos estrangeiros, mas também das autoridades governamentais portuguesas, em promover estudos sistemáticos que revelassem as riquezas e potencialidades do território, permitindo assim a exploração dos recursos naturais, bem como a descoberta e catalogação da fauna e flora para estudos científicos e enriquecimento das coleções dos museus europeus.

No contexto dessas viagens exploratórias, que se multiplicaram entre os europeus imbuídos do espírito cientifico da época, o território brasileiro tornou-se espaço privilegiado

[53]FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Andanças pelo Brasil colonial.** São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
[54]Idem.

de observações e estudos, o que serviu também aos interesses político-econômicos da monarquia portuguesa:

> Introduzindo o Brasil no circulo das monarquias europeias pelas vias diplomáticas, para as elites, que se consideravam portadoras das luzes e se viam como parte da civilização do Velho Mundo, condenada aos trópicos, fazia-se urgente aplicar um novo programa de ação que o retirasse do obscurantismo. Em suma, para elevar o Brasil ao novo papel histórico que as circunstancias o conduziam a representar, era mister realizar estudos organizados e metódicos sobre seus recursos naturais. Diante da inexistência de uma estrutura educacional erudita capaz de formar profissionais para esse fim, a solução encontrada pela nova administração foi a de incentivar a vinda de botânicos, zoólogos, geógrafos, cartógrafos, geólogos, mineralogistas e tantos outros cientistas estrangeiros que pudessem contribuir com suas pesquisas para o conhecimento do território brasileiro. [55]

As visões sobre o território brasileiro vêm sendo elaboradas e reelaboradas por estrangeiros desde o inicio de sua colonização, sendo que poucos deles tiveram interesse em aventurar-se por Goiás. Na verdade, preferiam explorar outros espaços, tais como a Amazônia, o Pantanal ou as possibilidades do ecossistema da Mata Atlântica. Corrêa afirma que isso se deu “menos nas dificuldades de acesso ao seu território do que no desconhecimento da existência, por parte desses naturalistas das possibilidades e da riqueza do Sistema Biogeográfico do Cerrado [...]”. [56]

Por trás das observações dos viajantes europeus sobre a importância da ampliação do cultivo da terra estava a teoria econômica da Fisiocracia. A doutrina, surgida na Europa no século XVIII pelos escritos de François Quesnay, afirmava ser proveniente da terra, pela agricultura, a fonte de toda a riqueza de uma nação. Para a fisiocracia, que se opunha ao pensamento mercantilista da acumulação de metais, a agricultura gerava grandes lucros com poucos investimentos, sendo as outras formas de produção apenas o resultado da transformação dos frutos da terra.[57] A fisiocracia como teoria científico-econômica teve vida bastante curta, de pouco mais de trinta anos, mas influenciou principalmente os franceses, no qual ela foi mais aceita. Apesar de suas limitações, os europeus em solo brasileiro viam na vastidão do território imensas possibilidades de lucros advindos da exploração da agricultura, uma vez que as riquezas minerais, também valorizadas pelos fisiocratas, como o ouro, já tinham escasseado.

---

[55]CORREA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs**.) Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2001, p.77.
[56] CORRÊA, Op. Cit., p. 81.
[57]SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005

A emergência de uma compreensão mais bem elaborada da economia goiana no Oitocentos nos conduziu a investigar a diversidade da produção e do comércio no período colonial e imperial. Questões relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios em Goiás durante o século XIX podem ser conhecidas parcialmente por meio de relatos sobre as atividades agropecuárias, preços dos produtos importados e exportados, relatórios dos governadores de províncias, correspondências, documentos fiscais, entre outros, que informam sobre as condições de produção, circulação e consumo de alimentos na província. Também se podem inferir tais dados a partir dos relatos dos estrangeiros que estiveram na região no século XIX.

Os viajantes europeus que percorreram os sertões goianos observaram aspectos sobre a produção, comercialização e consumo de gêneros alimentícios e deixaram registradas suas observações, que nos ajudam a compor um quadro da economia goiana no Oitocentos Objetiva-se analisar, por meio desses relatos, os mecanismos de produção e circulação de alimentos, bem como os hábitos alimentares da população em Goiás, tal como foram vistos por esses visitantes.

O uso da escrita de tais viajantes como fonte histórica se realiza na medida em que se possam analisar aspectos como a grande heterogeneidade social e cultural desse grupo, que trazia consigo seus próprios referenciais culturais e cujo olhar partia de outra realidade, a europeia. Esses referenciais eram dados pelos avanços científicos e modos "civilizados" dos europeus e fariam contraste com um novo mundo cujos habitantes, de acordo com sua visão, eram repletos de atributos negativos como a indolência, ociosidade, preguiça, luxúria e crueldade, muito distantes dos padrões de civilidade tidos como ideais pelos visitantes europeus.[58]

Dalísia Doles e Heliane Nunes observam que as memórias desses viajantes são extremamente importantes para se conhecer aspectos da vida em Goiás no século XIX. Doles adverte que suas impressões são oriundas de uma visão de um grupo social sob a lógica e os conceitos determinados pela sociedade europeia e, portanto, carregam em seu interior sérias limitações quanto à suas interpretações sobre as sociedades na colônia. A autora afirma, entretanto que, numa época de tamanho isolamento dos habitantes da província e dificuldades quanto à produção de registros históricos, a escrita dos viajantes constitui-se em importantes

[58]BARREIRO, José Carlos**. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

testemunhos e contribuem para o conhecimento dos ritmos de vida da população de Goiás. [59] Analisando a importância dos relatos dos viajantes para a história de Goiás, Corrêa afirma que:

> Suas crônicas de viagem são testemunhos reveladores do passado, especialmente quando se considera que o conhecimento da realidade de um espaço vai muito além de sua materialidade, implicando também representações e percepções que os seres humanos estabelecem com o referido espaço. Nesta perspectiva, a leitura e interpretação dessas memórias revestem-se da maior importância na medida em que possibilitam delas extrair inúmeras informações e impressões que tiveram da paisagem goiana da época, ainda que concebidas sob o crivo da mentalidade sustentada pela cosmovisão europeia.[60]

Ainda que Doles, entre outros historiadores, tenha reforçado o panorama de decadência e, de certa forma, exaltado a literatura dos viajantes, reconhece que esses documentos revestem-se de singular importância na medida em que nos remetem aos vestígios de um passado e são importantes fontes para a Historiografia de Goiás.

2.2 – Os viajantes estrangeiros do século XIX em Goiás

Entre os viajantes estrangeiros que estiveram em território goiano no século XIX, selecionamos as memórias de Augusto de Saint Hilaire, John Emanuel Pohl, George Gardner e Luiz D'Alincourt. Eles percorreram o território, realizando importantes anotações sobre a natureza e a população e deixaram valioso documento para o estudo da história regional. Ao escolhermos estes viajantes, entendemos dar oportunidade a uma maior diversidade de vozes testemunharem, pois teremos aqui representadas diferentes nações europeias em que, apesar de próximas geograficamente e partilharem alguns costumes e ideias, mantém certamente um nível de individualidade na cultura e no pensamento.

2.2.1 – Augusto de Saint Hilaire

Augusto François César Provençal de Saint Hilaire nasceu na cidade de Orleans, França, em 1779. De família abastada, dedicou seus estudos de formação na área das ciências naturais, tornando-se professor na escola superior de botânica do *Muséum*, mesma instituição onde se formou botânico. Sua formação acadêmica em morfologia vegetal impulsionou sua

---

[59] DOLES, Dalísia Elizabeth M. e NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**: História, 1993 (1/2), pp.71-118.

[60] CORREA, Margarida Maria da Silva. Op. Cit. p. 169

viagem ao Brasil em 1816 com a finalidade de realizar observações cientificas. O naturalista chegou ao Brasil integrando a comitiva do duque de Luxemburgo, embaixador francês designado para a corte portuguesa, sob o apoio financeiro do governo francês e do Museu de História Natural e Academia de Ciências de Paris. Saint Hilaire coletou milhares de espécimes vegetais, minerais e animais para sua coleção. Percorreu o território brasileiro entre 1816 e 1822 e esteve em Goiás entre maio e setembro de 1819. Apesar de seu status de cientista naturalista, não se eximiu de registrar suas impressões também sobre a paisagem urbana, a população e seus costumes. Sua jornada ficou restrita à região centro-sul, fato que pode ter limitado sua visão, pois as regiões norte e sul apresentam diferenças substanciais no que se refere à economia e hábitos socioculturais. (Conforme pode ser visto no mapa 1)

Saint Hilaire foi considerado um viajante-naturalista modelo da época, cientista que acreditava na capacidade da ciência de operar no sentido de tornar o mundo mais eficiente, de acordo com o modelo ideal de progresso do século XIX. Sua busca pelo rigor científico e suas agudas observações o fizeram ser visto como o mais célebre dos naturalistas estrangeiros em Goiás no século XIX. [61]

Os relatos de Saint Hilaire contém uma série de informações concernentes às condições de produção e comercialização de gêneros alimentícios na Província. Durante suas excursões hospedou-se em ranchos de tropeiros "atormentado por ferozes pulgas", disputando espaço com arrieiros e tropeiros e sendo "importunado por ventos muito fortes", já que a estrutura desses ranchos contemplava apenas uma cobertura, sem as paredes protetoras do vento e da chuva.[62] Também atestou "as fadigas de uma viagem de vários meses através dos sertões, onde às vezes faltavam as coisas mais necessárias".[63] Essas condições adversas contribuíram para reforçar o já desgastado humor do naturalista, que ficou conhecido pela nada condescendente crítica aos costumes dos goianos.

O naturalista descreveu os sítios e fazendas que avistou pelos caminhos e forneceu informações sobre as produções de gêneros na Província. No Arraial de Santa Luzia, o primeiro que visitou quando entrou em Goiás pela Estrada Real das Minas, observou que os habitantes "se achavam em extrema pobreza" e os negros, tanto livres quanto escravos, "vivem na indigência". Entretanto, afirma que, após o declínio da mineração "com exceção de um pequeno número de artesãos e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se

---

[61]MOREYRA, Sérgio Paulo**. O olho que vê o mundo**. Boletim goiano de Geografia. V. 7/8 n.1/2 - Janeiro/Dezembro 1987/1988.
[62]SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
[63] Idem, P.53

ao cultivo da terra [...]". Afastados do arraial nos dias da semana, dedicando-se ao cultivo nas roças, os habitantes da localidade produziam "plantas de origem europeia, tais como o trigo e o marmeleiro". Para Saint Hilaire, apesar de os moradores empenharem-se no cultivo de alimentos, "seria inútil que os colonos plantassem milho, feijão e arroz em maior quantidade do que a necessária para alimentar suas famílias, pois, exceção feita das épocas de escassez - o que ocorreu quando eu passei por lá – esses produtos não encontram comprador".[64]

Saint Hilaire se referia às dificuldades encontradas pelos habitantes da província para produzirem e comercializarem os produtos da terra. Fatores como as técnicas agrícolas rudimentares, dificuldades de armazenamento, grandes distâncias entre as vilas, precariedade dos caminhos que dificultavam o transporte de mercadorias para comercialização e dificuldades de ordem fiscal, contribuíram para inviabilizar a expansão da lavoura, levando os pequenos agricultores ao desânimo. [65]

As descrições de Saint Hilaire sobre os caminhos no interior da província são importantes para se compor um quadro das comunicações em Goiás no século XIX. As longas distâncias entre as localidades e as péssimas condições das estradas são apontadas por ele como algumas das causas dos problemas no abastecimento de gêneros alimentícios para a população. Saint Hilaire alerta para a necessidade de melhoria na infraestrutura dos locais de pousos e fornecimento de víveres aos tropeiros e demais viajantes que necessitavam de descanso e abastecimento. Na sua acepção, só assim seria possível vencer o isolamento da região. Algumas localidades situadas no caminho das tropas que transportavam gêneros para o provimento da província se encontravam de tal forma decadentes que os viajantes que por ali passavam não encontravam alimentos para se reabastecerem, levando o naturalista a afirmar que "o cultivo da terra não interessa a esses homens, tão imprevidentes quanto os próprios indígenas [...]".[66] O cientista atribuía a pobreza e a escassez da região à preguiça e inércia de seus habitantes que não conseguiram vencer a crise estabelecida com o declínio da atividade mineradora.[67] Ele afirma:

> Quando vemos a indolência e o tédio estampados no rosto dos agricultores estabelecidos ao longo das estradas, é difícil deixarmos de sentir certo desprezo por eles. Esses homens são de uma pobreza extrema e nada fazem para sair dela. [68]

---

[64] SAINT HILAIRE, Op. Cit.. p. 25 e 26
[65] FUNES, E. A.**Op. cit.**
[66] SAINT HILAIRE, Op. Cit. P.11.
[67] Saint Hilaire aponta casos de localidades com certo dinamismo econômico, como o arraial de Meia Ponte, embora constituíssem exceção.
[68] SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 12.

Posteriormente, a Coroa portuguesa percebeu a importância da presença de pousos, hospedarias e roças nos caminhos e concedeu sesmarias para a constituição de vendas, locais de hospedagens e formação de fazendas e sítios como unidades produtoras voltadas para o abastecimento das tropas.

O Arraial de Santa Luzia ainda conseguia produzir e exportar artigos como peles de animais selvagens, couros e marmeladas. Mas, de acordo com o naturalista, é na criação de gado bovino que está a maior fonte de lucros dos fazendeiros da região. Essa renda, todavia, não assegurava boas condições de vida aos seus moradores. Inexistiam recursos suficientes que pudessem suprir necessidades de alguns itens importantes com o sal e trajes adequados, o que acarretava situações próximas à comicidade. Conforme Saint Hilaire:

> Alguns agricultores chegam a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal por não conseguirem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido. A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. [...]. E essa chegou a tal ponto que, dispondo praticamente de toda a terra que lhe convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento.[69]

O francês, impregnado das concepções iluministas de progresso e cuja visão de mundo era amparada pela ideia de que a ciência seria a alavanca para a civilização, não se furtou em assumir a condição de civilizador e dispensou conselhos que, segundo ele, contribuiriam para uma mudança de comportamento da população e trariam um padrão de civilidade mais assemelhado àquele que ele próprio achava adequado à Província. Ele diz: "Indiquei as soluções que me pareceram mais eficazes. Espero que meus humildes conselhos sejam ouvidos [...]".[70]

A Chácara de São João Evangelista, nas proximidades de Santa Luzia, onde foi convidado a passar a noite pelo vigário João Teixeira Alves, representou para o cansado viajante um lenitivo das agruras de sua aventura, pois desde que "deixara S. João Del Rei, só havia encontrado fazendas mal cuidadas e sítios ainda mais miseráveis". Nessa propriedade, além de uma casa confortável o viajante encontrou plantações de algodoeiros, bananeiras, cana de açúcar, cafeeiros e marmeleiros, além de legumes e frutas para o consumo. Havia uma criação de bois e um rebanho de carneiros, cuja lã era destinada à fabricação de chapéus "os quais encontrava fácil venda".[71]

---

[69]SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 27
[70]Idem, p. 27
[71]Idem, P. 28

No Arraial de Corumbá, o naturalista encontrou a maioria dos habitantes trabalhando para os agricultores da região, cuja plantação de fumo garantia a exportação para vários arraiais da província. Na localidade de Meia Ponte, onde havia a interseção das estradas da Bahia, Minas, Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo, local de grande afluxo de tropas de burros, a produção de gêneros alimentícios era abundante. Saint Hilaire parece encantado ao descrever o arraial:

> [...] como o povoado que se formou ficasse situado na junção das principais estradas da província e por ali passasse um grande numero de tropas, seus habitantes, certos de que poderiam vender proveitosamente os produtos da terra, logo desistiram dos trabalhos de garimpagem da qual atualmente restam poucos vestígios. Foram eles, ao que parece, os primeiros em toda a capitania que tiveram a gloria de se dedicar ao cultivo da terra. [...]. Ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia Ponte se dedica à agricultura.[72]

Tamanha era a diligência dos moradores de Meia Ponte, que se podiam ver em seus quintais pés de cafeeiros, laranjeiras, bananeiras. Saint Hilaire afirma que "é principalmente com a criação de porcos e a cultura de fumo que se ocupam os colonos da região".[73] Tal produção era exportada para Vila Boa e vários arraiais ao norte da província. O algodão produzido ali era de excelente qualidade e também contribuía com a pauta de exportações da localidade. No Arraial de Córrego de Jaraguá, o viajante encontrou vários engenhos de açúcar, cuja produção era exportada principalmente para Vila Boa. Grande parte de seus moradores estavam ocupados com a agricultura e a criação de gado.

Após percorrer o trajeto em direção à Vila Boa e passar pelos arraiais de Ouro Fino e Ferreiro, o naturalista chega à capital da província e principal centro de comércio da região. O viajante registra suas impressões a respeito da arquitetura, do comércio, das condições de vida dos moradores e seus hábitos alimentares:

> A alimentação dos habitantes de vila Boa é a de todos os brasileiros do interior, constituindo a sua base a farinha de mandioca ou de milho. Não obstante, encontram-se na cidade algumas especialidades que não há nas fazendas. Menciono, em particular, um excelente pão que é feito com a farinha de trigo de Santa Luzia, de Meia Ponte e Cavalcante [...][74]

Em Vila Boa, o viajante descreve um grande numero de lojas e vendas "bem abastecidas, as quais, como em todas as cidades do interior, vendem indiscriminadamente mantimentos, miudezas e tecidos".[75] Os habitantes, em sua maioria, estão no serviço publico,

---

[72] SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 36
[73] Idem, p. 37
[Id] Idem, p. 52
[75]Idem, p. 52

e alguns vivem da agricultura. Mostrando-se bem informado das condições de abastecimento da região, Saint Hilaire confirma que é proveniente do Rio de Janeiro a maior parte das mercadorias que supriam as necessidades dos habitantes da localidade.

Saint Hilaire teve o privilegio geralmente reservado às figuras ilustres quando em passagem pela província, de cear à mesa do governador. O célebre evento é relatado pelo viajante como oportunidade rara de ostentação material por parte de Fernando Delgado Freire de Castilho. Assim ele descreve a ocasião:

> A comida era abundante e bem preparada e na mesa refulgiam belas pratarias e porcelanas. Não deixava de causar assombro esse luxo, sabendo-se que o único meio de se chegar a Vila Boa era em lombo de burro e que nos achávamos a 300 léguas do litoral. Havia sobre a mesa vários garrafões de vinho. [...] Ninguém mais, porém, à exceção de nós dois, provou do vinho. Durante minha permanência em Vila Boa, vinho apareceu à mesa todos os dias, mas aparentemente apenas como enfeite. O governador só tomava um cálice, creio, e eu só bebia água. O vinho ali é extremamente caro [...]. No meu primeiro jantar no palácio havia sobre a mesa uma bandeja com esplendidas uvas moscatel, as quais como o vinho, foram inutilmente cobiçadas pela maioria dos convivas.[76]

As impressões de Saint-Hilaire sobre o jantar na residência do governador são reveladoras sobre os hábitos dos grupos mais abastados no interior do Brasil e o desejo de apresentar-se civilizado perante o estrangeiro. O uso de utensílios de luxo e de determinados alimentos, para os quais o acesso era restrito, demonstrou que os padrões de civilidade europeus não eram desconhecidos do anfitrião, que os utilizava, entretanto, como instrumento de diferenciação social.

Jean-Louis Flandrin aponta que as boas maneiras à mesa ou o uso de utensílios de luxo, aos quais os pobres tinham dificuldade de acesso, serviam para expandir as diferenças entre as massas e as elites sociais. O autor assinala que “[...] nem todas as pessoas sentadas à mesa comiam os mesmos alimentos ou tomavam as mesmas bebidas” e ainda que “os tratados de civilidade estavam repletos de recomendações sobre os pratos que se devia servir ao dono da casa, e às altas personalidades que honravam a mesa com sua presença”.[77]

Havia, de acordo com Saint Hilaire, boa produção de uvas na região, com frutos “de muito boa qualidade”, mas ainda eram consideradas artigo de luxo, para o consumo de poucos. O naturalista declarou que o Presidente da Província, Fernando Delgado, lastimando que a economia já não pudesse ser sustentada com a exploração das minas, incentivou os

[76] SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 55
[77]FLANDRIN, J. L. A distinção pelo gosto. In**: História da vida privada**: da Renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

habitantes ao cultivo de lavouras e ao comércio. O governador tomou providencias que facilitassem o escoamento da produção, porém, segundo ele, em razão da inépcia do povo, tais esforços não deram bons resultados.[78]

O naturalista deixa Vila Boa para excursionar até a Serra Dourada após percorrer a Aldeia de São José de Mossâmedes, vista por ele como vasta região cujo aspecto era "selvagem e desértico". A Aldeia fora fundada pelo governo português para a proteção dos indígenas que, em constante conflito com os colonizadores, eram sistematicamente exterminados ou dispersos pela região. Na Aldeia, ele registra o cultivo de diversos gêneros, cujo excedente da produção era direcionado ao mercado e com o resultado da venda, eram adquiridos sal, fumo, tecidos e utensílios de ferro, tudo sob a supervisão de um cabo-comandante, já que os indígenas "por sua total falta de previdência, são incapazes de governar a si próprios".[79] Havia milho, inhame e batatas. Essa descrição, pouco lisonjeira, reforça a visão preconceituosa característica dos visitantes à terra desconhecida:

> De resto, esses indígenas são como todos os outros, volúveis e totalmente imprevidentes. Ao fazerem a colheita, em suas plantações particulares, raramente esperam que os frutos estejam totalmente maduros. Nunca pensam no dia de amanha, não guardam nada, vivendo apenas a hora presente e se sentindo supremamente felizes quando podem satisfazer o seu acentuado gosto pela carne, a cachaça e o fumo.[80]

Esqueceu-se, ou parecia desconhecer nosso ilustre viajante, que há centenas ou milhares de anos viveram as nações indígenas naqueles sertões, extraindo da terra e dos rios o sustento de sua gente, com suas roças e frutos de coleta natural, sem necessitar recorrer aos conhecimentos oriundos do colonizador.[81]

O botânico informa que o comércio entre os arraiais e vilas era responsável por parte dos suprimentos alimentícios, sendo o milho o principal produto comercializado. As condições climáticas, entretanto, prejudicavam sobremaneira o contato entre as localidades, pois no período das chuvas muitas estradas ficavam intransitáveis e deixavam os tropeiros à mercê das estações. Mas não poupa criticas à administração, que não providencia a manutenção adequada de estradas e pontes, fundamentais à comunicação local e interprovincial. Nesse período, o comércio realizado pelas tropas era muitas vezes o único elo de comunicação e possibilidade de abastecimento para muitas localidades, pois os tropeiros estabeleciam contato comercial entre as vilas e arraiais e com o mundo exterior.

---

[78]SAINT HILAIRE, Op. Cit. P. 65
[79]SAINT HILAIRE, Op. Cit. ,p. 65
[80] Idem, p. 69.
[81] BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central.** Brasília: Solo, 1994.

O naturalista preocupava-se em registrar as fazendas que abrigavam criação de gado ou outro rebanho qualquer, o que revela ser esse um fato digno de assinalar, dadas as condições econômicas vigentes à época em Goiás. A Fazenda Del Rei, com suas 400 cabeças de gado, era um oásis frente às grandes distâncias percorridas pelos viajantes, que chegavam a deslocar-se 17 léguas ou quatro dias em absoluto deserto, sem vestígios ou rastros de presença humana. Em alguns lugares, os caminhos ou trilhas tinham praticamente desaparecido e hospedava-se sob as árvores, à beira dos riachos. Em Pilões, Saint Hilaire encontra uma população de mais ou menos 200 pessoas, que, segundo ele "mulatos ou negros livres, não se dedicam ao cultivo da terra" e, como os primeiros forasteiros em busca de riqueza, "só pensam em ouro e diamantes". De acordo com o francês, "Os víveres que consomem são trazidos de Vila Boa, geralmente por negociantes dessa cidade que os revendem por preços exorbitantes". E quando estão na época das chuvas, quando os caminhos se tornam intransitáveis, "não se encontra nada ai para comer".[82]

As características atribuídas à população de Goiás e em particular aos que viviam ainda da extração mineral, pelos viajantes europeus, são reforçadas por Saint Hilaire aqui em Pilões, onde reafirma o discurso proferido em seus relatos por diversas ocasiões:

> Se alguns habitantes de Pilões, a exemplo do que fizeram os de Meia Ponte à época da descoberta, se dedicassem à agricultura, não somente tornariam sua existência menos precária, como ainda teriam um bom lucro seus produtos aos tropeiros, que só encontram regiões desérticas antes e depois do arraial. Mas o cultivo da terra não interessa a esses homens tão imprevidentes quanto os próprios indígenas. Vivem apenas o dia-a-dia, gozando a vida e parando de trabalhar quando conseguem tirar um pouco de ouro do rio. Só vão procurá-lo de novo quando já não tem mais nada, jamais pensam em poupar alguma coisa e, em meio a tanta riqueza, permanecem sempre na miséria. Muitas vezes, em troca de um lenço, de uma garrafa de cachaça ou de uma ninharia qualquer eles dão um diamante de alto valor. "Ao mergulhar minha bateia no rio, dizem esses homens imprevidentes, talvez eu encontre amanha o que perdi hoje".[83]

Saint Hilaire ainda teria oportunidade de retornar a Meia Ponte, quando estivesse se dirigindo a São Paulo. Em seu caminho de volta, o viajante, cuja intenção era visitar as partes meridionais do país, regressa ao arraial e desta vez realiza uma minuciosa descrição da admirável labuta do comandante da localidade, Joaquim Alves de Oliveira. Proprietário de fazenda produtiva, o comandante embrenhou-se na atividade agrícola com grande afinco e tornou-se o modelo de empreendimento e administração para toda a província. Na "mais bela propriedade que havia em toda a região de Goiás" diversas construções abrigavam oficinas e

---

[82] SAINT. HILAIRE, Op. cit. p. 81
[83] Idem, p. 81

indústrias e ali a ordem, limpeza e organização destacavam-se da decadência e miséria que o naturalista presenciara em suas andanças. A produção incluía lavouras e maquinários nas quais eram elaborados artigos necessários à manutenção do complexo. Descaroçador de algodão, fábrica de fiação, fornos do engenho de açúcar, máquinas de ralar mandioca para fabrico da farinha. O naturalista assinala que o comandante já usava o arado para o preparo da terra, fato pouco usual à época na região em apreço.

A produção da fazenda era comercializada internamente e com outras províncias. Vila Boa recebia açúcar e cachaça. O algodão era enviado para o Rio de Janeiro e Bahia. Os produtos eram transportados pela tropa de muares do comendador, que trazia de volta mercadorias e utensílios primordiais, como sal, ferros, tecidos e armas. Seu algodão foi avidamente consumido na Inglaterra, tendo fama de ótima qualidade.[84]

Na localidade de Bonfim, a caminho de São Paulo, Saint Hilaire encontra uma povoação que outrora fora grande produtora de ouro, mas então se achava decadente. Seus moradores se ocupavam do cultivo da terra, cujos produtos eram comercializados em Meia Ponte e Vila Boa ou no próprio povoado, onde realizavam as trocas com as caravanas de tropeiros que passavam oriundas de São Paulo a caminho de Mato Grosso. O naturalista afirma ser a região boa produtora e que havia cerca de trinta engenhos em todo o distrito.

Ao visitar o arraial de Santa Cruz, o europeu revela que este "teve a sua época de esplendor, mas acabou por ter a mesma sorte de todas as povoações fundadas por escravos. O ouro esgotou-se, os escravos morreram [...] e veio a decadência.[85] Observou, ainda, que o "arraial é tão pobre que nele não se encontra uma única loja e nas poucas miseráveis vendas só há praticamente cachaça".[86] Embora o povoado fosse escolhido para sede de um julgado, o viajante parecia desanimado ao afirmar que:

> Os agricultores das redondezas não tem mercado para os seus produtos. Pagam o dizimo de acordo com a extensão de suas lavouras e plantam apenas o suficiente para o sustento da família e a aquisição, por meio de trocas, de sal e ferro. Quase nada mandam para o arraial, havendo ali uma escassez quase total de gêneros de primeira necessidade.[87]

Em seu caminho, o naturalista ainda encontraria inúmeros sítios, fazendas e engenhos, miseráveis ou produtivos, e com seu olhar peculiar, registrou aquilo que esteve ao seu alcance observar. De seu ponto de vista fragmentário, que não via todas as nuances do quadro econômico e social da região, ele registrou: "Quando vemos a indolência e o tédio

[84]SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 117.
[85] Idem. P. 117
[86] Idem, p. 117
[87] Idem, p. 118

estampados no rosto dos agricultores estabelecidos ao longo da estrada, é difícil deixarmos de sentir certo desprezo por eles. Esses homens são de uma pobreza extrema e nada fazem para sair dela”. [88]

Entre maio e setembro de 1819, Augusto de Saint Hilaire percorreu o território de Goiás realizando coletas de materiais biológicos e vegetais e observações sobre a população e seus costumes. De posse dos registros de outros viajantes e dos escritos de memorialistas da região, ele elaborou seu relato de viagem com o olhar repleto de interpretações, julgamentos e comparações. Mas embora tenha afirmado que Goiás era “infortunada região entregue a longos anos a uma administração quase sempre imprevidente e com frequência espoliadora”,[89] também declarou que “não se deve julgar o interior da América segundo os padrões europeus”, contradizendo o que ele próprio fizera ao longo do texto. O autor, como que buscando explicações para amenizar as próprias palavras, afirma posteriormente que:

> Faltam a eles [os goianos] os elementos que propiciam um progresso rápido. População rala, disseminada por vastidões imensas e entregue à própria sorte, atormentada por um clima ardente, sem nenhum estímulo e quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada.[90]

Embora percebesse a chegada do progresso como um processo lento, conseguia enxergar que “aquelas belas regiões desérticas contém os germes de uma grande prosperidade”. Como se quisesse assegurar a importância de seus relatos para a conformação das mudanças que um dia viriam com a chegada da civilização a essa região, ele afirma, condescendente:

> Tempo virá em que as cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo e então seus habitantes poderão desfrutar de uma vantagem que raramente encontramos na Europa, pois saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as origens de suas cidades, mas também dos seus mais insignificantes povoados.[...] Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse, sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas em impérios. E ficarão surpreendidas ao verificar que, nos locais onde se erguerão cidades prósperas, havia outrora apenas um ou dois casebres, que pouco diferia das choças dos selvagens; [...] que em lugar das extensas plantações de milho, mandioca, de cana-de-açúcar e das arvores frutíferas, o que havia era uma vegetação exuberante, mas inútil.[91]

---

[88] Idem. p. 120
[89] Idem, p. 120
[90] SAINT HILAIRE, Op. Cit. p. 14
[91] Idem, p. 14

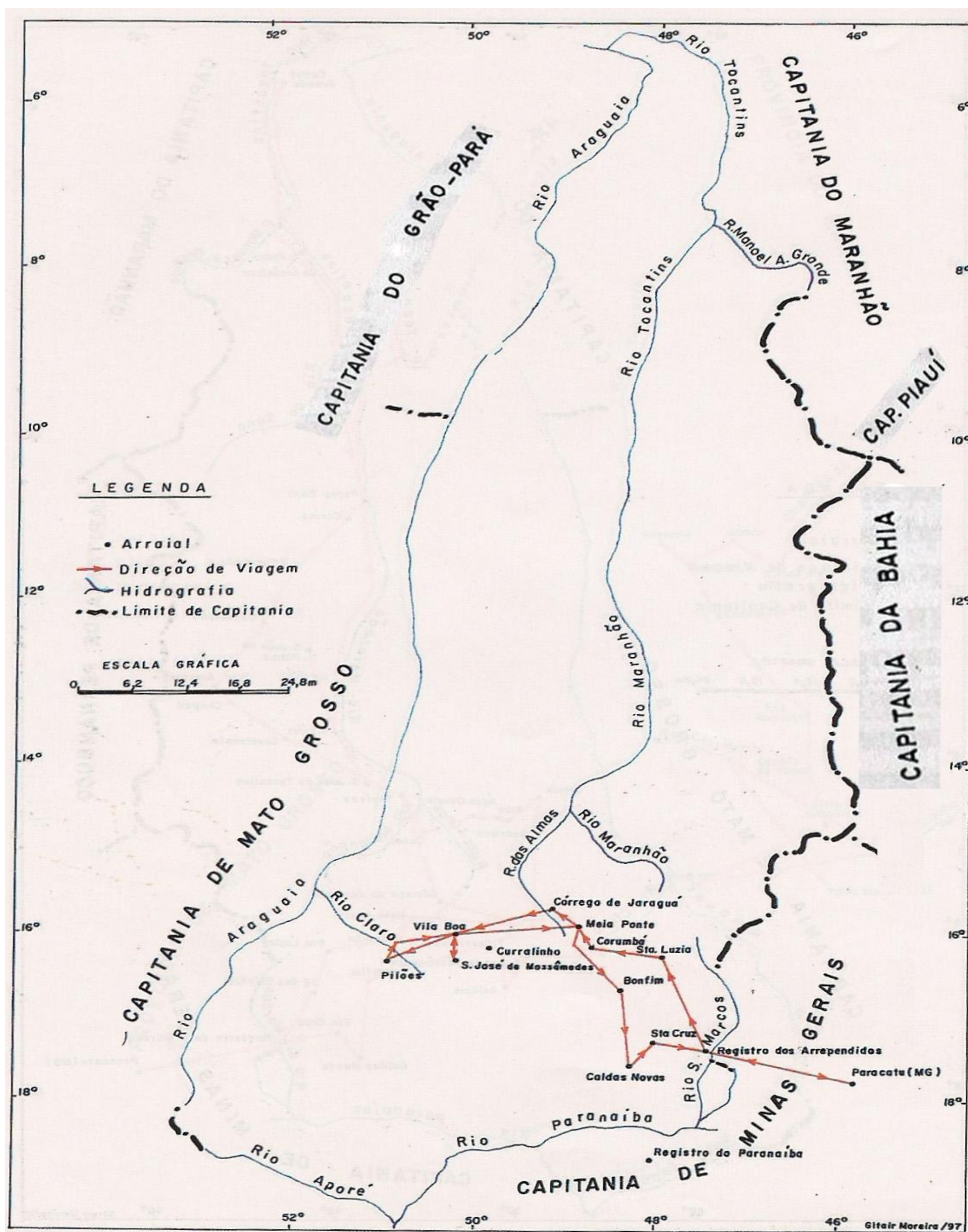
Saint Hilaire, como homem de seu tempo, possuía visão cientifica da época e acreditava nos poderes transformadores da ciência e da racionalidade sobre natureza. Um cientista que esperava, com seus conselhos e observações, colaborar com os processos de mudanças que a civilização traria aos habitantes da província de Goiás e do Brasil. Conforme afirma Moreyra, era um homem que não compreendia o processo pelo qual atravessava a colônia e seu momento econômico e social:

> A descrição que fez dessa viagem é mantida quase sempre entre o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica. [...] Entre o que os seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão europeia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-las, vê-las como ele não pôde vê-las.[92]

A visão que orientou o estrangeiro foi norteada por um ideal de progresso e civilidade e só conseguiu ver a decadência e o vazio, sem comércio e com as demais atividades em ritmo lento, sem esperança. A imagem da população, para o viajante, era a do ócio, da preguiça e da falta de perspectiva, contrastando com a disposição laboriosa e ativa dos europeus que viviam o período pós Revolução Industrial.

[92] MOREYRA, Sérgio Paulo. Op. Cit. P. 164

Mapa 1 - Roteiro de viagem de Saint Hilaire pela Capitania de Goiás (1819)



Fonte: CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs**.) Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

2.2.2 – Luiz D'Alincourt

O sargento-mor engenheiro português Luiz D"Alincourt nasceu em Oeiras em 1787. Seguiu carreira militar, vindo para o Brasil em 1809. Realizou diversas missões importantes na Bahia (1816), Pernambuco (1818) e no Espirito Santo (1841). Foi um dos grandes construtores de obras civis e militares, contribuindo para a arquitetura colonial brasileira. Além de construtor, publicou diversas memórias sobre a corografia do Brasil e assuntos militares. Registrou dados sobre população, comércio, indústria, história das vilas e arraiais e informações sobre rios, serras e estradas. O livro *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá* relata sua passagem por Goiás em 1818 e oferece inúmeras informações que contribuem para o melhor conhecimento da região até então pouco explorada, principalmente, com a elaboração de mapas e plantas para orientação que facilitassem futuras expedições ao território. [93]

Da jornada que D'Alincourt empreendeu de Santos para Cuiabá nos deixou detalhado relato sobre as condições das estradas pelas quais passou. Como engenheiro que era, debruça-se sobre a qualidade dos caminhos, condição essencial para o transporte de gêneros para o abastecimento da capitania. O viajante preocupa-se em detalhar cada trecho que percorre, anotando pormenores e particularidades das estradas, com fria lógica matemática.

Chegando à Goiás, via Pouso Alegre, o estrangeiro passa pelo Arraial de Santa Cruz em direção à Bonfim. Aqui, a escassa população já não vive da cata do ouro, dedicando-se ao cultivo de algodão, milho, legumes, além da produção de aguardente. Importam artigos necessários, como sal, ferro, ferramentas e tecidos e exportam para a cidade de Goiás e vila de Paracatu gado e capados. Dai dirige-se à Meia Ponte, a região que mais motiva elogios dos visitantes estrangeiros. Sobre Meia Ponte registra:

> Os habitantes são abastados de carne e peixe, colhem milho, trigo, legumes, mandioca, tabaco, algodão e café, criam gado vacum e capados; fabricam tecidos de algodão, e mesmo alguns de lã; daqui se exporta grande cópia de gêneros para a capital e é este o lugar de toda a província onde melhor se cuida na agricultura. [94]

A notória industriosidade da população de Meia Ponte, tão decantada pelos viajantes estrangeiros, passava inevitavelmente pela figura do tenente coronel comandante

[93] D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobe a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
[94]Idem,P. 90.

Joaquim Alves de Oliveira, que segundo D'Alincourt era o responsável pelo êxito da cultura do algodão, maior item das exportações da região. O "arranjo, a administração de sua grande fazenda, o engenho, admirável" eram responsáveis não só pelo aumento da riqueza do coronel, mas também de Meia Ponte. [95] A alta produtividade de Meia Ponte a tornava entreposto de caravanas de tropeiros negociantes para se restaurarem e se abastecerem para o restante da viagem. Além de exportar grande variedade de gêneros alimentícios, o arraial importava mercadorias necessárias como sal, ferro, aço, tecidos e escravos.

Caminhos tortuosos conduzem o viajante português ao arraial do Córrego do Jaraguá, localidade onde o ouro escasso levou os habitantes a se dedicarem à lavoura de mantimentos: milho, feijão e legumes, algodão e capados. Observa o viajante que fazendas e sítios à beira das estradas são "muito bons para a agricultura e o terreno ali abunda em partes excelentes". [96]

As observações de D'Alincourt sobre Vila Boa seguem a lógica de sua arquitetura: disposição medíocre, parte das ruas e becos são pequenos e desordenados. A entediante descrição de distâncias, coordenadas geográficas vem acompanhadas de juízo de valor sobre os habitantes de Goiás: "Os goyanenses são pouco industriosos não por falta de gênio, mas dominados pela preguiça e demasiadamente entregues aos prazeres sensuais e bem diferentes são as causas que os tem conduzido a tão deplorável estado [...]"[97]

Todavia, o engenheiro descreve o comércio da cidade e afirma ser ali a única localidade que aglutinava o comércio de todas as regiões. A abastada localidade, no seu parecer, recebia os fazendeiros com seus viveres para negociarem e obterem seus lucros, atestando a existência de um mercado interno efetivo.

A capacidade produtiva dessa vila incluía uma variedade de frutas, como uvas, marmelos, laranjas outras, além de milho, trigo, arroz, mandioca, feijão e outros legumes. Exportava ouro, gado, algodão, tecidos e gêneros alimentícios, que comercializava com outras localidades da província.

O engenheiro português atribuía à indolência dos moradores o que ele chamava de baixa produtividade de alguns artigos. Imputando a preguiça às condições históricas da formação da sociedade goiana, quando a avidez pelo ouro levou à negligencia da agricultura para subsistência, ele afirma "Os habitantes da região, durante a fase áurea, embebidos de

---

[95]D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobe a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975p. 51.
[96]Idem, p. 93.
[97]Idem, p. 96.

lucro fácil do ouro, de tudo se despreveniram, entregando-se ao luxo, ao jogo e nada fizeram pela indústria e agricultura."[98]

Seu trabalho é um tratado sobre as condições das estradas e caminhos através da província, claramente voltado à orientação de futuras incursões ao território. Um dos estrangeiros que mais rigor emprestou ao julgamento dos habitantes de Goiás conferiu a eles as causas de sua pobreza e isolamento. De acordo com Doles:

> Homem ilustre como o oficial D'Alincourt, certamente não desconhecia as proibições das leis portuguesas de que nas áreas de mineração não deveriam ser adotadas outras atividades econômicas que pudessem concorrer com a mão de obra usada na mineração. O sentido expoliatório da politica mercantilista portuguesa é ignorado e as explicações das péssimas condições de Goiás recaem na figura de seus habitantes, os quais não souberam contornar a conjuntura desfavorável com a exaustão das minas, adotando uma atitude de conformismo. [99]

Para o viajante, a salvação de Goiás estava na agricultura, para erguer a economia e livrar a população da penúria e fome. O progresso da região passava pela dedicação ao aumento da produção de alimentos e da indústria local.

Apesar das críticas, D'Alincourt fez um mapeamento importante das estradas e distâncias no interior da capitania, o que favoreceu o desenvolvimento de novas rotas integradoras inter-regionais e interprovinciais, fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. O viajante, como Saint Hilaire, também circunscreveu sua presença em Goiás à região centro-sul, motivo pela qual devemos relativizar suas observações quanto aos hábitos e modos de vida da população. (Conforme pode ser visto no mapa 2)

[98]D'ALINCOURT, Luiz. Op. Cit. p.114.
[99] DOLES, Dalísia Elizabeth M. e NUNES, Heliane Prudente. Op. Cit., p. 36.

Mapa 2 - Roteiro de D'Alincourt pela Capitania de Goiás. (1818)

Fonte: DOLES, Dalísia Elizabeth M. e NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**: História, 1993 (1/2), pp.71-118.

2.2.3 – John Emanuel Pohl

O austríaco John Emanuel Pohl esteve no Brasil entre novembro de 1817 e março de 1821 e em Goiás no período de dezembro de 1818 a junho de 1820. Nascido em fevereiro de 1782 na cidade de Kamnitz, Boêmia, formou-se em medicina em Praga e aplicou-se ao estudo das ciências naturais, dedicando seu tempo à botânica. Viajou para o Brasil na condição de membro da expedição cientifica organizada pela Corte de Viena que compunha a comitiva nupcial de Dona Leopoldina, filha do imperador da Áustria, Francisco II, para o casamento com D. Pedro de Alcântara. Pohl percorreu parte do território brasileiro coletando material mineral e vegetal, que transportou para a Europa onde suas anotações foram distribuídas para vários museus importantes como o de Berlim, Mônaco, Praga e o Britânico. O cientista registrou em diário suas observações sobre a paisagem e o cotidiano das populações dos locais por onde passou. [100]

Pohl foi um dos mais fecundos escritores dentre os viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás no século XIX. Seus relatos contém uma vívida descrição pormenorizada de suas observações resultantes de suas experiências de viagem e são particularmente ricas em detalhes sobre os costumes da população goiana, bem como de informações concernentes à economia e política da região.

O naturalista austríaco compõe seu relato de forma muito semelhante aos dos viajantes estrangeiros de seu tempo. Preocupa-se em registrar suas coletas, descrevendo em pormenores as características das amostras de vegetais, minerais e animais que encontra. Traça um perfil da arquitetura e paisagem natural das localidades que visitou similar às narrativas de seus contemporâneos europeus. No que se refere ao modo de vida da população, o relato de Pohl, a despeito de também utilizar informações provenientes dos manuscritos do padre Luiz Antônio da Silva e Souza e reproduzir informações nele contidas, retrata também suas próprias experiências, que são suficientes para nos informar, por suas impressões, como vivia a população goiana à época.

Em suas andanças, o naturalista muitas vezes dormiu ao relento, em redes ou tendas, às vezes ao abrigo de uma arvore à beira de um riacho. A comida disponível ao viajante e sua comitiva era adquirida junto às propriedades ao longo do caminho ou nas vilas e arraiais que visitou. Mandioca, farinha, galinhas, ovos, e um pouco de carne seca eram seu repasto habitual, exceção feita quando era recebido por autoridades ou pessoas ilustres da

---

[100] POHL, Johann Emmanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. 2v. Rio de Janeiro: INL, 1951.

região, quando podia dispor de uma variedade maior de alimentos. Seus ajudantes cuidavam em complementar a dieta com carne de caça que arranjavam durante o percurso.

De forma geral, o consumo do goiano consistia em gêneros como o milho, feijão, toucinho, alguns legumes, carne seca, arroz, cana-de-açúcar, algumas variedades de frutas, mandioca e farinha. Também fazia parte do repasto a carne do porco, de algumas aves, como a galinha, perus e pombos e a de cabras e carneiros, estes últimos geralmente nas mesas mais opulentas.

Ao conhecer o Engenho São Sebastião, próximo à localidade de Santa Luzia, Pohl tem a oportunidade de delinear uma unidade de produção típica das que surgiram em Goiás após o declínio da atividade mineradora. O engenho, “embora não se compare com os maiores do país, como os das cercanias de Rio de Janeiro, Bahia etc., figura entre os maiores da Província”.[101] Pohl informa que muitos como esse surgiram devido à isenção de impostos por dez anos, mas desapareceram em grande parte pela escassez de escravos e eram agora simples povoados, a despeito de ainda serem nomeados engenhos. A produção, além do açúcar e da aguardente, incluía a carne seca, farinha de milho e mandioca, que eram cultivados na propriedade. Pohl descreve as formas de plantio do milho e da mandioca e sua transformação em farinha:

> Molha-se e descansa-se o grão, pila-se, com adição de água, mexe-se a fogo lento numa frigideira de cobre ou, como é costume em Goiás, sobre uma chapa de xisto quente e passa-se pela peneira. Chama-se farinha de milho a farinha grosseira que se obtém e é usada sem mais preparo, em lugar do pão. A farinha mais fina, moída em moinho, chama-se fubá e escaldada em agua quente, angu. De uma mistura de fubá e farinha de trigo se prepara, especialmente no interior do país, uma espécie de pão que é quebradiço e indigesto. [102]

A mandioca também mereceu atenção especial do naturalista, que afirmou ser o pão nacional. Descreve minuciosamente a espécie e suas variedades e as formas de plantio. A receita para a preparação da farinha de mandioca segue o mesmo padrão da anterior. As raízes são lavadas, descascadas e raladas e torradas, do que se obtém a farinha seca, que é consumida de muitas formas, pura, acompanhada de carne ou em forma de bolos e biscoitos. O médico também delineia o preparo da carne-seca, mas afirma que tem aparência desagradável e gosto insípido. È importante destacar que Pohl nota no Engenho a existência de horta, que continha alface e couve, pepinos, cebolas, pimentas entre outras, e pomar, que produzia abacaxis, bananas, laranjas, limões, uvas, entre outras variedades apontadas.

[101]POHL, Op. Cit. P. 258.
[102]POHL, Op. Cit. p. 259.

Em Santa Luzia, o médico tece duras criticas à índole da população. Para justificar a situação de abandono em que se encontram os arraiais e vilas da Província após o declínio da produção do ouro ele atribui a decadência ao espírito indolente e conformista de seus habitantes que não eram capazes de superar a crise por meio da adoção de outras atividades econômicas. O naturalista acreditava que se "os moradores não fossem tão avessos ao trabalho" a produção de alimentos e artigos para a indústria daria mais resultados:

> São todos muito preguiçosos e consideram uma vergonha ou desonra que um branco ou livre trabalhe, mesmo um pouco. Essa preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que as vezes chegam da Europa com o proposito de fazerem fortuna trabalhando. Contagia-os a preguiça geral e em breve trabalham tão pouco quanto os naturais. [...] Preferem passar todas as privações a compartilhar do trabalho do negro, nem sempre robusto, para que ele, orgulhoso de seu sangue europeu, olha de cima para baixo. [103]

Os viajantes europeus não compreendiam o significado do trabalho para os homens livres na ordem escravocrata. Associado ao escravo, o trabalho era aviltante e vergonhoso, e era preferível viver na miséria a ser associado a atividades degradantes. Para Chaul:

> Os viajantes não tinham uma visão mais ampla do contexto geral da sociedade e da economia de Goiás. Muito menos da cultura local. Seus olhares estavam condicionados a enxergar progresso, desenvolvimento capitalista e lucro, coisas para as quais a Província de Goiás não estava preparada, por falta de condições de realização ou por um livre culto ao cotidiano de seus dias que pareciam iguais, que pareciam as avarezas de Deus. [104]

Os habitantes de Santa Luzia viviam de produtos da agricultura, criação de gado e do comércio, do qual seu item mais afamado era a marmelada, um doce feito de marmelo que era exportado para várias regiões do país.

Sobre a maioria dos arraiais, Pohl descreve que "seus habitantes ganham o pouco sustento com alguma criação de gado ou porco e o cultivo dos habituais frutos da terra". No entanto, Pohl atribuiu a escassez novamente à postura indolente de seus habitantes, pois ali "o solo, a mata e a serra abundam em riquezas para o homem diligente". [105] No pequeno Arraial de Corumbá, os habitantes criavam porcos, cultivavam tabaco, algodão e produziam feijão e milho, apenas para a própria subsistência. Prática que talvez justifique as dificuldades vivenciadas pelo viajante para conseguir mantimentos para abastecer a comitiva e os animais

---

[103]POHL, Op. Cit p. 263.
[104]CHAUL, Nasr N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997
[105]POHL, Op. Cit. p.269.

de carga. Em Bom Sucesso, não conseguiram obter alimentos em razão da escassez vivida pelos moradores, do qual sofreram “a máxima penúria”. Em Córrego do Jaraguá a situação era semelhante. Na localidade de Ouro Fino, os habitantes moravam em casebres miseráveis e arruinados e dispunham de pouco alimento. Também em Anicúns a comitiva teve dificuldade de conseguir se reabastecer, pois “reina tanta pobreza que só por urgente requisição o comandante nos conseguiu a necessária provisão de sal e farinha de milho. Todos os viveres são extraordinariamente caros”. [106]

Mais grave era a situação de Curralinho, cujas construções de barro e madeira se achavam “na mais completa decadência.” O viajante passou apuros para conseguir algum alimento, já que “entre os habitantes do lugar reinava a maior penúria. Por dinheiro algum se podia obter a menor quantidade de alimento”. [107] Em Pilões, apesar de os habitantes ainda viverem da extração do ouro e diamantes, a falta de alimentos até mesmo para subsistência foi evidenciada pelo naturalista:

> Os preços dos viveres aqui são excessivamente altos e muitas vezes, como aconteceu no tempo da minha estada, não podem ser obtidos nem por muito dinheiro. Essa carestia também oprime os naturais do lugar. Nessas circunstancias os ganhos são consumidos muito depressa na satisfação de suas próprias necessidades, pois tem de mandar vir de muito longe as suas provisões, compra-las caro, revende-las apenas em parte e viver com o que restar. [108]

A exceção novamente fica por conta dos habitantes de Meia Ponte. Os moradores da localidade “tem a fama de entendidos na cultura de milho, mandioca, fumo, cana de açúcar, café e algodão. Também produzem trigo, que aqui se dá bem”. [109] Meia Ponte, devido à sua privilegiada posição geográfica, podia abastecer as tropas de mercadores e demais viajantes que percorriam o território goiano. [110]

A capital da província, a cidade de Goiás vivia do comércio, de acordo com as observações de Pohl. Para o médico, o trabalho dos artesãos era de má qualidade, se comparado aos europeus. Carpinteiros, ferreiros e mecânicos estavam atrasados tecnicamente e só trabalhavam quando queriam. “O ócio é a máxima felicidade dessa gente. [...] Entregam-

---

[106]POHL, Op. Cit. p.353
[107]Idem, p.357.
[108]Idem, p.379.
[109]Idem, p.270.
[110]Meia Ponte se situava na junção das estradas que conduziam a Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

se à ociosidade sem se animarem a trabalhar para melhorar a sua sorte.” [111] A agricultura estava num patamar abaixo do esperado.

O cientista percorreu não só as principais rotas de comunicação, mas também trilhas e picadas menos usuais, devido a seu interesse em recolher espécimes minerais e vegetais para sua coleção. Foi um dos poucos que atravessou a província de norte a sul e que mais tempo permaneceu na região. (Conforme pode ser visto no mapa 3)

Pohl atesta as péssimas condições dos caminhos descrevendo-os muitas vezes como nada além de "picadas" no meio do mato, abertas ocasionalmente conforme a necessidade impusesse e que se tornavam virtualmente intransitáveis no período das chuvas. Tal é o caso de uma rota criada ligando Vila Boa a Caldas Novas para que o governador D. Fernando Delgado Freire De Castilho pudesse usufruir das águas termais do local. Em uma ocasião, ele narra que nas poças de agua caberia um burro e muitas vezes foram obrigados a abrir caminho a machado por entre arvores.[112]

Mesmo as mais importantes estradas que faziam a ligação entre os arraiais da capitania ou que estabeleciam comunicação entre Goiás e Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e São Paulo estavam, de acordo com Pohl, em péssima situação. As más condições dos caminhos dificultavam significativamente o comércio entre as regiões, reforçando o isolamento de Goiás e impossibilitando o adequado abastecimento de gêneros alimentícios. O naturalista reforça o discurso de outros viajantes atestando a precariedade de pousos para o descanso e reabastecimento das tropas e boiadas que faziam o comércio terrestre.

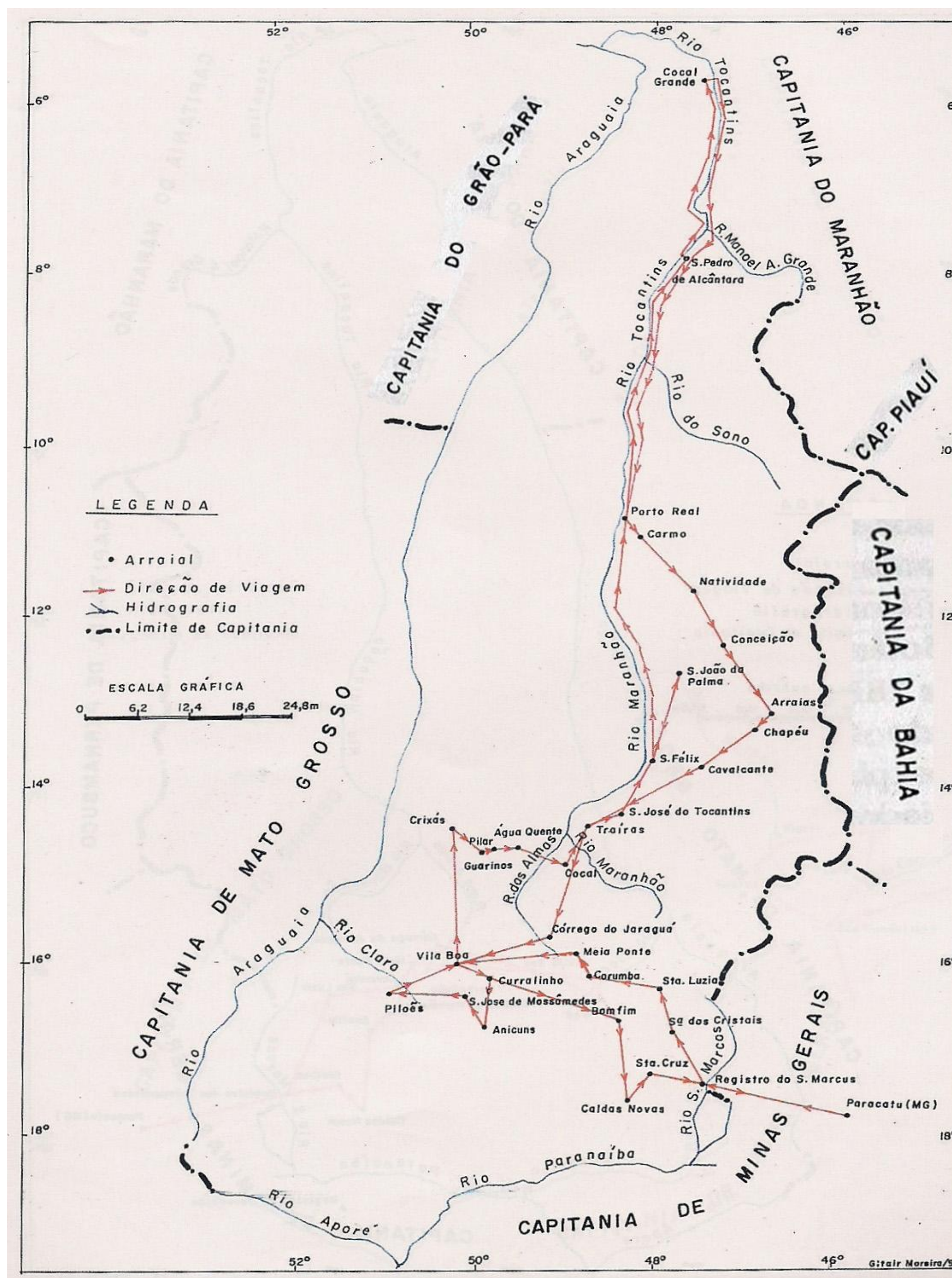
Por onde passou, o viajante registrou suas impressões, descrevendo a ruína e a miséria das localidades devido à crise da mineração e ao desprezo da população pela prática da agricultura e a tônica comum era a extrema pobreza e a escassez de alimentos. Assim com outros viajantes estrangeiros, Pohl via a solução do problema da escassez e penúria numa mudança de atitude dos habitantes da província, que deveriam aproveitar as riquezas naturais e a fertilidade do solo para produzirem o necessário pra a sobrevivência. Era necessário cultivar regularmente para que houvesse mantimentos para abastecer os viajantes que transitavam pela estrada principal em direção à Goiás.[113]

Sem desconsiderar a realidade histórica que se abateu sobre Goiás com o recuo da atividade mineradora, é preciso relativizar as condições de vida da província no século XIX, compreendendo que tais julgamentos não consideraram os ritmos próprios de uma sociedade e

[111]POHL Op. Cit. P. 334.
[112]Idem, P. 335
[113]Idem,. P. 336.

o tempo necessário para que houvesse o ajustamento ou transição para outra atividade econômica proeminente capaz de reerguer a economia da região.

Mapa3 - Roteiro de Pohl pela Capitania de Goiás. (1818-1820)



Fonte: CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs.) **Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

2.2.3 – George Gardner

O escocês George Gardner veio para o Brasil em 1836 e permaneceu até 1841, percorrendo várias regiões e realizando coletas de materiais vegetais e animais, muitas delas desconhecidas do mundo cientifico até à época. Gardner tinha formação em medicina, mas tinha inclinação pelos estudos da natureza e a historia natural. Especializou-se em botânica, geologia e mineralogia e, como a maioria dos naturalistas de seu tempo, recebia influências do espírito cientifico de seu tempo. O naturalista atravessou várias regiões, recolhendo, analisando e catalogando inúmeras espécies animais e vegetais, mas não se restringiu à observação da natureza, registrando, como os outros viajantes, impressões sobre o cotidiano da população que encontrou. [114]

George Gardner chegou a Goiás por um trajeto diferente dos outros viajantes estrangeiros, adentrando pelo Ceará até chegar ao norte goiano. (Conforme pode ser visto no mapa 4) Permaneceu em Goiás no período de setembro de 1839 a maio de 1840. O naturalista realizou minuciosa descrição das condições de vida dos habitantes das localidades do Duro, Almas, Natividade, Conceição, Arraias, São Domingos e outras, situadas no norte da Província.

O viajante registra a miséria em que se encontravam as gentes, segundo ele, vitimas de sua própria indolência e inoperância, posto que não dispusessem de técnicas ou conhecimento que lhes proporcionassem meios de sobreviver em tão penoso ambiente. Gardner descreve as condições das estradas que percorreu. De acordo com ele, de modo geral, os caminhos de Goiás são pouco usados, geralmente percorridos por tropeiros e boiadeiros que atravessavam a província, sendo extremamente mal cuidados e, por isso, difíceis de atravessar. Estradas ruins encareciam os produtos destinados a uma população já suficientemente pobre para adquirir até mesmo o essencial para a manutenção da vida.

Na Missão do Duro, Gardner encontra cerce de vinte casas, “todas do mais misero tipo”. [115] Sobre a alimentação dos habitantes ele afirma:

> A parte principal do alimento dessa gente é de natureza vegetal; frutas silvestres que buscam nas matas, tais como cocos de diferentes espécies de palmeiras, os frutos do pequi, mangabas, jatobá, pitomba, goiaba, araçá e outras. [...] Costumam levantar-se bem cedo, despertados por uma espécie de tambor, para irem às matas do oeste catar essas nozes e durante o resto do dia nada mais se ouvia senão o ruído da quebra das nozes entre duas pedras.

---

[114] GARDNER, George**. Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do norte e nos Distritos de ouro e do diamante**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
[115] Idem, P. 148

> O pouco de sua alimentação animal é obtido pela caça, ocupação em que os moços se comprazem muito mais que no trabalho das plantações.[116]

Os relatos de Gardner são repletos de descrições da penúria e do abandono a que as populações das regiões onde a mineração declinou se encontravam. A falta de alimento era recorrente, mesmo os artigos mais comuns e essenciais, como o feijão, a farinha e o milho. A comitiva do viajante teve dificuldades para abastecer suas reservas com mantimentos pois

> Apesar se se prestarem o clima e o solo da missão à cultura dos vários produtos dos climas tropicais, os habitantes são tão indolentes que vivem geralmente famintos. Não encontrei aqui farinha de mandioca, nem arroz, nem cará, batata doce, nem bananas e, como ao chegar aqui nossa provisão de carne estivesse quase acabada, teve a maior dificuldade para conseguir comprar uma vaca.[117]

Nas localidades de Natividade, Conceição e Arraias o viajante observou a mesma penúria. Para ele a fome e a escassez eram resultado da vadiagem e indolência ao extremo. O viajante observa que

> Durante nossa permanência fomos obrigados a alimentar-nos quase exclusivamente de farinha e carne salgada, sem poder encontrar arroz, nem bananas, nem carás. De vez em quando conseguia comprar uma espécie de biscoito grosseiro feito de farinha de milho e uma ou duas vezes recebi de presente uns pãezinhos feitos de farinha de trigo produzido nas terras altas de Cavalcante muito para o sul. Nunca vi trigo cultivado em qualquer desses lugares que visitei e foi essa a única vez que provei pão de trigo produzido nos trópicos. [118]

Mas o viajante relata que encontrou inúmeras fazendas de gado, que era comercializado com a região nordeste, bem como lavouras de milho e mandioca, cana, e árvores frutíferas de laranja, limão, jaca e tamarindo. Em Arraias, o escocês teve novamente dificuldades para comprar mantimentos, mas afirma que

> A criação de gado e a ocupação mais comum dos fazendeiros, porque o gado é de fácil venda no mercado da Bahia; mas em geral cultivam também um pouco de cana de açúcar, principalmente para a fabricação de cachaça, largamente consumida em todas as classes da sociedade e por isso mesmo de boa venda. Também se cultivam a mandioca, o arroz e o milho, tanto para consumo domestico como para a venda na vila. Tanto o solo como o clima parecem prestar-se bem à produção de café, porque as poucas e pequenas plantações nele tentadas deram boa safra [...].[119]

---

[116]GARDNER, Op. Cit. P. 148
[117]Idem, P. 148
[118]Idem, P. 149
[119]GARDNER, Op. Cit. P. 169.

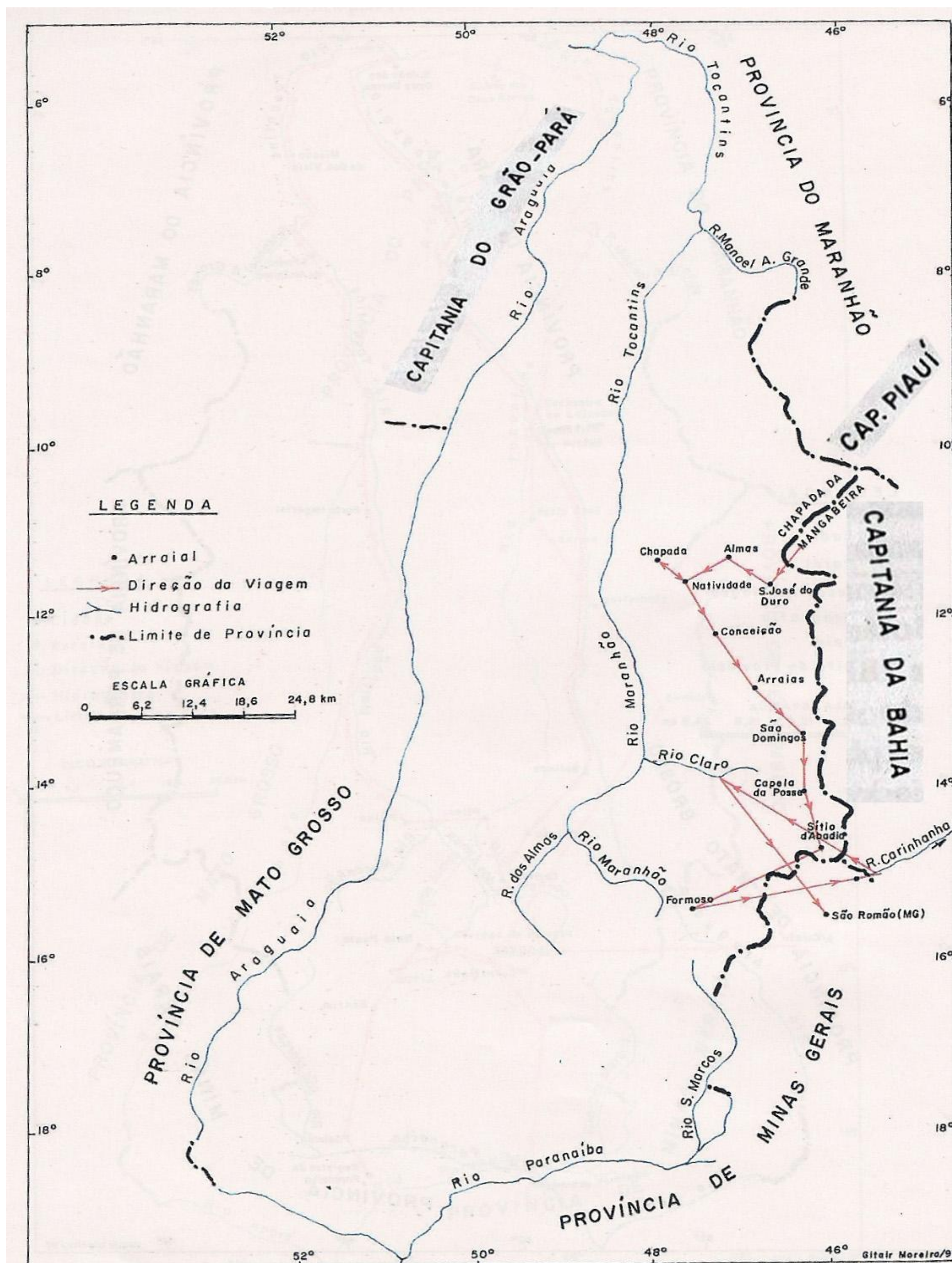
Os viajantes europeus, herdeiros das concepções iluministas, não se privaram de observar as populações e seus modos de viver e interagir com o espaço. As narrativas realizadas por eles e as imagens que as acompanhavam foram poderosos instrumentos na conformação de representações sobre o Brasil, produzidas e reafirmadas por ondas sucessivas de viageiros, tendo sido de grande importância sobre o imaginário de europeus e brasileiros. Cientistas, militares ou mercadores, a maioria registrou suas experiências em solo brasileiro de acordo com as respectivas formações e interesses. Esses relatos desempenharam um papel importante no modo como foram construídas nossa imagem e identidade. Seus diários ajudaram a construir uma imagem pouco lisonjeira dos habitantes da Colônia e influenciaram o modo como a nação viu a si mesma.[120]

Os registros deixados pelos viajantes estrangeiros com suas observações sobre Goiás, nos legaram significativa fonte de informações sobre a paisagem, os costumes e o sistema de produção, circulação e consumo de alimentos e exerceram grande influência na escrita de sua história regional. As condições de subsistência variaram conforme o local e a época e as impressões dos estrangeiros precisam ser relativizadas, porquanto produziram discursos simplificadores ou deformadores da sociedade goiana no século XIX. Todavia, trazem à tona aspectos peculiares dessa sociedade que, confrontados com outras fontes, proporcionam profícuas análises para a compreensão do Brasil no século XIX.

---

[120] FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Op. Cit.

Mapa 4 - Roteiro de viagem de Gardner pela Província de Goiás (1839-1840)



Fonte: CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs**.) Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

CAPITULO 3 – Abastecimento alimentar em Goiás no século XIX: produção, comércio e políticas públicas.

> As vias de comunicação transformarão a face desse Império. Elas não serão somente meios de facilitar o transporte de mercadorias, de abrir saída aos produtos, de aumentar a riqueza privada e pública; mas poderosos meios para a comunicação das ideias, para a comunhão de sentimentos, a manutenção do espirito de nacionalidade, de solidariedade que, nos corpos coletivos, é uma lei necessária à sua existência: farão uma revolução em nossos hábitos, em nosso governo, em nossa vida.

Dr. Aristides de Souza Spínola, Presidente da Província de Goiás. [121]

[121] **Memórias Goianas** no12. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1875-1879). Goiânia: UCG, 1999.

3.1 – O inicio da ocupação em Goiás e o abastecimento.

O impulso inicial pra a colonização efetiva do interior do Brasil, a partir do século XVIII, deu-se como resultado da penetração dos bandeirantes em busca de indígenas e metais preciosos e produziu notáveis transformações na dinâmica econômica da América portuguesa. A atividade dos exploradores paulistas no devassamento do sertão deu inicio a um deslocamento do eixo econômico da colônia, antes concentrado no litoral e em suas atividades produtivas especificas, recebendo todas as atenções tanto da Coroa portuguesa quanto dos mais variados tipos humanos em busca de riqueza. [122]

A descoberta do ouro atraiu a atenção e repercutiu numa verdadeira corrida ao metal, produzindo impactos demográficos importantes nas outras capitanias e afetando suas economias de maneira significativa. Multiplicaram-se, assim, os achados auríferos, fazendo surgir núcleos urbanos e dando inicio à ocupação do território goiano por populações não indígenas.[123] (Conforme se pode notar no mapa 5)

A descoberta das minas propiciou o aparecimento de uma sociedade peculiar, com arraiais e vilas onde o comércio florescia e a vida era dinâmica.[124] Assim, foi em torno da extração mineradora que se deu o inicio da expansão populacional de Goiás no período colonial, incorporando a capitania no processo de povoamento do interior do Brasil. [125](A distribuição espacial dos núcleos urbanos pode ser vista no mapa 6)

A produção do ouro e demais metais preciosos em Goiás, tal como ocorreu nas demais capitanias mineradoras, produziu uma sociedade cujos interesses articulavam-se em torno da atividade de extração das riquezas minerais, em detrimento da atividade agropecuária, que poderia prover as necessidades básicas da população. Ávidos pelas promessas de enriquecimento rápido, os mineradores investiram toda sua energia e capitais na extração aurífera, preterindo a produção de gêneros alimentícios para o próprio consumo, preferindo pagar os altos preços cobrados pelos mercadores que abasteciam a população da capitania com produtos trazidos dos principais centros fornecedores, Rio de janeiro, Bahia e

---

[122] PALLACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás.** Goiânia: UCG,1989
[123] RUSSELL-WOOD, A. J. R**. O Brasil colonial**: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.*).* **História da América Latina. v.II. América Latina Colonial.** São Paulo: Edusp, 1999, p. 471-525
[124]SALLES, Gilka V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992.
[125]Para uma maior compreensão do processo de expansão do território goiano, ver: TIBALLI, E. F. A. **A Expansão do Povoamento em Goiás – Século XIX.** Goiânia: Dissertação de Mestrado, FCHF-UFG, 1991.

São Paulo. A mineração produziu uma sociedade nômade, pois os exploradores mudavam de lugar logo que as minas exauriam. [126]

Esse comportamento era incentivado pelas autoridades administrativas por meio de certas providencias que orientavam a politica nas regiões mineradoras. De fato, medidas foram tomadas pelo governo português para restringir o desenvolvimento de outras atividades econômicas que viessem a concorrer com a extração dos metais ou desviar recursos humanos da labuta nas minas. Preocupado em garantir uma boa produtividade, o governo emitiu um Bando em 13 de junho de 1732 que determinava a proibição da manutenção de canaviais e engenhos nas regiões mineradoras:

> [...] Certifico que em meu poder se acha um bando, que mandou lançar o superintendente das minas, proibindo aos moradores dela o terem canaviais de açúcar, fazerem aguardente... porquanto tenho recebido carta do governador... em qual me declara que S.M., que Deus guarde, por repetidas ordens tem proibido haver canas de açúcar, engenho e as suas destilações de aguas ardentes em minas e, com especialidade, nestas de Goiás... e os que tiverem a destruirão e as queimarão logo... [127]

Tal conjuntura favoreceu a concentração de braços na mineração gerando desequilíbrio no abastecimento de gêneros e insumos necessários à sobrevivência e manutenção dos trabalhos auríferos. O *rush* causado pela euforia dos descobrimentos auríferos gerou um aumento repentino nas demandas por alimento, causando desequilíbrios nas redes de oferta e procura, já que os trabalhadores das minas, em seus primórdios, não foram encorajados a desenvolver agricultura destinada ao suprimento das necessidades básicas de alimentação. Assim, encareciam os gêneros de primeira necessidade e grande parte do ouro extraído passava dos exploradores para as mãos dos comerciantes. Saint Hilaire declara que seis oitavas de ouro compravam um alqueire de milho enquanto que um alqueire de farinha de mandioca valia dez oitavas do precioso metal.[128]

---

[126]PALACIN, Op. Cit.
[127]ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da província de Goiás**. Brasília:Convênio SUDECO/ Governo de Goiás, 1978 P 50
[128] Idem.

Mapa 5 - Área de mineração de ouro – Goiás – século XVIII

Fonte: Fonte: ROCHA, L. M. (Org.). **Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab, 2001.

O governo, preocupado com os descaminhos do ouro, procurou restringir o acesso às minas de Goiás direcionando o fluxo para o caminho das bandeiras paulistas, no inicio[129] e, posteriormente, proibindo a navegação no rio Tocantins. Também proibiu-se o acesso via Cuiabá, objetivando controlar as entradas em território goiano, estabelecendo-se pesadas penalidades, como o confisco das mercadorias e a prisão, a quem desafiasse as determinações governamentais portuguesas.[130] O objetivo era limitar o trânsito e circunscrever a passagem de pessoas e mercadorias às vias de acesso passíveis de controle pelas autoridades .A grande procura por gêneros de subsistência nas lavras tornou-se uma ameaça ao abastecimento das demais regiões do Brasil, pois os mineiros podiam pagar altos ,preços pelos alimentos, tornando atraente o mercado das minas aos comerciantes e prejudicando a oferta de gêneros alimentícios às regiões costeiras. Não só os gêneros produzidos na Colônia, mas também os importados de outros países tiveram seus preços elevados, deixando os mercados do litoral em dificuldades de concorrer.[131] Conforme Antonil:

> [...] tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagavam tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que se chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo.[132]

O interesse da Coroa portuguesa no ouro do Brasil estava ligado à comercialização do metal, relegando-se as preocupações de infraestrutura à segundo plano.. Eventualmente, a crise alimentar resultante da inconstância do abastecimento levou ao gradual desenvolvimento de pequenas lavouras de subsistência nas periferias das minas, minimizando a fome e a escassez nesses primeiros tempos.[133]

Sonia Maria de Magalhães analisa os efeitos das carências nutricionais dos habitantes de Goiás no século XIX, decorrentes das deficiências alimentares ocasionadas pela escassez de gêneros alimentares em razão das restrições impostas às atividades agrícolas nas regiões mineradoras e do posterior declínio da produção aurífera. Analisando documentos plurais como correspondências de governadores, mapas de dietas, registros de óbitos e atas de sessões administrativas, além de outros, a autora procurou demonstrar que inúmeras foram as

---

[129] Conforme Carta Régia de 10 de Janeiro de 1730. In SALLES, Op. Cit.
[130] Carta Régia de 1732, Regimento de 1733, Alvará de 1733. IN: SALLES, Gilka V. F**. Economia e escravidão na capitania de Goiás.**Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.
[131] RUSSEL-WOOD, Op. Cit. ,476.
[132] ANTONIL, A. João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas.** Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1982, p. 167.
[133]RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit.

razoes que podem ter determinado a escassez de alimentos e, consequentemente, a propagação de inúmeras enfermidades relacionadas ao nutrimento:

> Embora surtissem alguns efeitos, as ações administrativas, apenas paliativas, mostraram-se ineficazes no combate às crises alimentícias em Goiás ao longo do século XIX. A ação dos atravessadores, a sazonalidade climática, a falta de estímulo à agricultura, a ausência de técnicas, a falta de braços, os altos impostos, as dificuldades de comércio e transporte são fatores que se cruzam e entrecruzam para justificar aquela realidade. Tais condições determinaram a constituição de uma dieta banal que, na transição do século XVIII para o XIX, não passou por transformações importantes. Os goianos continuaram a ingerir um repasto monótono, baseado em milho, mandioca, arroz, feijão, carne-seca, temperados com pouquíssimo sal. Apesar de essa comida enfadonha ter saciado a fome de muitos, em longo prazo, contribuiu para a disseminação de doenças, principalmente as nutricionais.[134]

A fome, a escassez e a ingestão de alimentos com baixo valor nutricional podem ser percebidas por meio do exame de inúmeras moléstias como o beribéri, gerado pela carência de vitamina B1, o escorbuto, ocasionado pela insuficiência de vitamina C, o Bócio, motivado pela carência de iodo, entre outras enfermidades, que testemunharam a insuficiência nutricional vivida pela população goiana nos séculos XVIII e XIX.[135]

Goiás foi o segundo maior produtor de ouro no período colonial, ficando bem atrás das Minas Gerais e a frente do Mato Grosso e demais minas. A maior parte desse ouro foi direta ou indiretamente transferida para fora da capitania, restando poucos recursos para a estruturação econômica da região.[136] (Conforme pode ser notado nos quadro 1 e 2)

Quadro 1 - Rendimento médio anual do ouro no Brasil

ANO	*BRASIL*	*MINAS*	*GOIÁS*	*CUIABÁ E DEMAIS MINAS*
1752 - 1760	14.600 KG	7.683 KG	2.383 KG	4.534 KG
1761 - 1700	10.350 KG	6.393 KG	1.406 KG	2.551 KG
1781 - 1800	5.450 KG	3.992 KG	585 KG	943 KG
1801 - 1810	3.750 KG	2.625 KG	300 KG	825 KG
1811 - 1820	1.760 KG	1.185 KG	100 KG	475 KG
TOTAL	35.910 KG	21.808 KG	4.774 KG	9.369 KG

Fonte: : TIBALLI, E. F. A. **A Expansão do Povoamento em Goiás – Século XIX.** Goiânia: Dissertação de Mestrado, FCHF-UFG, 1991.

Por meio da analise dos registros do Quinto arrecadado e enviado ao governo português, Salles afirma que a extração aurífera registrou um aumento progressivo até o ano de 1753, ano da maior produção registrada, quando então os registros assinalam uma queda progressiva, tornando-se uma atividade pouco lucrativa e arriscada. Evidentemente esses

[134]MAGALHÃES, Sônia Maria. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004. P. 221
[135] Idem, p.146.
[136]TIBALLI, Op. Cit. P.26

dados são aproximados, já que não incluem o ouro contrabandeado e, portanto, não tributado[137]. (Conforme mostrado no quadro 2)

Quadro 2 - Produção do ouro em Goiás

ANOS	*GOIÁS*
1726 - 1735	15.000 KG
1736 - 1751	50.000 KG
1752 - 1778	48.000 KG
1779 - 1822	18.000 KG

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 279

A época do ouro em Goiás foi efêmera. As técnicas rudimentares de exploração das jazidas, a diminuição da mão de obra escrava pela queda na importação e pelo declínio natural, a falta de investimentos adequados, tanto das autoridades governamentais, mais preocupadas com o lucro do que com a resolução dos problemas concernentes aos mineiros, quanto dos particulares, foram fatores que contribuíram para o declínio da produção aurífera em Goiás.

3.2 – Agricultura

Na primeira metade do século XIX, a atividade agropecuária em Goiás era pouco desenvolvida, sujeita à sazonalidade, praticada com técnicas rudimentares e orientada para a subsistência, com pouco excedente para exportação. As lavouras produziam apenas o necessário ao sustento familiar e, em alguns casos, a alimentação precisava ser complementada com os recursos da natureza, como a coleta de frutos, a caça e a pesca, pois as roças, sujeitas às intempéries, nem sempre garantiam a subsistência da população. Assim, agricultura e a pecuária coexistiam com a extração aurífera, pois a necessidade de abastecer os centros mineradores impulsionou o plantio de lavouras de subsistência e a formação de fazendas de criação de gado vacum, principalmente nas regiões onde a faina mineradora pouco prosperou:

> Por mais interessante que fosse à Cora portuguesa que os colonos se concentrassem na extração do ouro, teriam de desenvolver atividades agrícolas nos limites da capitania. Aos mineradores era vantajoso combinar a lavra do metal precioso, também sujeita a variações estacionais, com o auto

[137]SALLES, Op. Cit. P 278

> abastecimento de gêneros alimentícios, tanto mais que havia enorme disponibilidade de terras. [138]

Com o declínio da produção aurífera, os colonos mineradores buscaram meios de conseguir terras ou legalizar as propriedades já adquiridas por meio de posse requerendo sesmarias, para desenvolverem lavouras para a própria subsistência. Grande parte das terras goianas era adquirida pela posse, a forma mais comum de apropriação da terra, sem preocupação com a legalização, pois o custo dos trâmites para a legitimação da posse era oneroso para a grande maioria dos roceiros.[139] Castelnau, citando Silva e Souza, comenta sobre as posses no julgado de Goiás: “Poucas concessões estão demarcadas judicialmente, não havendo no julgado mais de oitenta e oito. A maioria dos moradores não possui outros títulos de posse além de uma ocupação antiga [...]”. [140]

A crise da produção do ouro gerada pela exaustão das minas e a diminuição do número de escravos, pela queda da importação ou pelo baixo índice de reprodução natural, levou a população a buscar o desenvolvimento econômico nas atividades agropastoris. Os arraiais e vilas entraram em processo de esvaziamento, com a população ocupando as áreas circunvizinhas aos antigos centros mineradores.[141]De acordo com Chaul:

> Assim que o ouro deixou de representar o principal produto da economia goiana, um processo de êxodo aurífero fez com que um forte contingente populacional abandonasse a Província (sic), para se dedicar à lavoura e à pecuária. Foi por meio desse processo de ocupação que a economia goiana se tornou agrária.[142]

Ao contrário do processo de expansão inicial, dado a partir da atividade de extração aurífera, agora o inverso se realiza, com a atividade agropecuária promovendo a ocupação da terra em bases menos precárias que as proporcionadas pela aventura mineradora. A agricultura

> [...] ao longo do século XIX manteve-se como atividade de subsistência, principalmente por falta de mercado. A produção estava organizada, mais especificamente, em regime de ‘economia do excedente’. Implantada nas zonas de terra de mata com a utilização de técnicas e métodos predatórios, a agricultura exauria o solo em pouco tempo, tornando-se uma atividade econômica itinerante. Este setor da economia agrária permaneceu, até o

---

[138]GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p 248.
[139]ALENCAR, Maria Amélia de. **Estrutura fundiária em Goiás**. Consolidação e mudança (1850-1910). Goiânia: UCG, 1993.
[140]CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, P. 254
[141]SALLES, Gilka. Op. Cit. P. 63
[142]CHAUL, Nasr N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997, P. 85, 86.

> inicio deste século como atividade complementar e subsidiaria da pecuária. O excedente agrícola, quando havia, era colocado no restrito mercado local.[143]

As propriedades rurais desse período podem ser classificadas em engenhos, fazendas, sítios e chácaras, cada uma delas compondo um núcleo de produção com maior ou menor autonomia, de acordo com suas respectivas capacidades técnicas e recursos econômicos. Aos homens com maiores posses coube a possibilidade de explorar a terra por meio de engenhos e fazendas, que constituíam núcleos quase totalmente autossustentáveis de produção. [144]

Neste contexto, havia o fazendeiro, possuidor de grandes extensões de terras para criação de animais e os pequenos roceiros, "que pela posse pura e simples, com pouca ou nenhuma riqueza se arranchavam em pequenos roçados aqui e acolá, habitualmente não se estabeleciam em uma localidade, pois sua agricultura rudimentar exigia uma constante busca de novas terras passiveis de preparo via queimada." [145]

Nos engenhos desenvolvia-se basicamente a produção de açúcar, criação de gado vacum ou cavalar e lavouras, destinadas à subsistência, cujo pequeno excedente era direcionado ao mercado. A proibição da produção de cana e da manutenção de engenhos nos centros mineradores não impediu a continuação da fabricação de açúcar e aguardente e a produção dos engenhos de farinha, que chegaram a render quantidade significativa economicamente. Mais tarde, D. Luiz de Mascarenhas iria suspender a proibição, condicionando sua continuidade ao pagamento dos impostos respectivos. Posteriormente, com vistas a incentivar a agricultura, o governo isentou os proprietários de engenhos e canaviais de pagar impostos pelo prazo de dez anos. [146]

Além da criação de gado e do engenho de açúcar, essas unidades produtoras continham teares e engenhocas para a fabricação de farinha, telhas, vestuários para a escravaria, demonstrando o caráter autossustentável dessas propriedades. As lavouras produziam milho, mandioca, arroz, feijão, trigo, legumes, hortaliças e frutas, alimentos básicos destinados principalmente à subsistência da propriedade.

Um dos engenhos mais produtivos desse período foi o do Comandante Joaquim Alves de Oliveira. Ali, a lavoura era diversificada, sendo que se usava já o arado e a adubação

---

[143] BORGES, Barsanufo Gomides. **Goiá**s: modernização e crise (1920-1960) Tese de Doutoramento. P. 7 IN: CHAUL CHAUL, Nasr N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997. P 109
[144]TIBALLI, Op. Cit. P.61
[145]BRIOSCHI, Lucila R. Op. Cit.
[146]PALLACIN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. **História de Goiás em documentos**: I Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995. P. 116

com o bagaço da cana, técnicas diferenciadas para a época, quando o usual era a queimada das matas para a limpeza das áreas de plantio. O engenho do comandante de Meia Ponte era uma das raras unidades cujo rendimento ultrapassava a barreira da subsistência, sendo responsável em grande parte pelo abastecimento do mercado interno, além de enviar também produtos para fora da Província. A tropa do comandante de Meia Ponte enviava, além de suas mercadorias, produtos de outras fazendas da região para os mercados da Bahia, Cuiabá e Rio de Janeiro. [147]

A criação de gado e o plantio de lavoura para subsistência, sendo o pouco excedente direcionado para o mercado local, caracterizavam as fazendas em Goiás nesse período. De modo geral, eram propriedades rústicas e sem conforto, que produziam gêneros básicos para a própria subsistência, como cereais, hortaliças, legumes e animais de pequeno porte como porcos e aves. O excedente era destinado à comercialização e troca por produtos de que tinham necessidade, entre eles o sal, ferramentas e artigos importados.

A maioria das propriedades visitadas pelos viajantes estrangeiros era dessa natureza, como a que Saint Hilaire encontrou próximo a Vila Boa:

> [...] chegamos a uma fazenda denominada Jacu, onde fomos muito bem recebidos. Instalaram-se numa das dependências da fazenda, bastante espaçosa, onde era feita a farinha de mandioca. Nosso alojamento nada tinha de confortável, mas me dei por muito feliz de poder trabalhar sem ser devorado pelos mosquitos [...]. [148]

Algumas propriedades cuja estrutura arquitetônica e potencial produtivo se destacavam aos olhos de viajantes e naturalistas, eram retratadas com entusiasmo por estes. Saint Hilaire, que afirmou só encontrar fazendas mal cuidadas e sítios ainda mais miseráveis depois de deixar S. Joao Del Rei elogia a propriedade de S. Joao Evangelista, nas proximidades de Santa Luzia. Segundo ele

> [...] compunha-se de uma casa confortável e de um regato, onde se alinhavam em perfeita regularidade algodoeiros e bananeiras, havendo também uma pequena plantação de cana e alguns cafeeiros. Vi também marmeleiros, um viçoso canteiro de batatas e melões quase tão bons quanto os da França. [...] O vigário tinha mandado fazer uma charrua para arar as terras invadidas pelo capim gordura. Todos os agricultores das redondezas tentaram convence-lo de que a cana de açúcar não vingaria no terreno onde ele a havia plantado. Mas as terras tinham sido preparadas com arado e adubadas e a cana produzida foi excelente. [149]

[147]SAINT HILAIRE, OP. CIT. P. 98
[148]SAINT HILAIRE, OP. CIT, p. 89
[149]SAINT HILAIRE, P 28

Os pequenos produtores administravam os sítios, cuja estrutura era ainda mais rudimentar que as das fazendas.[150]Compostos de diversas casas onde habitavam várias famílias e trabalhadores agregados, essas propriedades produziam gêneros para a subsistência e um pouco de excedente para o mercado interno, como o Sitio Taipa, ou Sitio Novo, visitado por Saint Hilaire nas proximidades de Meia Ponte. A propriedade "abrigava duas ou três famílias, compunha-se de algumas casinhas feitas de barro cinzento, umas cobertas de palha, outras de folhas de buriti". Outro exemplo é o Sitio da Garapa, que Saint Hilaire conheceu perto de Santa Luzia, "que se compõe de um aglomerado de humildes casebres". Propriedades como essas eram comuns em Goiás e representavam a maioria das unidades produtivas no período. [151]

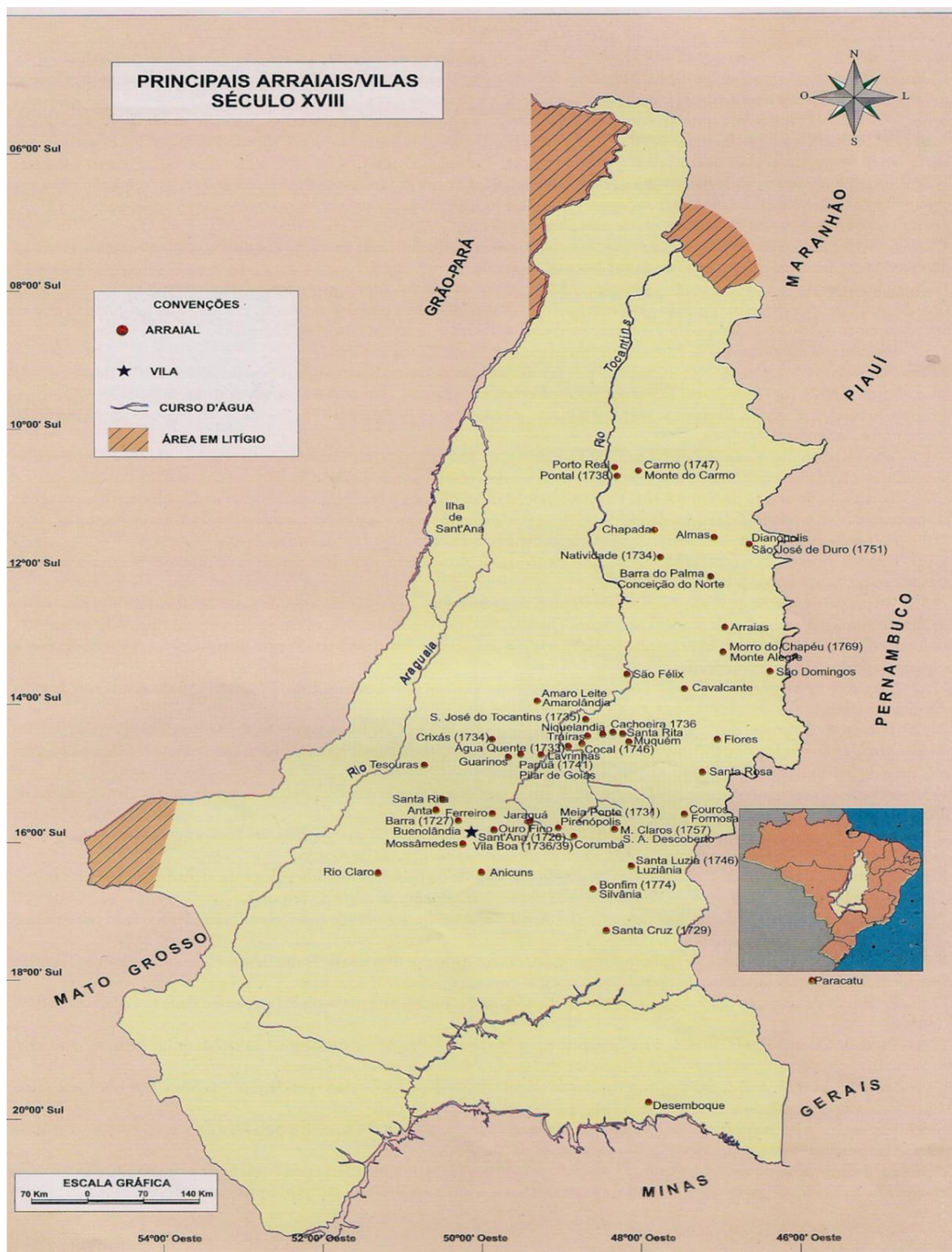
De acordo com dados estatísticos apurados nas diversas correspondências das autoridades governamentais, Gilka Sales verificou um aumento do número de propriedades agrícolas em Goiás desde a diminuição da produção aurífera no último quartel do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Conforme Sales, em 1756 havia 500 sítios com lavouras em Goiás. Já em 1796, o número de localidades com roças sobe para 1.647, um acréscimo de mais de 320% num período de quarenta anos. Esses dados, evidentemente, não representam a totalidade das informações sobre todos os julgados, mas proporcionam uma ideia da evolução da prática agropecuária em Goiás.[152]

Com a intenção de estimular o povoamento e desenvolvimento das regiões centro-norte, a capitania de Goiás fora dividida em duas comarcas a partir de 1809, reconhecendo as autoridades nesta seção à divisão natural do espaço determinada pelos sistemas fluviais da região. Mas aqui também se considerou as condições determinadas pelas tendências de expansão demográfica, dadas a partir da distribuição espacial das descobertas auríferas.[153]

---

[150]TIBALLI OP. CIT. P. 37
[151]SAINT HILAIRE, OP. CIT. P 22
[152]SALLES, OP. CIT. 255
[153]FRANÇA, OP. CIT. P. 27

Mapa 6 - Vilas e Arraiais do século XVIII – Goiás Século XVIII



Fonte: Fonte: ROCHA, Leandro. Mendes. (Org.). **Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab, 2001.

A Comarca do Sul compreendia os julgados de Vila Boa (cabeça ou sede), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e Desemboque. A Comarca do Norte integrava os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), Conceição, Natividade, Porto Imperial, São Félix, de Cavalcante e de Traíras. As regiões mais povoadas foram naturalmente as que mais atraíram colonizadores em busca da riqueza proporcionada pelo ouro, ou seja, o centro-sul da capitania. Contudo,

> O quadro natural do sul de Goiás oferecia melhores condições de fixação ao elemento povoador. Além da cobertura vegetal de cerrado e de campos, propícia à criação extensiva e a ocorrência de vários tipos de matas, índices de fertilidade dos solos, favorecia melhores rendimentos do cultivo dos gêneros indispensáveis ao consumo local. Soma-se aos recursos do meio físico para as atividades produtivas, os empreendimentos particulares e, marcadamente os oficiais, objetivando o estabelecimento de comunicações fluviais com a capitania de São Paulo. Além disso, As populações do sul da capitania estavam relativamente mais próximas dos centros mais dinâmicos do Brasil e recebiam mais diretamente os influxos administrativos, pela proximidade da Cidade de Goiás, a capital. [154]

Raimundo da Cunha Matos aponta que a comarca de Goiás apresentava diversidade de fertilidade do solo, sendo que em algumas partes era “riquíssimo” e em outras, “árido e pouco próprio para a agricultura”. [155]As técnicas de preparação da terra, como as queimadas, foram amplamente criticadas, pois exauriam mais rapidamente a terra, tornando-a enfraquecida e debilitada.

A comarca do Sul apresentava maior índice de produtividade agrícola em relação à do Norte, com número superior de propriedades com lavouras. Os dados apresentados por Cunha Matos informam que havia, em 1796, somente nos julgados do Sul 1.189 sítios e lavouras em atividade. (Conforme demonstram os quadros 4 e 5)

---

[154]FRANÇA, OP. CIT. P. 31

[155]MATTOS, R. J. C. Corografia histórica da Província de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1979. P 63

Quadro 3 - Relação de Sítios e Lavouras em Goiás (1796) – Julgados do Sul

Julgados do Sul	*Números de Sítios de lavouras*	*Percentual em relação ao total do Sul*
Vila Boa	164	13.7%
Meia Ponte	702	59.0%
Santa cruz	164	13.7%
Santa Luzia	--	--
Pilar	--	--
Crixás	159	13.6%
TOTAL	1.189	100.0%

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 255

Para o ano de 1828, os dados apontam para a estimativa de 1.476 sítios e lavouras de produção de gêneros para o abastecimento alimentar.

Quadro 4 - Tabela estatística dos principais Sítios e Lavouras em Goiás (1828)

Julgados do Sul	*Número de sítios e lavouras*	*Perc. Do total dos sítios do Sul*
Vila Boa	560	37.0%
Meia Ponte	--	--
Santa Cruz	816	55%
Santa Luzia	--	--
Pilar	060	5.0%
Crixás	040	2.8%
TOTAL	1.476	100%

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 256

Os arraiais desta região cultivavam os gêneros mais comuns ao consumo da população, com destaque para o arraial de Meia Ponte, cuja produção era mais diversificada e abundante. De acordo com Mattos, "as terras altas apresentam os mesmos frutos, legumes e hortaliças do que é abundante a província de São Paulo". A seguir, informa uma variedade de cereais, frutas, legumes e verduras disponíveis nas terras cultivadas da região. Laranjas, melões, melancias, aboboras, pepinos, couves, repolhos, pêssegos, maracujás, bananas e limões foram apenas alguns citados pelo autor. Entretanto, a maior parte desses gêneros era produzida para o consumo interno, sendo o pouco excedente destinado para trocas comerciais locais e regionais. Alguns artigos, como o trigo, o açúcar, o Tabaco, o café, a aguardente, o arroz, o feijão e a marmelada, no caso de Santa Luzia, produtos mais propícios à exportação, eram comercializados localmente bem como enviados para outras províncias, principalmente as do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. [156] (Ver quadro 6)

[156]MATTOS, OP. CIT. P. 64

Quadro 5- Mapa das produções de Vila Boa e dos sete julgados do Sul – Goiás (1804)[157]

GENEROS	*VILA BOA*	*CRIXÁS*	*PILLAR*	*TRAIRAS*	*MEIA PONTE*	*STA LUZIA*	*SÃO FÉLIX*	*STA CRUZ*	*QTE*
Algodão	**1.120**	**-**	**160**	**52**	**640**	**96**	**420**	**1.140**	**Arrobas**
Açúcar	**2.140**	**-**	**272**	**800**	**437**	**240**	**100**	**400**	**Arrobas**
Tabaco	**-**	**-**	**212**	**35**	**748**	**135**	**88**	**216**	**Arrobas**
Café	**56**		**100**	**-**	**120**	**-**	**-**	**28**	**Arrobas**
Trigo	**16**		**-**	**05**	**120**	**08**	**04**	**40**	**Alqueire**
Aguardente	**1.300**		**475**	**234**	**183**	**115**	**200**	**200**	**Almudes**
Reses	**1.195**	**120**	**184**	**311**	**337**	**103**	**140**	**700**	**Cabeças**
Marmelada	**-**		**-**	**-**	**-**	**200**	**-**	**-**	**Arrobas**
Porco	**-**		**-**	**-**	**3.332**	**-**	**-**	**-**	**Arrobas**
Arroz	**1.678**	**67**	**-**	**645**	**593**	**200**	**60**	**60**	**Alqueires**

Fonte: FUNES, Eurípedes A. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. P. 64, 65.[158]

Na Comarca do Norte, a expansão populacional se processou mais lentamente, menos em função da mineração que do comércio com a Bahia, Pará e o Maranhão. A proximidade e influência dos currais do vale do São Francisco com a região norte de Goiás iria proporcionar o desenvolvimento da Pecuária, atividade que reestruturará a economia goiana após a crise da mineração.

Mais áridas que as terras do Centro- Sul, mesmo a parte fértil do Norte, cujo solo era apropriado à lavoura, sofria com os ataques dos indígenas que assolavam a região. Possuindo menos terras cultivadas, o total da produção de alimentos excedia em pouco ao consumo interno. Para os julgados do Norte, Salles registrou a existência de 458 sítios e lavouras em 1796 e 910 para o ano de 1828, um acréscimo pequeno se atentarmos para a extensão da área. (Como mostram os quadros 7 e 8)

---

[157]De acordo com o Código do Processo Criminal de 1832, Julgado era uma subdivisão da Comarca, sob a jurisdição de um juiz. Devia contar com um conselho de jurados, um Juiz municipal, um promotor público, um escrivão e oficiais de Justiça. Comarca era a circunscrição judiciária sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito. O Código determinava número máximo de três juízes, um deles ocupando o cargo de chefe de Polícia. In: Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Lei de 29 de Novembro de 1832. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso: 22/04/2012

[158]Conforme as antigas unidades de medidas portuguesas: ARROBA: 14,6878 kg; Alqueire, 13,8 l e Almude, 16,8 l. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigas_unidades_de_medida_portuguesas. Acesso: 22/04/2012.

Quadro 6- Relação de Sítios e Lavouras em Goiás (1796) – Julgado do Norte

Julgados do Norte	*Números de Sítios de lavouras*	*Percentual em relação ao total do Norte*
São João da Palma	**87**	**18.9%**
Arraias	**54**	**11.7%**
Natividade	**139**	**30.3%**
Traíras	**178**	**38,8%**
Cavalcante	**--**	
TOTAL	**458**	**100.0%**

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 255

Quadro 7 - Tabela estatística dos principais Sítios e Lavouras em Goiás (1828)

Julgados do Norte	*Número de sítios e lavouras*	*Perc. Do total dos sítios do norte*
São João da Palma	**85**	**9.3%**
Conceição	**35**	**3.8%**
Natividade	**208**	**22.8%**
Porto Imperial	**08**	**0.8%**
Flores	**195**	**21.4%**
Arraias	**11**	**1,2%**
São Felix	**--**	**--**
Cavalcante	**123**	**13.5%**
Traíras	**245**	**26.9%**
TOTAL	**910**	**100.0%**

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 257

Nos julgados do Norte, os gêneros mais comuns (arroz, feijão, trigo, mandioca, milho, tabaco, café, cana) eram produzidos em menor escala. Produziu-se a rapadura e a aguardente, principalmente para exportação. Legumes e frutas eram cultivados apenas para a subsistência e o pouco excedente, se houvesse, iria para o mercado local. (Conforme pode ser verificado no quadro 8)

Quadro 8 - Mapa das produções dos seis julgados do Norte - Goiás (1804)

GÊNERO	*CAVALCANTE*	*S.FÉLIX*	*ARRAIAS*	*CONCEIÇÃO*	*NATIVIDADE*	*CARMO*	*QTE*
Açúcar	48	-	-	576		115	Arrobas
Tabaco	60	20	80	24	922	24	Arrobas
Café	08	-	-	-	156	-	Arrobas
Trigo	21	-	-	-	-	-	Alqueires
Aguardente	20	108	108	-	-	40	Almudes
Reses	5.588	320	320	1.850	1.850	237	Cabeças
Arroz	100	40	40	518	518	58	Arrobas

Fonte: FUNES, Eurípedes. A. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. P. 64, 65

O norte do território foi particularmente afetado pela presença indígena, que promovia constantes ataques às fazendas e sítios, causando grandes males aos agricultores da região. Cunha Matos atribuía boa parte da decadência dessas terras ao avanço dos indígenas sobre a população da comarca. No arraial de Amaro Leite "os indígenas Carijós-Canoeiros cometem grandes estragos nestas terras". Em Descoberto da Piedade, próximo a Amaro Leite, "O terreno é rico em metais e pastos, mas as hostilidades dos indígenas Carijós ou Canoeiros tem feito decair da sua antiga prosperidade'".

Na região de Amaro Leite e São Felix, D José Rodrigues Jardim relata, em 1835, que "Os indomáveis e ferozes Canoeiros continuam a infestar os distritos [...] e os habitantes tem sofrido destes cruéis selvagens insultos, perseguições e mortes [...] e o maior obstáculo que se opõem aos povoadores de um terreno tão fértil". [159] Em 1836, as autoridades enviaram uma expedição para subjugar os selvagens, porém a empreitada fracassou, deixando os nativos mais insolentes e determinados em suas hostilidades.

Já o abandono de mais de noventa fazendas de criar gado e de plantações foi atribuído aos ataques constantes dos indígenas sobre a região.[160] Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1839, o presidente da província D. José de Assis Mascarenhas descreve as desgraças que sobrevém aos agricultores da província. Para ele

> [...] a pena se recusa a traçar o quadro dos estragos e barbaridades que temos sofrido ainda mui recentemente. [...] pelas noticias vindas a esse governo, os povos intimidados por esse flagelo tem abandonado suas excelentes e ricas terras de cultura e mineração, as pingues pastagens de seus gados, suas casas e fazendas para serem inteiramente destruídas pelo gentio [...]. [161]

O governante propunha a submissão das nações indígenas pelo processo de civilização, pois não podem "pagar barbaridades com barbaridades e estragos com mais estragos".[162]O governante entendia que grandes vantagens havia em se aproveitar a mão de obra indígena, tornando o selvagem em aliado proveitoso. Mais tarde ele afirmou que "[...] ou o índio há de ser civilizado ou o norte da província há de caminhar a passos largos para a sua total decadência e destruição". O administrador mais a frente reconhece que a província não tem capacidade sozinha para lidar com a situação:

---

[159]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. P. 37
[160]Mattos, op. Cit. P. 119
[161]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Assis Mascarenhas. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. Pg. 158.
[162]Idem, p. 159

> [...] as Nações Chavantes, Cherente e Canoeiro tem feito terríveis estragos e mortes pela Carolina, Porto Imperial, Pontal, Natividade, Amaro Leite, São Felix, Trahiras e São José: os povos assustados enviam continuadas e enérgicas representações ao Governo, mas o objeto é de tal magnitude e importância que excede muito as nossas forças [...][163]

Em 1850, a situação de insegurança persistia entre os agricultores e criadores de gado vacum do Norte. Em relatório apresentado à Assembleia, o presidente da província, Dr. Eduardo Olímpio Machado denunciava a agressão dos indígenas que deixava um rastro de destruição, abandono e morte:

> Essas incursões manifestando-se de tempos em tempos no Norte da província, tem conseguido nada menos que tornar inúteis terras fertilíssimas, excelentes pastagens nos municípios de Pillar, Trahiras, Cavalcante, São José, palma, Natividade e Porto Imperial, povoações outrora florescentes por sua indústria e comércio, hoje reduziras a ermo. [...] [164]

O Vice- Presidente da Província, Francisco Ferreira dos Santos, em relatório apresentado à Assembleia legislativa em 1842, referindo-se aos ataques dos Canoeiros que fizeram muitas vítimas nas proximidades de Pillar, Amaro Leite e Cavalcante, argumentou que estava "persuadido de que o maior benefício que se pode fazer à Província de Goiás, que já foi tão florescente, é desinfetá-la dos indígenas selvagens, que anualmente cometem as mais cruéis hostilidades, e que tais indígenas [...] são irreconciliáveis [...][165]

As incursões dos indígenas pelo território goiano foram um dos maiores desafios enfrentados pela empreitada colonizadora, principalmente durante o período de expansão agropecuária. Os ataques às fazendas e sítios, que causavam a destruição de lavouras, gado e vidas humanas, foi um problema constante para os administradores provinciais. Alencastre descreveu a assolação em que se encontravam os habitantes da Província:

> [...] excessivamente flagelados, pintaram com as mais tristes cores a precária condição a que estes bárbaros os reduziam. A maior parte destes estabelecimentos rurais situados as margens dos rios estavam abandonados e estragados. Era tamanha a devastação que não havia gêneros de primeira necessidade e gado suficiente para suprir o consumo da população. Ao passo

---

[163]MASCARENHAS, José Assis. Op. cit. Pg. 159.

[164]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1850 o Exmo. Presidente da mesma província José Olímpio Machado. **Memórias Goianas no5**. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852). Goiânia: UCG, 1996.p. 8 e 9

[165] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1842 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. **Memórias Goianas** no3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc., dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986, p.212

> que os xavantes de terra chegavam com suas correrias às portas dos arraiais, os de canoa praticavam toda a sorte de pirataria nos rios e suas margens. [166]

Alencastre reconhecia que a animosidade de algumas nações indígenas se dava em parte em função da natureza das relações estabelecidas entre os grupos nativos e o elemento colonizador. A posição de subalternidade a que foram postos e as tentativas de impor a civilização e os costumes do branco ao modo de vida do nativo, além da exploração dos recursos naturais e dos braços como trabalho escravo, resultaram em sofrimento e extermínio de tribos e nações, despertando no íncola o ódio e o desejo de vingança. Alencastre afirma que "[...]os sofrimentos subiram ao ponto de, um dia o grito de milhares de vitimas ecoou por todas as tribos e fez sublevar as iras dos filhos das florestas, o ódio e a vingança começaram a manifestar-se terríveis [...][167]

Apesar das dificuldades representadas pelos indígenas, a produção avançou lentamente, impulsionada pela expansão populacional e pelo crescimento da atividade pecuária, impulsionará o desenvolvimento econômico na região norte da província. Eventualmente, o extermínio do indígena garantiu ao colonizador o domínio sobre vastos territórios sem que este lhe importunasse novamente.

Entre os desafios que o agricultor enfrentava para desenvolver suas atividades incluíam-se a precariedade das técnicas de cultivo. Na primeira metade do século XIX, pouca evolução houve nas técnicas agrícolas em relação ao período da mineração. Diversos fatores foram responsáveis pelo baixo nível de produção agrícola, o que resultou em dificuldades no abastecimento de gêneros para a população de Goiás. A falta de capitais para investimento no setor, as dificuldades no transporte e os altos impostos cobrados pelas autoridades minavam o ânimo dos agricultores para o plantio além do necessário à subsistência. Somam-se a isso as técnicas agrícolas rudimentares e tem-se um quadro que dificultava a produção de excedentes para a venda. Nos depoimentos das autoridades da época, percebe-se que pouco avanço houve nos métodos de cultivo, visto que os problemas estruturais permaneciam ainda sem solução. Utilizavam-se basicamente as derrubadas, queimadas e plantio com escassas ferramentas à disposição.

Sobre os processos de cultivo, Silva e Souza refere-se aos julgados das duas comarcas, como Goiás, Santa Cruz, Pillar, Crixás, São Joao da Palma, Conceição, Arraias, Natividade, Carolina, Flores e Cavalcante observando que eles

---

[166]ALENCASTRE, Op. Cit. p. 238
[167]Idem, p 20

> [...] nem tem outro método de cultura, senão roçar, e derrubar matos, queimar, plantar e capinar quando é preciso. [...] por esse método destruidor, mudando-se continuamente a atuação das roças a pretexto de deixar descansar as terras. As matas se convertem em capoeiras, e estas e campos [...][168]

A agricultura, para Cunha Mattos, "achava-se no maior desprezo e abatimento" se é que podia chamar-se como tal. Entregue aos cuidados dos escravos, ocultava sua improdutividade no ócio de seus habitantes. Para Mattos, o desanimo encobria a preguiça e o contentar-se com pouco:

> [...] na comarca de Goiás existem poucos lavradores que mereçam esse nome; é o que realmente acontece: os mais industriosos cultivam a cana de açúcar, milho, feijão e arroz, para suprimento de suas famílias ou para venderem aos necessitados; todos os outros gêneros de grãos, hortaliças, café e algodão, entram quase sempre (e tem poucas exceções) na classe das curiosidades. Não se cultiva senão nas matas virgens ou em capoeiraras, fazendo grandes derrubadas e estragos nos bosques, que depois de cultivados duas ou três vezes quando muito, ficam abandonados [...] A foice e o machado e raríssimas vezes a enxadas são os únicos instrumentos que se usa na agricultura; e não poucas vezes me aconteceu entrar em casa de lavradores que não tinham uma enxada. Em toda província vi dois arados com que trabalhavam os escravos do padre Joao Teixeira Alves, que pratica a agricultura sistematicamente e o tenente coronel Joaquim Alves de Oliveira, de Meia Ponte, que é o maior proprietário e agricultor da Província.[169]

O preparo da terra, que consistia em derrubar a mata e atear fogo para limpeza, empobrecia o solo, limitando o tempo de uso do mesmo, o que obrigava o agricultor a realizar o pousio, sistema rotativo de cultivo que permitia o descanso do mesmo. [170]

Uma das medidas propostas pelo governo provincial ao Conselho Geral da Província em 1829, foi a introdução do arado, fato que supriria a falta de escravos e facilitaria o trabalho do agricultor. Além disso, seria concedida a isenção do dízimo dos frutos que produzissem.[171]Discorrendo sobre as precárias técnicas de plantio praticadas pelos lavradores goianos, o Presidente da Província de Goiás Miguel Lino de Morais propunha algumas providências para dinamizar a produção agrícola:

---

[168]ALENCASTRE, Op. Cit. p. 239
[169]MATTOS, Op. Cit. P 76
[170]"Na agricultura queimar é o sistema de mais baixo custo para limpar uma área. Ao queimar uma área agrícola os objetivos do agricultor são de controlar as pragas, limpar áreas para plantio e renovar pastagens. Ao realizar a queimada ocorre a degradação do solo, alterando características físicas, químicas e biológicas de todo o ecossistema. O empobrecimento do solo causado pela eliminação dos microrganismos essenciais para a fertilização através da queimada altera os nutrientes, como o cálcio, enxofre e potássio. Esta também deixa o solo desprotegido uma vez que árvores, arbustos e outros tipos de vegetação foram destruídos." Disponível em:http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Queimadas++suas+causas+e+consequencias/11159. Acesso em: 12/08/2011
[171]AHEG. Propostas apresentadas ao Conselho Geral. 1829-1838

> Passando, senhores à agricultura, vejo com mágoa o estrago com que se devoram pelo fogo preciosas matas sem atenção a madeiras estimáveis, sem reflexão ao trabalho das derrubadas, de fazerem novas cercas para preservar as plantações [...]; desse sistema destruidor segue-se a dispersão dos moradores, uma espécie de vida errante a que muitos se habituam: [...] e por isso em geral a classe dos lavradores é muito pobre e sente-se falta de mantimentos fora do tempo da colheita: segundo me consta, há arraiais que, mesmo nesse tempo um forasteiro não encontra o que comprar. Providências eficazes, para se fazer uso dos instrumentos próprios de abrir a terra, de a preparar e colher os frutos [...] e uma medalha de Mérito Provincial a quem cultivar com os instrumentos rurais ou apresentar máquinas vantajosas, talvez em pouco tempo melhorasse a inópia em que se está caindo. [172]

A falta de equipamentos e instrumentos adequados ao uso na lavoura fez o presidente José Rodrigues Jardim solicitar em relatório à assembleia em 1836 "o mandarem vir modelos aperfeiçoados de instrumentos agronômicos e aquelas memórias que possam servir para instrução dos nossos lavradores [...]". [173]

Em discurso à Assembleia Provincial em 1850, o Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado analisa as circunstancias em que se encontra a agricultura, mas reafirma a confiança de que, estabelecidas algumas mudanças necessárias, o desenvolvimento econômico estaria garantido:

> A agricultura, desprezada a principio pelas tendências exclusivas à mineração, nem por isso depois da queda desta assumiu o lugar que lhe competia, atenta à fertilidade do nosso solo, apropriado a todas as espécies de cultura, como cana, café, arroz, tabaco e algodão: sem braços e capitais, que auxiliem seu desenvolvimento, está hoje reduzida à plantação de alguns gêneros que mal chegam para as necessidades de consumo. Não obstante, cumpre-nos ter fé no futuro da nossa agricultura: abra-se uma via de comunicação mais cômoda e menos dispendiosa, que ela não somente há de satisfazer todas as necessidades do consumo como também há de deixar um excedente considerável para o comércio de exportação.[174]

Cumpre destacar que não se pode atribuir a um único fator as causas da crise de abastecimento pela qual atravessou a província nas cinco primeiras décadas do século XIX. Muito se tem dito sobre o comportamento dos habitantes da província de Goiás no que se refere à responsabilidade sobre a decadência que se seguiu à crise do declínio aurífero. Como a maioria dos administradores e viajantes estrangeiros, Cunha Mattos atribuía a falta de gêneros à falta de trabalho, à índole goiana que seria predisposta à preguiça e ociosidade:

---

[172]**Matutina Meiapontense. Meiaponte. Topographia** d 'Oliveira. 1830. 15 de junho. N. 33 p. 4
[173]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas**no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.
[174] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1850 o Exmo. Presidente da mesmaprovíncia José Olímpio Machado. **Memórias Goianas** no5. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852). Goiânia: UCG, 1996.p. 50

> Durante as minhas dilatadas marchas por toda a província, encontrei um muito maior número de famílias necessitadas ou absolutamente falta de mantimentos do que famílias que tivessem meios de subsistir com os produtos de suas plantações. A terra é a melhor possível, a gente é boa, mas a preguiça de quase toda chega a um grau inexplicável. Não se vende porque não há, não se compra porque não se vende e não há porque não trabalham. As desculpas de faltas de bons terrenos e de compradores são frívolas, não merecem atenção. [175]

Contudo, convém salientar que, nas primeiras décadas do século XIX, considerados os problemas estruturais da província, o nível rudimentar das técnicas de produção, os constantes ataques dos indígenas às fazendas e arraiais, a escassez de ferramentas adequadas para o trabalho no campo, a insuficiência de mão de obra, dificuldades de escoamento da produção em razão das más condições das estradas e das longas distâncias dos centros dinâmicos e os altos impostos cobrados ao agricultor, nota-se a ausência de circunstâncias adequadas para se engendrar a produção de um excedente suficiente para a comercialização, condição para o desenvolvimento econômico do setor agrícola. Ademais, o próprio Cunha Mattos reconhecia que as vicissitudes enfrentadas pelos agricultores não lhes facilitavam a vida:

> Os desgraçados agricultores de Goiás, sujeitos a todos os flagelos dos vadios, ladrões, dos dizimeiros, dos avaliadores ou arbitradores, dos agentes ou cobradores da fazenda pública, dos juízes, dos comandantes, dos governadores, finalmente sujeitos a todas as violências e adversidades. [176]

A agricultura goiana atravessou a primeira metade do século XIX sujeita às condições estruturais e conjunturais, sem financiamento por parte do governo e mantendo-se como atividade de subsistência até que fossem superados os obstáculos para seu pleno desenvolvimento no século XX.

3.3 – A Pecuária

A diminuição da produção aurífera no final do século XIX levou a população goiana a deixar os centros urbanos que orbitavam os núcleos mineradores e constituir propriedades capazes de sustentar suas famílias. A crise do ouro fez diminuir o comércio e levou ao recuo da densidade demográfica, com a evasão de parte da população da capitania para outras regiões. Com as melhores propriedades da capitania ocupadas pelos administradores provinciais, restava aos demais colonos disporem das terras mais distantes

---

[175] MATTOS, OP. CIT. P. 76 e 77.
[176] Idem, p. 78

dos centros mais dinâmicos. Como foi dito anteriormente, a posse foi a maneira mais usual de apropriação de terras nesse período e um modo peculiar de expansão demográfica foi configurado, com o processo de ruralização preenchendo os espaços dos vastos sertões goianos e esvaziando os núcleos urbanos então existentes.[177]

A crise advinda do declínio da produção do ouro colapsou a economia goiana sem que houvesse de imediato outra atividade capaz de dar sustentação econômica à capitania. O minerador voltou-se para a agropecuária. Inicialmente desenvolvida para o abastecimento do mercado local e regional, esta atividade fora proibida pelas autoridades no âmbito das minas, mas tornou-se a base para o lento despertar do progresso de Goiás. Se a agricultura atravessou a primeira metade do século XIX em bases precárias e garantindo quase que apenas a subsistência da população, a pecuária foi atividade paralela e complementar à mineração até o declínio desta, quando a suplantou tornando-se a principal fonte de renda de Goiás no século XIX.[178]

A posição geográfica de Goiás, localizada no centro da nação, favorecia o isolamento dos centros mais dinâmicos do país, dificultando as relações comerciais com as outras províncias. As longas distâncias percorridas em caminhos precários aumentavam os custos das mercadorias e com a escassez do ouro, a população em geral não dispunha de condições para adquirir artigos importados. Contudo, a criação de gado bovino afigurou-se como a saída para a crise que se estabelecera:

> A importância dessa atividade para Goiás é inegável: a pecuária representou um papel importante [...] porque evitou após a decadência da mineração, o total despovoamento e a falência econômica de Goiás, funcionando como elemento fixador do homem e de ocupação de novas parcelas do território goiano. [...] Além disso, o seu produto supera as condições de isolamento a que era submetida a população goiana, o gado se desloca até o mercado mineiro, paulista e baiano. [179]

Os vastos territórios do cerrado goiano, com sua topografia espraiada, com poucas altitudes e carências de sais minerais, condicionou a criação extensiva de gado bovino. A pecuária praticada em Goiás desde meados do século XVIII carecia de grandes investimentos e mão de obra para se realizar satisfatoriamente. O escasso capital disponível não era impedimento para a atividade pastoril, visto que os processos de criação bovina ainda eram rudimentares e pouco exigiam do criador:

---

[177]CHAUL, OP, CIT. P.86
[178]FUNES, OP, CIT. P
[179]CAMPOS, Francisco Itami. **Politica agrária**: uma proposta de análise. Revista do ICHL. Goiânia: jan. jun. 1982. Pg.132.

> O capital exigido pela atividade pastoril era mínimo: além do gado, quase não havia investimentos no setor. Eram rústicas as construções nas fazendas e rotineiros os métodos utilizados na criação. A região era dotada de uma topografia adequada à atividade, o que facilitava a criação do gado. A pastagem natural do cerrado também favorecia o manejo do rebanho e reduzia os custos financeiros da atividade. Com extensas áreas de terras devolutas de fácil acesso e quase desabitadas pelo homem branco, Goiás oferecia boas condições para o estabelecimento de grandes fazendas de criação com o mínimo de mão-de-obra, o que atraia fazendeiros de outros estados, especialmente de Minas Gerais e São Paulo.[180]

Com as condições naturais favoráveis à atividade pecuária, esta gerou condições para a superação da crise do ouro e o gado adentra o século XIX dominando a cena econômica goiana. Por ter condições de vencer as grandes distancias por si mesmo, superou o insulamento de Goiás trazendo divisas para o desenvolvimento econômico, pois "criado extensivamente nas pastagens do cerrado goiano, o gado, por ser uma mercadoria que se autotransporta, foi a única mercadoria regional exportadora em escala considerável para outros Estados".[181]

A criação de gado bovino desenvolveu-se no Brasil durante o período colonial no sul das Minas Gerais, de onde abastecia as áreas mineradoras, no Paranã e no Rio Grande, que provia as necessidades do Sul e do Rio de Janeiro e na região nordeste, notadamente nos sertões da Bahia, cuja produção abastecia todo o litoral açucareiro. Essa produção constituía-se a mais ampla e dinâmica de então. [182] Posteriormente, expandiu-separa outras regiões no nordeste e áreas vizinhas, invadindo o norte e nordeste goiano e dinamizando a economia local.[183] Não se sabe ao certo quando as primeiras boiadas cruzaram as fronteiras goianas, mas é quase certo que o gado coexistiu com as explorações auríferas. Paulo Bertran afirma que as boiadas desceram dos currais do São Francisco ao planalto central ainda no século XVII.[184]Silva e Souza argumenta que no final do século XVII cabeças de gado teriam sido

---

[180]BORGES, Barsanufo Gomides. **A sociedade goiana de pecuária (1941-1980). História Revista. Vol 10, jan/jun 2005. Goiânia: UFG, 2005. P. 114**

[181]BORGES, Barsanufo Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Editora da UFG, 1990. P. 51

[182]Francisco Dias D'Ávila foi o colonizador da região do São Francisco, na Bahia, onde formou fazendas de gado que abasteciam os mercados do nordeste e outras regiões da Colônia, no século XVII. Os currais do São Francisco se beneficiavam das vantagens naturais da região, como boas pastagens e agua em abundância. Ver: SOUZA, Avanete Pereira. Circuitos internos de produção, comercialização e consumo na América Portuguesa: o exemplo da capitania da Bahia (Século XVIII). IN: MOURA, Denise Aparecida Soares de; CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida**. Consumo e abastecimento na história.** São Paulo: Alameda, 2011.

[183] PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Folha de São Paulo, 2000.

[184] BERTRAN, P. **Op. Cit.** 1994.

vistas pelos bandeirantes pastando no Vão do Paraná, vindas desgarradas dos Gerais da Bahia, onde a pecuária já era a principal atividade econômica.[185]

A disseminação de fazendas de gado no norte goiano no inicio do século XIX provocou uma dinamização na economia da região, respondendo o gado pela maior parte da receita gerada pela região norte. Os produtos derivados do gado, como carne de sol, couros e o próprio gado encontravam saída fácil nos mercados do norte e nordeste. Em 1796, as estatísticas apontavam 121 fazendas de gado nos julgados do sul e 401 nos julgados do norte, sendo que o sul respondia por 23% das criações em relação ao norte, com 77% da produção. Já em 1828, novas estatísticas indicavam 156 fazendas para os julgados do sul e 546 propriedades para os julgados do norte, correspondendo a 22% e 78% respectivamente do total da produção de Goiás. (Ver quadros 9 e 10)

Quadro 9 - Fazendas de Gado em Goiás – Julgados do Sul (1828)

JULGADOS DO SUL	*FAZENDAS DE GADO*	*PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO SUL*
Vila Boa	**36**	**23%**
Meia Ponte	**27**	**18%**
Santa Cruz	**37**	**24%**
Santa Luzia	**23**	**15%**
Pilar	**15**	**9%**
Crixás	**18**	**11%**
TOTAL	**156**	**100%**

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 261

Quadro 10 - Fazendas de Gado em Goiás – Julgados do Norte (1828)

JULGADOS DO NORTE	*FAZENDAS DE GADO*	*PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DO NORTE*
S. João da Palma	**70**	**13%**
Conceição	**53**	**10%**
Natividade	**62**	**12%**
Carolina	**16**	**02%**
Flores	**130**	**24%**
Arraias	**150**	**28%**
Cavalcante	**29**	**05%**
Traíras	**36**	**06%**
TOTAL	**546**	**100%**

Fonte: SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992. P 262

[185] NETO, Antônio Teixeira.**Pequena história da agropecuária goiana**. RIHGG, n.20. (Org.) Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. ASA Editora, 2009. P 19-58

As localidades de Flores, Arraias, Natividade e S. Joao da Palma experimentaram certa prosperidade com o comércio de reses com o nordeste, principalmente a Bahia. Sobre o arraial de Conceição, Cunha Mattos afirma: “A riqueza dos seus moradores é ouro e criação de gado vacum nos excelentes pastos do julgado”. De Flores, Cunha Mattos indica: “Seus moradores são ricos em gado, em que consiste a sua principal fortuna”.[186] Amaro Leite também “é um distrito muito bom para se criar gado de todas as qualidades”.[187]

As boas pastagens do norte goiano atraíram migrações de criadores provenientes do Maranhão, Pará e Bahia, esta com problemas de estiagens que muitos prejuízos causaram aos fazendeiros de gado. A ocupação do norte e nordeste goiano por levas de agricultores e criadores de gado do nordeste emprestou uma feição diferenciada para a população desta região, que foi fortemente influenciada por seus hábitos sociais e culturais. Assim também se deu com o Sul, que recebeu os generalistas e os paulistas em busca de pastagens para o gado. Traços linguísticos e costumes alimentares são exemplos de tal mescla de culturas. A Assembleia Legislativa provincial em Goiás afirmava, em 1852, que:

> Tem emigrado desde 1840 das Províncias da Bahia, Piauy, Maranhão, para os municípios do Norte e de Minas e são Paulo para os do Sul, inclusive o da Capital a imigração destas duas últimas províncias tem tido aumento espantoso desde 1842 em diante e, por isso, terrenos que antes eram incultos, principalmente ao Sul da Província estão hoje cheios de povoadores, os municípios de Catalão, Santa Cruz, Bomfim e de Villa formosa estão quase que habitados só por mineiros e paulistas sem receio de errar-se pode-se asseverar que a população emigrada para o Sul da Província sobe a mais de 36 mil almas e para o norte a 15 mil almas. [188]

As fazendas de gado que se formaram no sul de Goiás foram estabelecidas inicialmente nos caminhos que ligavam Goiás a São Paulo ainda no final do século XVIII, por geralistas que eram atraídos pelas boas pastagens e disponibilidade de terras nas áreas onde hoje se localiza o Triangulo Mineiro. Os arraiais de Desemboque e Araxá, bem como toda essa região desenvolveram-se nesse período, que pertenceu a Goiás até 1816. Essas penetrações irão se intensificar e consolidar na segunda metade do século XIX, quando a região também receberá influência da expansão da monocultura cafeeira do Oeste paulista.

O crescimento da pecuária durante o século XIX testemunha a importância do gado na economia do Império. Os pecuaristas encontravam mercado consumidor garantido nas áreas agrícolas, com a carne para consumo, fresca ou seca, couros e como força motriz

---

[186]MATTOS, p 123
[187]Idem, p.119
[188]Correio Oficial, 18 de julho de 1852. Goiânia, A.H.G.

para o trabalho. A pecuária foi seguindo os mineradores, tornando-se primordial para o fornecimento de animais de abate para a zona mineradora. [189]

As grandes fazendas criadoras de gado de corte para a venda nos mercados consumidores se diferenciavam dos pequenos criadores, que mantinham poucas cabeças de gado ao lado de lavouras e criação de pequenos animais para o próprio sustento e com um pequeno excedente para o comércio local.[190]

Apesar da importância econômica da pecuária, o consumo de carnes de gado vacum não era acessível a toda a população. Aos mais abastados a oferta de carnes era garantida regularmente. Aos menos afortunados, somente uma ou duas vezes por semana, quando muito. Escravos e livres pobres tinham a base do seu sustento no milho, mandioca e arroz, com as quais preparavam pratos variados. Os altos preços das carnes eram proibitivos aos pobres, que complementavam a dieta alimentar com carnes de caça e peixes, além dos pequenos animais criados para tal fim, como porcos e aves. De acordo com Carlos Brandão "A carne de gado é consumida em muito menor quantidade que a de porco [...]." O autor afirma ainda que "A variação da dieta alimentar entre sujeitos de classes sociais diferentes está mais na frequência de alimentos de alto custo (carne de gado) do que na variação dos tipos de comida". [191] No Brasil do século XIX:

> A carne possui um critério importante para o estabelecimento do nível de vida da população, sendo que a tendência à diminuição ou elevação de sua taxa de consumo é considerada como muito significativa. [...] Nessa época, essa proteína era vista como alimento básico, assim, aqueles que podiam ingeriam enorme quantidade dela. Atestava-se a pauperidade dos indivíduos na possibilidade de degusta-la uma ou duas vezes semanalmente. Pior condição social possuíam aqueles que a consumiam seca ou defumada. Ainda nessa época, consumir carne bovina fresca era um privilégio dos grupos mais abastados. [192]

Alguns fatores dificultavam o avanço da criação bovina em Goiás no período. A rusticidade das técnicas, com o gado sendo criado à mercê das pragas e animais selvagens ou sujeito à ação dos ladrões, as dificuldades no fornecimento do sal pelo alto custo, produto indispensável ao bom desenvolvimento do animal, a venda e consumo indiscriminado de novilhas, fêmeas e reprodutoras, fatos que comprometiam o sucesso da empreitada.[193]

---

[189]ANDRADE, Manuel Correia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História Econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996

[190]BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**. Um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

[191]Idem, p. 48

[192]MAGALHÃES, Op. Cit. P 90

[193]CHAUL, OP. CIT. P. 93

Conquanto a atividade pecuária tenha estimulado a economia goiana no período pós mineratório, ela não pode ser vista como resultado da "vocação pastoril" atribuída à Goiás a partir do século XIX. Borges afirma que, embora a exportação do gado tenha sido responsável pela maior parte da renda gerada no setor agrário e tenha garantido certa renda e capitalização do setor agrário, as condições em que se deram o desenvolvimento de tal atividade sustentaram o setor num momento em que havia escassez de capital e mão de obra para o investimento em outras atividades econômicas em Goiás. Para o autor, as condições dos solos do cerrado não favoreciam a expansão da agricultura. Porém,

> Admitir o predomínio da atividade agropastoril na economia agraria goiana apenas como resultante da fatalidade natural e histórica é, no mínimo, desconhecer a logica da organização da produção e as relações econômicas que que a envolviam na divisão regional do trabalho desde o século XIX. [...] Desde o inicio de sua formação, a economia agrária goiana constitui-se parte integrante do anel exterior da economia primário-exportadora, inserindo-se numa divisão do trabalho agrícola como produtora de gado de corte. A crescente dependência da produção agraria goiana, em relação a outros mercados, forjara um tipo de especialização no campo que privilegiou a produção de certos bens primários de menor custo e de maior demanda. Isto, mais que as condições naturais e econômicas, explica o predomínio da pecuária em Goiás.[194]

Apesar de ser o sustentáculo da economia e operar de forma a garantir o abastecimento de carne fresca e seca e dos subprodutos do gado, grande parte da população tinha dificuldades para satisfazer suas necessidades nutricionais com o consumo da carne em razão dos obstáculos para a aquisição do produto, o grande volume exportado para os mercados interprovinciais e, consequentemente, o alto custo do produto.

3.4 – O Comércio

As descobertas auríferas nos sertões goianos provocaram intensa afluência populacional, tal como havia acontecido antes nas Minas Gerais, promovendo o estabelecimento de núcleos urbanos relativamente estáveis. O caráter da atividade mineradora, fundada sob a lógica da exploração dos recursos naturais em beneficio do mercado metropolitano, em função da política mercantilista colonialista portuguesa, imprimiu uma feição especifica ao trabalho de exploração das jazidas minerais, quando várias medidas

[194] BORGES, A sociedade goiana de pecuária, p. 115.

foram tomadas pelas autoridades metropolitanas visando o máximo proveito de mão de obra na mineração.

A proibição da instalação de engenhos e fábricas de manufaturas próximas às regiões mineradoras tinha por objetivo potencializar o processo de extração aurífera. Junte-se a isso o pouco interesse dos próprios mineradores pela lavoura e criação de animais para a própria subsistência e tem-se um quadro propicio para a configuração de escassez e por vezes fome nos primeiros tempos da colonização.A falta de lavouras de subsistência encarecia os gêneros, mas as necessidades dos mineiros faziam-se presentes, por isso adquiriam tudo o que o ouro pudesse comprar.[195]

A presença do ouro promovia um intenso comércio, onde circulavam mercadorias importadas dos mais variados tipos, desde alimentos, instrumentos de trabalho e até artigos de luxo, tudo a preços muito altos. Esses produtos chegavam aos centros mineradores provenientes das regiões Sul e Sudeste, sobretudo do Rio Grande do Sul de São Paulo, Rio de janeiro e Minas Gerais. Mas os altos custos do transporte encareciam de tal maneira os produtos que os mineiros viviam constantemente endividados. A esperança era de que os próximos achados resolvessem seus problemas.

Com o esgotamento das minas, houve a redução do comércio, atingido pela falta de ouro em circulação. O final do século XVIII e a primeira metade do século XIX são para Goiás épocas de baixo nível de atividade mercantil, voltando-se a população para as atividades de subsistência, o trabalho na lavoura e a criação de animais. Assim, o comércio interno

> Limitando-se à circulação de produtos agrícolas, tornava-se ainda mais restrito, uma vez que os produtos básicos da alimentação em Goiás, o milho, o feijão, o arroz e a farinha eram produzidos em todas as vilas, só havendo maiores procuras em períodos de escassez, como por exemplo, os ocorridos em 1819, 1830-33 e em 1842. Assim o comércio ficava restrito às próprias vilas onde os roceiros procuravam dispor de seus poucos excedentes, aos centros mais populosos, como o caso de Meia Ponte e a capital da província, os quais adquiriam algum produto nos arraiais limítrofes e a pequenas trocas feitas entre o sertão do Paranã, produtor de gado, mas carente de gêneros agrícolas e os arraiais do Sul.[196]

O montante das transações comerciais foi reduzido pela falta de capital entre os comerciantes e a população se valia das compras feitas à prazo. As mercadorias podiam ser adquiridas em estabelecimentos comerciais espalhados pela província, designados como lojas, vendas, tabernas e boticas, concentradas nas principais localidades. Mafalda Zemella faz uma

---

[195]FUNES, Op. Cit. P. 29
[196]FUNES, Op. Cit. P62 e 63

distinção dos estabelecimentos comerciais no período mineratório nas regiões das minas. Nas lojas comercializava-se predominantemente “fazendas secas” (produtos não comestíveis como tecidos, armarinhos, utilidades domésticas, perfumarias, etc.) e nas vendas tudo o que havia nas lojas mais os “molhados”, isto é, os comestíveis e as bebidas. Nas boticas comercializavam-se medicamentos e nas tabernas, bebidas. [197]

O controle exercido sobre esse tipo de comércio fazia parte das atribuições da Câmara Municipal. Instituição criada entre os séculos XII e XIII como parte da politica administrativa portuguesa, as câmaras municipais tinham o objetivo de assegurar a manutenção do Império português. Contudo, essas instituições tornaram-se espaços por excelência onde os poderes locais atuavam em beneficio de seus interesses. Os regulamentos administrativos variavam conforme o lugar e subordinavam-se à influência dos grupos locais. [198]

Entre as muitas atribuições outorgadas às câmaras, estava a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, o que incluía a expedição de autorização e licenças de funcionamento, fiscalização sobre os instrumentos de pesos e medidas, tabelamento de preços dos produtos comercializados, manutenção dos mercados municipais, destruição de carne à população urbana e manutenção dos açougues públicos. [199] Em Goiás, esse controle era exercido pela Câmara Municipal de Vila Boa, mais tarde Cidade de Goiás sobre as demais localidades urbanas, visto que estas não possuíam condições financeiras de atuar nestas questões. [200]

Essas funções eram realizadas fundamentalmente pelos almotacés, membros da câmara municipal eleitos com a finalidade, entre outras, de exercer o controle sobre o abastecimento alimentar e garantir o equilíbrio nas transações comerciais, contendo os lucros abusivos, a alta excessiva nos preços dos alimentos, a ação dos intermediários e atravessadores e evitar monopólios. [201] Embora a lei de organização municipal de 1828 tenha atribuído à câmara municipal a função de administrar as questões sobre o abastecimento, esta não possuía recursos financeiros para fazer frente aos desafios do encargo. A administração

---

[197]ZEMELLA, Op. Cit. P163
[198] PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Câmara Municipal: um pequeno histórico. IN: **Casa de vereança de Mariana**: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto (MG): UFOP, 2008.
[199] Entre as funções das Câmaras estava a manutenção de ruas, pontes, estradas, prisões, matadouros, saneamento, abastecimento, fiscalização de escolas, assistência a menores, hospitais, manutenção da tranquilidade pública, entre outras. Ver: PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Op. Cit.
[200]SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder**: A politica de abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pg. 12.
[201]MAGALHÂES, Sonia Maria de. **Mercando secos e molhados**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 1, p. 114-121, 2008. P.116.

provincial tomou pra si a responsabilidade de gerir os cofres públicos e controlar o abastecimento:

> Com a perda da autonomia municipal a partir do Regimento das Câmaras de 1828 e durante todo o Império as questões relativas à infraestrutura do município competentes às Assembleias ficaram subordinadas às deliberações de órgãos ligados à administração provincial.[202]

A exigência de inscrição para a abertura de estabelecimentos comerciais em núcleos urbanos, qualquer que fosse o tipo ou tamanho visava controlar a qualidade dos produtos oferecidos à população, bem como garantir a aplicação de taxas e tributos correspondentes. Outro mecanismo de controle exercido pela câmara era a fiscalização dos preços. O tabelamento dos preços sobre os gêneros alimentícios tinha por objetivo proporcionar o preço justo à população, visto que procurava impedir altas abusivas e assim, garantir a tranquilidade da vida pública.[203]

Essa prática era executada não sem conflitos entre agricultores, criadores e senhores de engenhos e os agentes governamentais, pois aqueles reclamavam do controle sobre seus produtos e estes justificavam sua atuação com a ideia do preço justo ou economia moral, conceito que evidencia a necessidade de manutenção do controle do fornecimento adequado de víveres à população a preços justos para se resguardar de eventuais levantes ou motins. [204]

O controle sobre os pesos e medidas, periodicamente fiscalizados se justificava pelo receio de que a população fosse enganada nas transações comerciais. A deterioração de pesos e medidas parece ter sido uma constante preocupação das autoridades, fato evidenciado pelas constantes reclamações da população e frequentes avisos públicos para que a questão fosse fiscalizada. [205]

De difícil controle eram também as práticas dos atravessadores, agentes do comércio que desviavam os gêneros de seus locais de destino vendendo-os a preços mais altos. Os atravessadores eram

---

[202]SILVA, Flávio Marcus. Op. Cit. p.. 260.
[203]O controle dos preços exercido pela câmara municipal se dava através do tabelamento de preços sobre todos os produtos, não apenas sobre os alimentos.
[204]A economia moral é explicitada por Flávio Marcos da Silva como a preocupação das autoridades em “estabelecerum controle sistemático sobre o mercado de víveres , para garantir alimentos a preços justos aos moradores dos centros urbanos, buscando evitar o levantamento dos povos”. SILVA, Flávio Marcus. Op. Cit. Pg. 12.
[205] LEME, Fernando Lobo.**A oeste do Império** - Dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial: Um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2005.

> Qualquer pessoa que comprasse mantimentos e os revendesse para fora das regiões onde, pela lei, deviam ser comercializados, sem que para isso tivesse licença das autoridades, era considerado um atravessador. As autoridades administrativas coloniais empenharam-se no sentido de neutralizar a ação desses indivíduos, mantendo uma vigilância constante sobre o comércio de gêneros de primeira necessidade, sobretudo aquele realizado pelos tropeiros e mascates, comerciantes que, supostamente estariam atuando dentro das regras, o que no entanto, não os livrava da suspeita e, muitas vezes, da acusação de estarem também atravessando mercadorias. [206]

Esses indivíduos compravam mantimentos dos agricultores diretamente e redirecionavam para outras regiões, onde conseguiam maiores lucros. Não raro os roceiros eram obrigados a revenderem seus produtos, o que acarretava em problemas no abastecimento e gerava crises de fome, ao que a população respondia com protestos.

A Câmara Municipal também administrava o curral público. Neste local ficavam os animais pertencentes à municipalidade, pois o monopólio da distribuição de carne cabia ao município. A Câmara concedia licenças para a comercialização de carnes quando a demanda exigia. As carnes eram comercializadas em espaços construídos para tal fim pelas autoridades, onde era feita a vistoria e fiscalização da qualidade dos alimentos e o controle sobre taxas e tributos cobrados sobre os produtos comercializados. A Câmara Municipal também alugava espaços no curral público para a permanência e manutenção de animais de particulares. Contudo, é possível prever que as autoridades tivessem dificuldades em controlar esses serviços sem concorrência das carnes clandestinas vendidas sem o controle de qualidade, provavelmente disponíveis nos mercados locais. [207]

Uma visão panorâmica da obra de Cunha Mattos permite-nos deduzir que a comarca do Sul apoiava-se mais na agricultura, enquanto a do Norte fundamentava-se mais na criação do gado para exportação, ambas as atividades coexistindo com a mineração. Meia Ponte, Couros e Crixas, os habitantes cultivavam lavouras simultaneamente à labuta na mineração. Amaro Leite, São Felix, Cavalcante e Natividade supriam a pouca mineração com a produção de gado para o comércio interno e a exportação. (conforme pode ser visto no quadro 11)

---

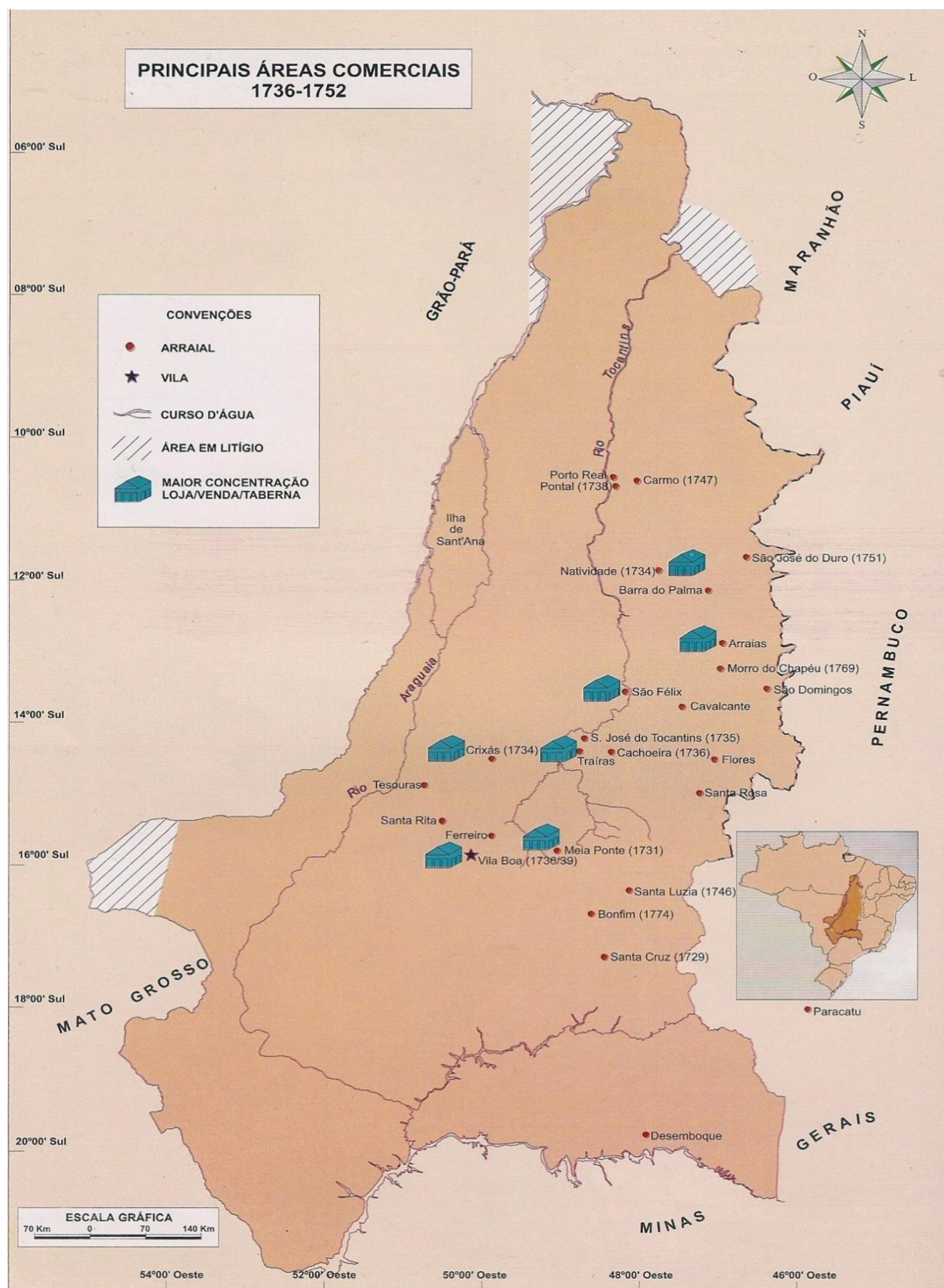
[206] SILVA, Flávio Marcos, Op. Cit. p. 110.
[207] LEME, Fernando Lobo.Op. Cit.

Quadro 11 – Abastecimento regional na Província de Goiás, 1824.

LOCALIDADE (ARRAIAIS/ALDEIAS)	*COMARCA*	*ATIVIDADES*
Anicuns, Anta Ouro, Fino Ferreiro e Rio Claro	Sul	Mineração
Barra	Sul	Lavoura e pesca
Santa Rita	Sul	Criação, lavoura e pesca.
Campinas, Angicos, Aldeia Pedro II	Sul	Lavoura e criação
Meia Ponte	Sul	Lavoura, criação, comércio, mineração.
Jaraguá, Corumbá e Rio do Peixe	Sul	Lavoura e mineração
Santa Cruz	Sul	Criação e mineração
Bomfim, Pilar	Sul	Lavoura e mineração
Santa Luzia	Sul	Mineração. Comércio e lavoura
Couros	Sul	Criação, lavouras, curtume e comércio.
Quarinos	Sul	Criação e mineração
Crixás	Sul	Mineração, lavoura, pesca e criação.
Aldeia Maria	Sul	Criação
Boa Vista	Sul	Salinas, lavoura, criação, Engenhos.
Traíras	Norte	Mineração, criação e lavoura.
Águas Quentes, Descoberto, ,Santa Rita e Cachoeira	Norte	Mineração e criação
Amaro Leite, Flores, Santa Rosa e Mato Grosso.	Norte	Criação
São Felix	Norte	Criação
Conceição	Norte	Mineração e criação
Natividade	Norte	Lavoura, criação

Transcrito de: MAGALHAES, Sonia Maria. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004.

Mapa 7 – Principais áreas comerciais – Goiás – Período colonial



Fonte: Fonte: ROCHA, L. M. (Org.). **Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab, 2001.

A maioria dos arraiais do Norte comercializava suas mercadorias na capital da província, local onde podia alcançar preços razoáveis e obter saída dos produtos, além de trocar por mercadorias de que necessitavam. No distrito de Traíras, Castelnau[208] observou que havia produção de aguardente e rapaduras, vendidas para a região. Do Julgado de Arraias se exportava tabaco, café, o trigo, carne seca e fresca e o gado, além de peles de bovinos e de animais selvagens. Do Julgado de Natividade exportavam-se bois, couros, mandioca, milho, toucinho, açúcar e aguardente. De São Joao da Palma comercializava-se, além do gado e do couro, toucinho, açúcar, aguardente e fumo. Na região de Santa Cruz, a produção de açúcar, aguardente, café, tabaco, porcos, toucinho, gado em pé, além de couros e peles rendia algum lucro à localidade. [209] (Conforme pode ser notado no mapa 7)

Os viajantes estrangeiros deixaram registros sobre a movimentação dos gêneros produzidos em Goiás que contribuem para uma visão mais pormenorizada das condições do comércio regional. Saint Hilaire muitas vezes pousou em ranchos precários com tropas de mercadores durante suas viagens. Em Santa Luzia, identificou o comércio de marmeladas, trigo e gado, além dos subprodutos deste, e ainda algum artesanato. Em Montes Claros o comércio de milho para o gado rendia algum lucro para o seu hospedeiro. O Tabaco de Corumbá tinha boa saída nos arraiais da província e complementava a renda dos miseráveis habitantes da localidade. Meia Ponte, com sua produção diversificada, causava boa impressão aos viajantes, pois conseguia exportar para os outros arraiais tabaco, toucinho, açúcar, vinho, cachaça, além de legumes e cereais. Em Jaraguá, identificou a presença de engenhos, cuja produção era exportada para a capital e outros arraiais. (Conforme pode ser observado no quadro 12)

---

[208] CASTELNAU, Francis .**Expedição às regiões centrais da América do Sul.** Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

[209]Francis de La Porte, Conde de Castelnau, oriundo de família aristocrática francesa, recebeu formação nas ciências naturais, especializando-se no campo da geologia, zoologia e etnografia na Academia de Ciências e no Museu de Historia Natural de Paris. Castelnau chegou ao Brasil em junho de 1843 como chefe de uma expedição francesa, patrocinada pelo governo francês e Academia de Ciências da França, cujos propósitos eram a exploração e pesquisa da bacia Amazônica. Percorreu as províncias de Minas Gerais, Goiás (1844), Mato Grosso e Pará.

Quadro12 – Fluxos comerciais inter-regionais – Goiás – (1819 1843)

VIAJANTES	*PRODUTOS*	*COMARCA*	*ORIGEM*	*COMARCA*	*DESTINO*
Saint Hilaire (1819)	Tabaco	Sul	Corumbá	Vários Arraiais	Vários arraiais
Saint Hilaire	Trigo	Sul	Santa Luzia e Meia Ponte	Sul	Cidade de Goiás
Saint Hilaire	Toucinho, Tabaco, açúcar, cachaça.	Sul	Meia Ponte	Sul e Norte	Cidade de Goiás e Norte da Província
Saint Hilaire	Açúcar	Sul	Jaraguá	Sul	Cidade de Goiás
Saint Hilaire	Milho	Sul	Região do Mato Grosso	Sul	Cidade de Goiás
Saint Hilaire	Açúcar	Sul	Bonfim	Sul	Cidade de Goiás
Gardner (1840)	Mandioca, milho, arroz.	Norte	Arredores de Arraias	Norte	Arredores de Arraias
Castelnau (1843)	Carne de peixe salgada	Sul	Boa Vista	Sul	Cidade de Goiás
Castelnau	Açúcar, farinha, carne seca, aguardente, café, Tabaco, rapadura e marmelada.	Sul	Arredores de Santa Cruz	Sul	Santa Cruz e Cidade
Castelnau	Açúcar, aguardente, gado	Sul	Pilar	sul	Cidade de Goiás

Transcrito de: MAGALHAES, Sonia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004

Os principais mercados abastecedores da Província de Goiás na primeira metade do século XIX foram as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.[210] São Paulo enviava às regiões mineradoras ferramentais, manufaturas, gêneros alimentícios e animais para o abate e auxilio no trabalho. Os paulistas iam ao Sul buscar rebanhos de gado vacum e muares para abastecer as regiões mineradoras e nos portos de Santos e do Rio de Janeiro adquiriam artigos vindos de além-mar destinados à população

> O tropeiro paulista, favorecido pelas circunstancias geográficas, (os caminhos paulistas eram mais curtos que os caminhos baianos) favorecido pela legislação régia que só permitia o comércio das minas com a região sul (São Paulo e Rio de Janeiro) estabeleceu no centro do Brasil um movimento intenso de distribuição de artigos de toda espécie, promoveu a circulação de gado, tropas de burros, etc...[211]

---

[210]GORENDER, J. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1992. P 443
[211]ZEMELLA, Op. Cit. P 63

O Rio de Janeiro possuía as melhores condições de concorrer com são Paulo e Bahia pelo abastecimento das regiões mineradoras a partir da abertura do "Caminho Novo"[212], mais curto, sofreu a principio os efeitos do afluxo de gêneros aos centros auríferos. Despovoamento, alta dos preços dos gêneros, carência de mantimentos foram desafios somente superados com o gradativo aumento das lavouras, currais e engenhos, de forma que corrigiu-se o suprimento interno e criou-se um excedente destinado à exportação aos núcleos mineradores. Mafalda Zemella afirma que o Rio de janeiro tornou-se a "boca do sertão", tal a demanda por produtos e a movimentação de seus portos: "Além dos produtos usuais da terra – açúcar, aguardente, gado, feijão, arroz, farinha, etc. – o Rio de Janeiro enviava às minas artigos importados de além-mar: vidros, sedas, damascos, pelúcias, baixelas, vinhos, azeites, armas, pólvoras, sal, ferro, etc.". [213]

O mercado baiano sofreu restrições, em razão da proibição contida no Regimento das Minas de 1701 quanto à comercialização com as regiões mineradoras. Diversas ordens e proibições ao comércio das minas com a Bahia e Pernambuco visavam "impedir os descaminhos do ouro".[214] Apenas o gado fora permitido, já que as outras praças não estavam em condições de fornecer a quantidade necessária a suprir os mercados mineradores. Contudo, era impossível às autoridades conter o contrabando que se estabeleceu. De acordo com Zemella, essa interdição era insustentável, visto que "A vida nas minas seria praticamente impossível sem os fornecimentos partidos do Recôncavo e das zonas marginais do São Francisco [...] [215]".

Para esses mercados se orientavam as exportações de Goiás, bem como com a região norte, notadamente o Pará. Os produtos destinados à exportação eram aqueles de vida útil mais prolongada, que não se estragavam com facilidade, haja vista as longas distâncias para províncias com as quais comerciava. Entre os principais gêneros alimentícios exportados estavam o toucinho, o gado vacum, o açúcar, aguardente, carne seca, arroz, feijão, alguns tipos de doces, café e Tabaco, entre outros.[216] (Conforme o quadro 13)

O comércio com as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia fazia-se por via terrestre, fato que, em razão das grandes distâncias e da precariedade das estradas, encarecia as mercadorias. O crescimento da demanda por mercadorias nas regiões de

---

[212] O Caminho Novo foi autorizado por Carta Régia em 1699 e ficou a cargo do bandeirante Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias, sendo concluído em 1707.
[213]ZEMELLA, Op. Cit. p.67
[214]Idem p. 71
[215]Idem, p 71
[216]Apesar de o tabaco não ser considerado alimento por considerável parcela da sociedade, este item seráincluído como gênero do abastecimento alimentar por este trabalho.

mineração levou à necessidade de abertura de novos caminhos, que permitissem o trânsito de tropas de muares carregadas com os gêneros para subsistência, instrumentos necessários para os trabalhos e artigos diversos importados da Europa.

Quadro13 – Fluxos comerciais interprovinciais de gêneros alimentícios – Goiás (1818-1843)

Viajantes	*Comarca*	*Localidade*	*Produtos importados*	*Locais de origem*	*Produtos exportados*	*Destino*
Pohl (1818)	Sul	Meia Ponte	_______	______	Tabaco e cana-de-açúcar	RJ, BA, SP,MG, MG.
Pohl	Norte	São Joao da Palma	---------------	----------	Gado	Bahia
D'Alincourt (1818)	Sul	Bonfim	Sal	---------	Gado e capados	Minas Gerais
D'Alincourt	Sul	Santa Luzia	------------	----------	Marmelada	Rio de janeiro
Saint Hilaire (1819)	Sul	Santa Luzia	Sal e mercadorias diversas	São Romão (MG) e Rio de Janeiro	Açúcar, aguardente, gado.	Rio de Janeiro
Saint Hilaire	Sul	Meia Ponte	Mercadorias diversas	Rio de Janeiro	-----------	-------
Saint Hilaire	Sul	Bonfim	------------	-------	Marmelada	Rio de Janeiro
Saint Hilaire	Sul	Arredores de Santa Cruz	------------	---------	Milho, açúcar e cachaça, toucinho.	Minas Gerais
Gardner (1843)	Norte	Arraias	-------------	--------	Gado	Bahia
Castelnau	Sul	Santa Luzia	-------------	---------	Marmelada, café, Tabaco.	Minas Gerais
Castelnau	Norte	Conceição, Natividade	Sal	Bahia	Gado	Bahia
Castelnau	Norte	Carolina, Flores, Arraias, Cavalcante e Traíras.	Gêneros diversos não comestíveis, Sal, vinho, aguardente, farinha de trigo.	Minas Gerais e Bahia	Gado	Bahia

Transcrito de: MAGALHAES, Sonia Maria de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004.

Da Bahia para as regiões das minas havia vários caminhos fazendo a ligação, muitos anteriores às descobertas auríferas. Zemella afirma que os caminhos baianos eram "mais largos e suaves do que os que ligavam o Rio de Janeiro e São Paulo às Minas" e que havia facilidades e vantagens neste caminho, como oferta de mantimentos, animais de carga, pastagens e acomodações para o pouso para os viajantes. O principal caminho que ligava o Recôncavo baiano às minas era conhecido como o Caminho da Bahia, ou Caminho dos Currais do Sertão, que acompanhava em grande parte o leito do rio São Francisco e abastecia

as regiões auríferas de gado. De São Paulo partiam inúmeros caminhos, tanto para as regiões mineradoras quanto para o Sul e em direção ao Nordeste. De acordo com Zemella, três caminhos principais funcionavam como rota de mercadorias para as minas do ouro:que "transpunha a Mantiqueira, pelo Vale do Camanducaia, o caminho que passava por Mogi-Mirim, e o que se utilizava da garganta do Embu".Desses, o último era o mais utilizado. [217]

As dificuldades do trajeto, que era efetuado em parte por via marítima e as condições do caminho, "áspero e longo" demandaram a abertura de um novo caminho que fizesse a ligação entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais. O Caminho Novo encurtou as distancias e colocou o Rio de Janeiro em vantagens em relação às outras regiões abastecedoras das minas.

> A abertura desse caminho representou uma verdadeira revolução no sistema de comunicações com as Gerais. Representava uma diminuição de distância e uma economia de tempo assombrosa. Enquanto o Caminho Paulista exigia dois meses para ser transposto, e no Caminho Velho do Rio de janeiro gastavam-se quarenta e três dias, o Caminho Novo era vencido, antes de ser aberta a variante chamada de 'terra firme' em apenas dezessete dias. Aberta essa variante, gastava-se no trajeto, em 'marcha escoteira' de dez a doze dias. [218]

As Estradas Reais que ligavam Goiás às províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Mato Grosso e os caminhos que uniam os arraiais e povoados foram criados após 1730. A Estrada do Nascente ligava Vila Boa a Paracatu; a ligação com São Paulo era feita pela Estrada do Sul; a Estrada do Norte unia a capital goiana aos arraiais ao longo dos rios Araguaia e Tocantins, até ao extremo norte. A Estrada da Bania ligava a capital goiana ao vale do São Francisco e à capitania de Pernambuco, que no século XVIII fazia limites com Goiás. As estradas do Nascente, Sul e Bahia convergiam na entrada de Meia Ponte. (Conforme pode ser notado no mapa 8) [219]

Nas estradas oficiais os viajantes eram submetidos ao controle de registros e contagens, postos arrecadadores do governo português. Ali se buscava o controle sobre a circulação de homens e animais nos territórios mineradores. No inicio de sua instituição, serviam para fiscalizar o quinto e combater o contrabando de gado que vinha da Bahia. Após

---

[217]ZEMELLA, P 114
[218]Idem, p. 120
[219] VIEIRA JR, Wilson.Nos sertões cerrados de Brasília: a cartografia como argumento para a releitura da historia do Distrito Federal. Anais do III Simpósio Luso Brasileiro de cartografia historica.10 - 13 de novembro de 2009.

o declínio do ouro, passaram a exercer o controle sobre as “entradas” e praticamente todas as estradas importantes continham um ou mais registros e contagens. [220]

Para a parte mais abastada da população havia um comércio de mercadorias importadas da Europa, que chegavam pelos portos do Rio de Janeiro. È possível identificar esses produtos por meio do exame das Entradas e também pelos anúncios em jornais. Os anúncios de jornais pesquisados atestam que havia um mercado consumidor de artigos importados na Província. O Jornal *O Correio Oficial* circulou entre 1837 e 1930, sendo publicado duas vezes por semana nos principais centros urbanos da Província. Entre os produtos anunciados constam vinhos, azeitonas, bacalhau, peixe em barril, especiarias da Índia, chocolates, manteiga inglesa, nozes e amêndoas, biscoitos estrangeiros finos, camarões, cervejas, chás, conservas, doces de frutas estrangeiros, licores, massas e outros. Havia, também, o comércio de tecidos, roupas, joias, utensílios domésticos e ferramentas diversas. Entretanto, esses anúncios começaram a ser publicados na segunda metade do século XIX, o que evidencia que os problemas econômicos da Província começaram a ser superados a partir desta época. [221]

[220]Os Registros eram classificados em diversos tipos. Havia os Registros do Ouro, cuja função era fiscalizar o transporte e cobrar o "quinto", se fosse o caso, os Registros de Entradas, que recolhiam o imposto cobrado pela circulação de mercadorias entre as capitanias, os Registros da Demarcação Diamantina, postos fiscais e quartéis encarregados da repressão ao contrabando de diamantes, mas também da cobrança das "entradas” e as "contagens", registros especializados na cobrança do tributo sobre os animais levados de uma capitania para outra. O registro ficava, normalmente, numa estrada regular, em um "vão de serra", "fecho de morros" ou desfiladeiro, próximo a um curso de água, que além de assegurar o abastecimento da repartição, retardava ou dificultava a passagem dos contribuintes. A decadência do ouro não acabou com as "entradas", nem com os registros. Eles perduraram através do Império, mudaram o nome para "barreiras" e só foram extintos com o advento da República. Fonte: Receita Federal – Memória. In: http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp. cessoem23/08/2011

[221] Jornal “O Correio Oficial”. AHEG

Mapa 8 – Principais caminhos coloniais – Goiás - Século XVIII



Fonte: Fonte: ROCHA, L. M. (Org.). **Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab, 2001

Os principais Registros e Contagens de Goiás eram os de São José do Duro, São Domingos, São João das Duas Barras, Insua, São Marcos, Arrependidos, Santa Maria, Rio das Velhas, Rio Grande, São Joao das Três Barras, Taguatinga, além de outros menos importantes. (Conforme se pode ver no quadro 14)

Quadro14 – Principais Registros e Contagens – Goiás – (1732-1812)

Ano	Registros e Contagens
1745 - 1748	Registros: Rio das Velhas, Três Barras, Pé da Serra, Santa Luzia, são Bernardo, na beira do rio Tocantins, Cavalcante, São Félix, Carmo, Chapada, Arraias, Natividade, Taboa tinga, Boqueirão e Campo Aberto.
1767	Registros: São Bartolomeu, Rio das Velhas, São Marcos, São João das Três Barras, Cabeceira do Rio das Velhas, Extrema, Moquém, Amaro Leite, Rio Tocantins, Campo Aberto, N. S. do Bom Despacho, Arraial de S. Domingos, Boqueirão, Arraias, Taguatinga, Duro, Conceição, Almas, Taboca, Pontal, Macacos, Carmo, Chapada da Natividade, Carmo da Natividade, Natividade, Chapada de São Felix, Carmo de São Felix, Arraial de São Felix, Cavalcante.
1783	Registros: Duro, Taguatinga, São Domingos, Santa Maria, Lagoa Feia, Arrependidos, São Marcos, descoberto do Rio das Velhas, Rio das Velhas. Contagens: Moquém, Extrema, São Joao das Três Barras, São Bartolomeu.
Memória Receita Federal 1732 - 1812	Boa Vista Traíras, Arrependidos, Insua, Lagoa feia, Salinas, Santa Maria do Vão do Paranã de Goiás, Santa Rita, São Bartolomeu, São Bernardo, São Domingos< São Joao das Duas Barras, São Marcos, Taguatinga, Desemboque, Duro, Rio das Éguas, Rio das Velhas e Tocantins. Chapada da Natividade, Chapada de São Felix, Conceição, Extrema, Natividade, Almas, Arraias, Cavalcante, Itaoca, Moquém, Pontal, são Felix, São Joao das Três Barras, Carmo, Amaro Leite, Ouro Pobre e Príncipe.

Transcrito de: VIEIRA JR, Wilson. **Nos sertões cerrados de Brasília**: a cartografia como argumento para a releitura da historia do Distrito Federal. Anais do III Simpósio Luso Brasileiro de cartografia histórica, 2009.

Os caminhos coloniais, que muitas vezes surgiram no rastro dos caminhos indígenas e bandeirantes, até o final do século XIX ainda eram de péssima qualidade, não passando muitas vezes de simples picadas no meio do mato. Caio Prado Junior afirma que as chuvas agravavam ainda mais as condições das estradas, tornando o trabalho dos tropeiros ainda mais difícil. [222]

Múltiplas vozes se levantaram denunciando as más condições das estradas coloniais. Os viajantes estrangeiros relatam que as sofríveis estradas da província tornava-se ainda mais precárias na estação das chuvas, dificultando ou até impossibilitando a trânsito na região. Saint Hilaire afirma que “As estradas jamais são reparadas, e evidentemente tornam-se piores nas vizinhanças das cidades onde o trânsito é maior”. Muitas vezes, os caminhos eram obstruídos por pedras e troncos caídos, praticamente uma trilha estreita no meio do mato. Este era o caso da principal ligação entre a província de Mato Grosso e a de Goiás. Em alguns casos, a estrada encontrava-se em boas condições, como a que ligada Meia Ponte à capital

[222]PRADO JUNIOR, Caio. Op. Cit. P 255

Vila Boa, provavelmente em razão do grande trânsito realizado entre as duas localidades, os centros mais dinâmicos da província. [223]

O engenheiro D'Alincourt, preocupado em registrar as condições das estradas, observa que a estrada que partia da cidade de Goiás era "péssima pela natureza do terreno e que a arte não tem melhorado". Em outro ponto, a estrada nem merecia tal nome e mais adiante "o caminho é péssimo não só pela escabrosidade do terreno, composto de colinas, montes e vales cobertos de escuras matas, como também pelo desleixo das pessoas a quem compete cuidar dele".[224] Em alguns pontos, o trajeto era tão estreito que com muita dificuldade passavam as bestas carregadas de mercadorias.

Para Pohl, que percorreu caminhos menos usuais que a maioria dos viajantes, muitos caminhos não passavam de picadas abertas no meio do mato. Mesmo as principais rotas de ligação entre os arraiais e entre as províncias encontravam-se em más condições. A estrada aberta por D. Fernando Delgado de Castilho ligando Vila Boa à Caldas Novas era um exemplo. Na região de Anicuns, Pohl assim descreve a experiência: "íngremes elevações se alternavam com escarpados precipícios. Passamos por poças d'águas onde os burros quase afundavam. Muitas vezes fomos obrigados a abrir caminho a machado por entre árvores derribadas". [225] As chuvas, que dificultavam sobremaneira as marchas, pela destruição que causavam nas estradas, só não eram piores do que as pontes, mal conservadas ou em ruina completa. Muitas vezes os viajantes tinham que descarregar as bestas e transportar as mercadorias pelo vão do rio sobre canoas, para então novamente carregar os animais do outro lado, oque alongava ainda mais o tempo das viagens.

As autoridades também reconheciam a precariedade das estradas da província e atribuíam em parte a elas as dificuldades da economia goiana. Em 1837 o presidente da província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa afirmava que:

> Talvez seja a província de Goiás a única do Brasil que nenhum melhoramento tenha recebido em suas estradas; elas se acham todas em péssimo estado e causa espanto o perigo a que continuamente seja exposto em suas jornadas quem em tempos d'aguas faz qualquer viagem, ainda mesmo nas vizinhanças desta capital. As circunstancias atuais das rendas da

[223]SAINT HILAIRE, OP. CIT. P.99.
[224]D'ALINCOURT, Op. Cit. P. 131
[225]POHL, Op. Cit. P. 352.

> província são um horrível obstáculo para a empresa de melhorarmos as estradas e pontes [...][226]

Os viajantes estrangeiros, por sinal entre os poucos que deram voz à suas experiências nas estradas, não foram os que mais percorreram caminhos coloniais. Os mercadores, categoria que atuava no abastecimento das regiões mineradoras, foram os que mais sofreram com as circunstâncias desses percursos.

De importância fundamental na história da formação das sociedades urbanas nas regiões mineradoras, os tropeiros contribuíram para o abastecimento tanto de gêneros de primeira necessidade, escassos nos primeiros tempos, quanto de artigos de luxo e ferramentas necessárias à população que explorava a extração aurífera. Sob o lombo de grandes tropas de muares eles percorriam extensas distâncias em viagens que podiam durar mais de quatro meses, transportando todo tipo de mercadoria, desde alimentos, bebidas, tecidos, armarinhos, roupas, utilidades domésticas e ferramentas, entre outras. O tropeiro adquiria gêneros e artigos variados nos centros urbanos do litoral e os revendia a preços exorbitantes em todos os centros urbanos do sertão, notadamente, nas zonas mineradoras, obtendo altos lucros. Zemella afirma que o tropeiro em geral era homem de grandes posses, capaz de possuir várias tropas simultaneamente, condição que lhe granjeava prestígio social e político. Muitas famílias ilustres surgiram no rastro de fortunas adquiridas pelos tropeiros. [227]

Além de agentes do comércio, os tropeiros atuavam como disseminadores das novidades dos grandes centros urbanos do Brasil. Isolado nos sertões do interior do país, Goiás sofria pela dificuldade de comunicação e escassez de noticias. Assim,

> Figura extremamente popular, o tropeiro, se no princípio da era mineradora teve qualquer coisa do antipático, pela especulação que fazia dos gêneros, aos poucos foi adquirindo, ao lado da função puramente econômica de abastecedor das Gerais, um papel mais social e simpático de portador de notícias, mensageiro de cartas e recados. Representava um verdadeiro traço de união entre centros urbanos afastadíssimos, levando de uns para outros as novidades políticas, as informações sobre as coisas de uso, correspondências, modas, etc. [228]

Eleitos como os mais adequados para a jornada nos caminhos coloniais em razão de sua resistência para o transporte de cargas, os muares eram originários do sul do país, onde as forragens do solo mostravam-se propicias à criação de animais. Seu comércio gerava

---

[226] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1837o Exmo. Presidente da mesma província, Dr. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. **Memórias Goianas** no5. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.p. 82
[227]ZEMELLA, Op. Cit. p. 141
[228]Idem, p. 139

intensos lucros para os mercadores de animais, pois o muar se prestava tanto ao transporte de mercadorias quanto à própria comercialização do animal em si, valioso em tempos de dificuldades de transporte.

As longas jornadas pelas sofríveis estradas encontravam algum alivio nos pousos espalhados ao longo do percurso, criados para dar assistência aos viajantes. As fazendas e sítios formados ao longo dos caminhos estabeleciam ranchos com roças de milho para o consumo das tropas de bestas, negocio lucrativo que estimulava o investimento dos fazendeiros na empresa. Diversas vilas e cidades surgiram a partir dos núcleos dos pousos e ranchos ao longo dos caminhos coloniais. Para incentivar a preferencia dos tropeiros, os fazendeiros ofereciam vantagens como boas pastagens e alimentação ao tropeiro e seu pessoal, além do rancho em si. Todavia, os negociantes também protestavam contra os abusos cometidos pelos roceiros estabelecidos junto aos caminhos, que cobravam às vezes preços exorbitantes pelos mantimentos e danificavam o caminho para que a tropa se detivesse mais tempo aumentando os gastos.[229]

Em alguns casos, a prosperidade do pouso deu origem à vilas e cidades organizadas. Em Goiás, são exemplos de nucleos urbanos surgidos de pousos as cidades de Campo Alegre, Piracanjuba e Formosa.

Em Goiás não foi diferente. Em estudo para identificar a origem social dos tropeiros goianos, Gumiero afirma que era homem branco, possuidor de algum capital e prestigio social e politico. Foram membros de familias conceituadas e ocuparam cargos administrativos importantes. O mais famoso tropeiro goiano foi, sem dúvida, o comendador Joaquim Alves de Oliveira. Proprietario de escravos e produtor importante de gêneros, ocupou altos cargos públicos, eletivos e de nomeação. Para Gumiero:

> O tropeiro é o patrao, o dono da tropa, o empresario de transporte; e o transportador da tropa com mercadorias para o comércio entre fazendas e arrraiais, a mando dopatrao, por preço combinado ou por sua própria conta. Carregava suas mulas por Goiás e outras regioes e fora, negociando mercadorias, transportando noticias, bilhetes, recados, costumes e modismo; Nesse mister, ligava mesmo que precariamente, os nucleos urbanos, suprindo pequenos agrupamentos humanos reunidos aqui e acolá.[230]

A análise dos registros de entradas da Cidade de Goiás permite inferir algumas informacoes sobre o comércio das tropas em Goiás. Gumiero aponta que, no periodo de 1761 a 1799, chegaram a Goiás 8 tropas vindas de São Paulo, 6 tropas da Bahia, 3 tropas do rio de

[229] PRADO Jr, Op. Cit. P.163
[230]GUMIERO, Maristela Porfirio da Paz. **Os tropeiros na história de Goiás**.(XVIII - XIX) Dissertação de Mestrado.Goiânia:UFG, 1991. P. 45

janeiro e 2 tropas de Minas Gerais. Traziam na bagagem secos e molhados, bebidas, ferramentas, tecidos, escravos, gado, peles e ferramentas. No mesmo período, circularam no interior da Província abastecendo centros urbanos e rurais 147 tropas, o que permite concluir que o movimento interno de tropas era bem superior ao externo. [231] As mercadorias eram negociadas com os vendeiros nos mercados da cidade, que repassavam à população por preços extorsivos.

As estradas goianas, cheias de percalços e cortadas por rios, morros e atoleiros, dificultavam o avanço das tropas e os sujeitava a toda sorte de obstaculos e imprevistos. D'Alincourt observou que algumas estradas eram tao estreitas em alguns trechos que os muares tinham que atravessar um a um, o que facilitava os ataques dos indios.[232] Saint Hilaire informa também que "os caiapós atacavam de surpresa as tropas de burros que vinham de são Paulo".[233] O Presidente da Província, José Rodrigues Jardim noticia à Assembleia que tropas hlevaram quase um mês para atravessar a regiao da Mata, não tendo ela mais que quatorze léguas.[234]

As dificuldades de transporte encareciam as mercadorias e o volume do comércio goiano continuava reduzido. As autoridades informavam que "Os generos da europa, vindo em bestas do Rio ou Bahia pelo espaço de 300 léguas, chegavam caríssimo e os negociantes vendiam tudo fiado, daí a falta de pagamento, dai as execuções, dai a total ruína da Capitania".[235] Em outro relatório , o Dr José de Assis Mascarenhas afirmava: " De nada serviria animar a agricultura e a criação de gado sem ao mesmo tempo melhorar as estradas. [...] As más estradas, ao a falta delas podem dobrar e até triplicar o preço dos gêneros [...]".[236]

A manutenção das estrads ficava a cargo das Camaras Municipais, que atribuia a responsabilidade das obras a figuras importantes da região, que muitas vezes completavam o orçamento do proprio bolso . Conforme relata à Assembleia em relatorio, o Presidente José Rodrigues Jardim informa:

---

[231]GUMIERO, Op. Cit. P.76

[232] D'ALINCOURT, Luiz. Op. Cit. P. 148

[233]SAINT HILAIRE, Op. Cit. P 63

[234] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. P. 25

[235]Subsídios para a história da Capitania de Goiás. Correspondências dos governadores da Capitania e outros documentos. (1756-1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1918, p. 268.

[236] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Assis Mascarenhas. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. Pg. 158.

> Ao capitao Joao Luiz Brandão encarreguei o conserto da estrada geral para Bonfim do Curralinho até Lagoinha [...]. Ao coronel Felipe Antonio Cardoso encarreguei a direcao dos consertos das pontes dos rios das pedras [...]. Ao comendador Joaquim Alves de Oliveira encarreguei a direção dos consertos das estradas gerais do municipio de Meia Ponte [...]. Ao tenente coronel Vicente Miguel da Silva encarreguei a direcao dos consertos da estrada geral desde as Antas até o rio Corumbá [...][237]

A diminuição da produção aurífera despertou as autoridades para a necessidade de buscarem dinamizar a economia goiana por meio de estimulos à producao agropecuária, que acreditavam ser a saida para a crise economica que se abatera na região em finais do século XVIII. A solução de acordo com os administradores estaria em garantir vias de comunicação apropriadas para o escoamento da produção. De nada adiantaria os estimulos ao agricultor e pecuarista se estes não pudessem comercializar sua produção. A ligação via terrestre, através das estradas que levavam a São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro encareciam o preço das mercadorias em razão das grandes distâncias percorridas pelas caravanas de tropeiros. A solução seria então viabilizar a navegação fluvial via rios Araguaia e Tocantins para estabelecer comércio com o Pará. [238]

As reinvindicações para que o governo da metrópole portuguesa viabilizasse o comércio com o Pará pela navegação fluvial promovendo incentivos governamentais e investimentos no projeto, estiveram presentes nos relatórios das autoridades provinciais desde o final do século XVIII, a partir do declínio da produção mineradora e por todo o século XIX. Desde o governo de D. José de Vasconcelos (1772-1778) tentou-se estabelecerrelações comerciais com o Pará, porém o pouco comércio de Goiás estava voltado para as regiõess centro-sul do país, mais próximas dos centros mais desenvolvidos da Côlonia. Também era necessário promover o aumento da produção agropecuária, pois somente com a formação de excedentes exportáveis seria possivel garantir a incrementação da navegação.[239]

O receio do governo quanto aos desvios do ouro levou à proibicao de caminhos que não fossem os oficiais, mais facéis de serem controlados. A navegação fluvial foi alcançada por tais decisões. Por meio do Alvará de 27 de outubro de 1733 a navegação pelo rio Tocantins foi proibida por tempo indeterminado. As relações comerciais entre Goiás e o Pará ficaram estacionárias, o que reforçou ainda mais o isolamento goiano. De acordo com Doles "Durante meio século oficialmente os caminhos que demandam o exterior serão os

---

[237]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas**no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. P. 20
[238]FUNES, Op. Cit. P.40
[239]DOLES, OP. CIT. P.31

mesmos dos primeiros tempos, orientados para o sul, através de São Paulo ou de Minas Gerais rumo ao Rio de janeiro e a rota fluvial permaneceria interditada até 1782".[240]

Contudo, o uso dos rios Araguaia e Tocantins como vias de comunicação remete às bandeiras que adentraram o territorio goiano desde o século XVII. Os rios também foram canais de comunicação interna entre os habitantes das regiões próxiams a eles. As proibições não foram suficientes para fazer cessar os intercâmbios entre as populações locais.

As autoridades goianas viam na navegação fluviala salvação do estagnamento econômico goiano e não cessavam de pedir a viabilização de tal projeto. Entre os primeiros esforços nesse sentido estão duas memórias publicadas em 1806, *Memória econômica e política sobre o comércio da capitania de Goiás*, por Joaquim Teotônio Segurado[241]e *Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goiás,* por Francisco Rodrigo Barata. [242] Conforme Magalhães:

> De acordo com Ledonias Garcia, estas memórias, bem como várias outras que foram escritas sobre diversas regiões do Brasil no mesmo período, repercutem o projeto reformista de Rodrigo de Souza Coutinho para o Império português, que refletia uma nova percepção político-administrativa a ser implantada entre a metrópole e as suas colônias. Este projeto sugeria uma relação de "parceria" e não mais dominação/subjugação entre a Metrópole e suas possessões. Esses estudos refletem com clareza as preocupações com os recursos e as maneiras mais adequadas de torná-las importantes para o Império integrado. Todas as matérias direcionam para o potencial do território brasileiro e para as possibilidades de exploração que poderiam favorecer o "Reino e o Ultramar". [243]

Acreditando que a pobreza de Goiás era consequência da deficiência nas exportações dos gêneros produzidos, Francisco Barata via no cultivo da terra e na promoção do comércio a solução para os problemas econômicos da capitania. Para Barata, "para a capitania de Goiás florescer, é necessário que sua agricultura seja ajudada e animada pelo comércio exterior, e este só pode conseguir-se pela navegação dos rios Araguaia e Tocantins."[244] O que seria a tônica das vozes das autoridades provinciais ao longo do século XIX é expresso por Barata quando diz que:

---

[240]DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973. P. 30

[241] SEGURADO, J. T. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás. **Memórias Goianas** I. Goiânia: UCG, pp. 33-54.

[242] BARATA, F. J. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. **Memórias Goianas** I. Goiânia: UCG, pp. 55-94

[243] MAGALHÃES, Sonia Maria de. MAGALHÃES, Sonia Maria. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004, p. 66

[244]BARATA, Op. Cit. P 88.

> Abunda esta capitania em muitos gêneros de cultura, quais são a mandioca, o milho de que fazem o pão ordinário, feijão, arroz, café, algodão, açúcar, aguardente e outros.[...] Abundam ainda carnes de porco e de vaca, de cujos couros fazem boa e excelente sola. Apesar, porém, desta fertilidade è a dita capitania das mais pobres que se podem considerar na nossa América, procedendo a sua pobreza da falta de exportação dos ditos gêneros. [245]

O desânimo dos agricultores, que produziam somente o necessário para a subsistência, só seria corrigido, na perspectiva do autor, quando pudessem vender seus produtos com algum lucro. Para Barata, se fossem promovidos os meios para a exportação dos gêneros, os agricultores seriam animados a produzir excedentes.

Entre as sugestões apresentadas por Barata para o erguimento do comércio, estavam a concessão de cartas de sesmaria para quem desejasse se estabelecer como produtor às margens dos rios, a isenção de dízimos sobre produtos exportáveis, e do pagamento de entradas de ferramentas importadas, além de alguns títulos importantes ao individuo. Barata via na ocupação das margens dos rios Araguaia e Tocantins a solução para o estabelecimento da navegação fluvial, pois a ocupação territorial ao longo dos rios serviria de rede de apoio as embarcações durante a vigem. O autor afirma que "tão logo que vão se fazendo povoações nas margens dos rios, será fácil refazerem-se nelas o necessário socorro".[246]

Semelhante teor apresenta o documento assinado por Joaquim Theotônio Segurado. Atribuindo ao solo da capitania fertilidade e, portanto, possibilidades de aumentar a produção, apresenta os canais eleitos os mais propícios ao escoamento da produção agropecuária: as vias fluviais. Para o autor, os goianos "não tem que trocar a natureza, basta segui-la: quem tem férteis campos, cultivem; quem tem rios navegáveis, naveguem". [247] Para reforçar seu argumento, Segurado oferece um quadro geral dos preços de alguns itens de exportação para comparação, afirmando que os lucros seriam mais certos no comércio com o Pará, conforme pode ser notado no quadro15:

---

[245]Idem, p. 61
[246]BARATA, OP. Cit. P 70
[247] SEGURADO, Op. Cit. P. 41

Quadro 15 – Preços em Goiás e no Pará – 1806

Gêneros	Preços	
	Em Goiás	No Pará
Algodão em rama	2$400	5$000
Algodão tecido	$150 a vara	$240 a vara
Açúcar	1$800 a arroba	3$200 a arroba
Aguardente	1$800 o barril	6$000 o barril
Rapaduras	$0,75	$320
Café	1$800 a arroba	3$600 a arroba
Toucinho	1$800 a arroba	3$600 a arroba
Carne Seca	2$000 um boi	1$600 a arroba
Sola	$600 um meio	1$600 um meio
Couro de veado	$450 um couro	$900 um couro
Fumo	1$500 um rolo	$160 a vara
Feijão	$200 o alqueire	4$000 o alqueire

SEGURADO, J. T. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás. **Memórias Goianas** I. Goiânia: UCG, pp. 33-54.

As propostas sugeridas resultaram em medidas que tinham por objetivo incentivar a ocupação territorial às margens dos rios. Em Carta Régia de 7 de janeiro de 1806, a Coroa portuguesa oferecia isenção do pagamento dos dízimos aos lavradores que cultivassem na região. Em 1811, outra Carta Régia acrescentava novas determinações para a promoção da navegação fluvial. Entre estas medidas estavam a criação de uma sociedade de comércio entre Goiás e o Pará, a desobstrução dos rios Tocantins e Maranhão, contenção dos indígenas que promoviam constantes ataques na região, concessão de cartas de sesmarias a quem se instalasse às margens dos rios, criação de presídios para servirem de assistência aos navegantes ao longo da rota e isenção de serviços militares.[248]

Uma das principais reivindicações dos comerciantes, traduzida pelos presidentes de província em seus relatórios era a de que os custos de transporte pela navegação fluvial eram mais compensadores que os praticados no translado via terrestre. Antônio de Pádua Fleury declarava, em 1849, que

> Sendo a navegação pelo rio Vermelho e Araguaia um dos principais meios que tem esta província de exportar as sobras do seu consumo e importar o sal, o ferro, o aço e todos os artigos de primeira necessidade, que importados

[248]ALENCASTRE, José Martins Pereira de**. Anais da Província de Goiás**, 1863. Goiânia: SUDECO, 1979, P. 320, 321

> dos portos do mar nas costas de burros chegam postos a Goiás pelo triplo e mais de seu primeiro custo.[249]

Um vívido relato das dificuldades do transporte via terrestre na primeira metade do século XIX pode ser conferido nas palavras do Presidente da Província Ernesto Augusto Pereira. Os inúmeros transtornos e obstáculos eram os responsáveis, de acordo com ele, pelo encarecimento das mercadorias em seu destino final:

> A Província de Goiás, a mais central do império, dita cerca de 240 léguas do litoral, importa do Rio de Janeiro todos os gêneros de comércio pelas estradas de Minas e São Paulo por meio de animais de carga [...] Essas estradas por Minas e São Paulo, que no tempo seco oferecem transito fácil, especialmente a de São Paulo pela qual transitam carros de bois, tornam-se ruins no tempo das chuvas havendo em ambas falta absoluta de benefícios, o trânsito é difícil e interrompido a cada passo pelo crescimento das águas de muitos córregos que, não raro, obrigam os tropeiros a pararem muitos dias até que seja possível passar, e pelos atoleiros, concorrendo ainda mais para as dificuldades as febres intermitentes que são frequentes em toda a extensão das estradas. Gastam as tropas regularmente 60 dias do Rio de Janeiro a Goiás no tempo seco, e muitos mais dias são precisos para as viagens no tempo das chuvas. [...] Esse meio de transporte, tao caro e atrasado e que sujeita os carregamentos a tantos inconvenientes é causa da pouca importação de alguns gêneros de primeira necessidade e de outros de muita utilidade. A necessidade de carregar e descarregar diariamente, o pouso muitas vezes no campo, a chuva, o sol ardente, a poeira do caminho, a brutalidade dos carregadores, os muitos acidentes que há, causam às vezes a perda, a deterioração dos gêneros, o que concorre para a carestia dos preços e pouca importação.[250]

O governante continua, afirmando que o trajeto por terra oferece entraves ao transporte de determinadas mercadorias como, por exemplo, máquinas de lavoura que, pelo grande numero de peças, deveriam ser conduzidas em vários animais ou mesmo por certos instrumentos cujo volume não são divisíveis e que, pelo tamanho, não poderiam ser transportadas por via terrestre. De acordo com a autoridade, tudo isso encarecia os custos do transporte e ocasionava o impedimento do uso de certos equipamentos mais aperfeiçoados, causando o atraso na agricultura. Assim, a navegação fluvial além de mais barata, possibilitava o transporte de objetos de grande porte, oferecia possibilidade de melhor acondicionamento dos gêneros, ficando menos expostos a avarias e intempéries. Pelos

---

[249]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848 o Exmo. Vice-Presidente da mesma província Dr. Antônio de Pádua Fleury. **Memórias Goianas** no.04. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1845-1849).Goiânia: UCG, 1996. P. 120

[250]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1870 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Ernesto Augusto Pereira**. Memórias Goianas**no.11. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da Província de Goiás (1870-1874). Goiânia: UCG, 1999. P. 22

números oferecidos pelo administrador, o custo da arroba transportada do Pará via navegação fluvial saia a 5$000 a 5$500 réis, enquanto que via terrestre podia chegar de 12$000 a 16$000 réis.

De fato, de acordo com Doles, o custo do frete via terrestre saia mais caro. Mas não era apenas esse o ponto a ser levado em consideração. Para a autora, a navegação fluvial "além de diminuir a evasão de capitais de uma província que importava quase todas as manufaturas, propiciaria o aumento da exportação até então tolhida pela falta de boas vias de comunicação."[251]

As reinvindicações das autoridades provinciais continuavam a surgir nos relatórios e correspondências dos administradores. Em 1835 o presidente da Província José Rodrigues Jardim afirmava:

> A lavoura, verdadeira base da riqueza de um país tem a tempos decaido em Goiás, a falta de exportação e consumo tem afrouxado os braços [...]. A aos lavradores e a navegação frequentada para a exportação do superfluos nos trará a abundancia dos generos do país e a aquisicao dos que pelos superfluos forem permutados. [...] O comércio certamente ocupará a vossa atenção. Essa Província, a quem a natureza enriqueceu de meios para a sua prosperidade estará sempre em decadencia? Constará sempre o comércio de Goias na exportação do ouro? Serao eternamente desprezados os canais que a natureza brindou aos habitantes de Goiás? São os rios Araguaia, Tocantins e Turvo os canais que vos falo, são esses os canais por onde há de vir a felicidade dos goianos.[252]

O governante acreditava que a facilidade de comerciar seus mantimentos animaria os agricultores a aplicarem mais energia na produção de gêneros para o consumo e exportação. No ano seguinte, o presidente reafirmava a necessidade de prover-se meios de exportar as mercadorias para fortalecer a economia provincial:

> Se o lavrador se convencer que os objetos de sua lavoura e de seus trabalhos podem com facilidade e segurança ser conduzidos a lugares onde sejam bem pagos, se ele vir que as estradss são comodas, se animará a fazer grandes plantações.Chegamos insensivelmente ao meio de levantar a Província do abatimento a que se tem reduzido; ninguem deixará de reconhecer que esse meio é a navegação e o comércio com o Pará pelos rios Araguaia e Maranhao; todos sabem que as comunicações por agua tornam os transportes muito menos dispendiosos [...].[253]

---

[251]DOLES, Op. Cit. P. 82
[252]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. P. 17
[253]Idem, p. 162.

Na década de 1840 continuaram os clamores dos governantes para que fossem empenhados esforços em favor do melhoramento da navegação fluvial. Em 1848, o Vice-presidente da Província, Antônio de Pádua Fleury afirmava que “A navegação do rio Araguaia é ainda um dos objetos que mais ocupa minha atenção. Estou intimamente convencido que ela, de mãos dadas com a agricultura do país, fará a prosperidade da Província.” [254]

Na primeira metade do século XIX, algumas sociedades mercantis surgiram com intenção de promover o comércio com o Pará via fluvial, mas nunca passaram da primeira viagem.[255] (Conforme se pode ver nos quadros 16 e 17). Os principais produtos exportados para o Pará foram o açúcar, tabaco, aguardente, peles, toucinho, carne seca, arroz, feijão, farinha, queijos, café, marmelada, rapadura e peixe salgado.[256] De acordo com Doles, os lucros obtidos com as vantagens do comércio com o Pará oscilavam entre 50% e 70% em relação ao mercado feito via terrestre. José Pereira de Alencastre também apresentou dados onde busca comprovar as diferenças de preços em favor da navegação fluvial. [257]

Quadro 16 – Relação de produtos exportados para o Pará – 1806 e 1807

PRODUTO	***QUANTIDADE***	***MEDIDA***
AÇUCAR	182	BARRICAS
JACAS	55	UNIDADE
TABACO	99	ROLOS
AGUARDENTE	14	BARRICAS
TOUCINHO	18	ARROBAS
CARNE SECA	104	ARROBAS
GOIABADA	08	ARROBAS
FEIJAO	50	ALQUEIRES
FARINHA	100	ALQUEIRES
ARROZ	50	ALQUEIRES

Fonte: FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. P. 53

[254] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848 o Exmo. Vice-Presidente da mesma província Dr. Antônio de Pádua Fleury. **Memórias Goianas** no.04. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1845-1849).
Goiânia: UCG, 1996. P. 70

[255]FUNES, Op. Cit. P. 55

[256] De acordo com as antigas unidades de medidas portuguesas, uma arroba correspondia a kg 14,6866 e um alqueire tinha as seguintes correspondências: alqueire do norte (27.225 metros quadrados), o alqueire baiano (96.800 metros quadrados)e o alqueirão, ou alqueire goiano (193.600 metros quadrados). Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alqueire. Acesso: 25/04/2012.

[257]DOLES, Op. Cit. P. 86.

Quadro 17–Relação de produtos exportados para o Pará - 1851

PRODUTO	***QUANTIDADE***	***MEDIDA***
TABACO	24	ROLO
AGUARDENTE	19	BARRIL
QUEIJOS	607	UNIDADE
TOUCINHO	287	ARROBA
AÇUCAR	44	ARROBA
ARROZ	19	ALQUEIRE
MARMELADA	63	ARROBA
CAFÉ	05	ARROBA

Fonte: FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986. P. 57

A navegação pelo rio Araguaia permaneceu ao longo da primeira metade do século XIX com pouca movimentação, vindo a conhecer alguns empreendimentos nesse sentido somente a partir de 1848, na gestão de D. Joaquim Inácio Ramalho. Pelas suas dificuldades naturais, sendo um rio "sem leito, mais largo do que fundo, com largura excessiva e profundidade diminuta" e várias cachoeiras, o Araguaia não atraiu a necessária atenção, da população ou de empreendedores que se dispusessem a investir capitais para superar seus obstáculos e não conheceu uma navegação regular. As tentativas de implantação do comércio regular pelo Araguaia continuaram por todo o século XIX, obtendo finalmente algum sucesso a partir da introdução da navegação a vapor, em 1868.

Já o rio Tocantins, apesar de apresentar dificuldades técnicas maiores que o Araguaia, conseguiu manter a regularidade da navegação ao longo do século XIX. Embora enfrentando problemas como sistema de abastecimento deficiente, escassez de mão de obra e ataques indígenas, permaneceu como via de comunicação com o norte do país, conquanto poucos esforços fossem realizados em prol da melhoria das condições de navegabilidade do rio. A navegação para o Pará só se consolidaria a partir da década de 1870, com a implantação da navegação a vapor no rio Araguaia[258].

Apesar de todos os esforços pela viabilização das comunicações fluviais, os resultados, do ponto de vista comercial, foram pouco expressivos. A expansão demográfica foi resultado mais significativo advindo das medidas adotadas para a concretização da navegação fluvial nos rios Araguaia e Tocantins.

3.5 - Políticas Públicas

A escassez e a carestia de alimentos e por vezes a fome declarada foram recorrentes na história de Goiás por toda primeira metade do século XIX e podem ser vislumbradas nos relatos dos viajantes estrangeiros, correspondências de autoridades governamentais, relatórios de presidentes de província, determinações administrativas e nos escritos dos cronistas da história goiana. Boa parte dos relatos atribui o desabastecimento à apatia e ociosidade do povo goiano que não tinha ânimo para trabalhar e sofria com a miséria e a fome. Mas também reconhece outras causas para a escassez e penúria.

Desde a ocupação do território goiano por populações não indígenas em decorrência das descobertas auríferas, as autoridades portuguesas mantiveram vigilância constante por meio de leis, decretos, regulamentos e outras determinações, através dos quais pretendia manter o controle sobre a produção e circulação de suas riquezas minerais, tal como aconteceu em outras regiões mineradoras. No princípio da atividade mineradora, as práticas agropecuárias se impõem em razão da constante expansão populacional e do crescente aumento da demanda por alimentos. Contudo,

[258]DOLES, Op. Cit. P.59

essas atividades mantém-se com restrições, tanto por regulamentações da parte do governo português quanto pelo interesse dos próprios mineradores, mais preocupados com os altos lucros advindos da produção aurífera, razão pela qual houve diversas crises de abastecimento alimentar. [259]

Com a exaustão das minas, a única alternativa para a reestruturação econômica advinha da atividade agropecuária, mas com ela vieram à tona os problemas estruturais da província. Más condições das vias de comunicação, técnicas rudimentares empregadas na lavoura e criação de animais, altos impostos, diminuição da mão de obra, o isolamento geográfico que situava Goiás distante dos centros produtores e fornecedores, além da falta de capitais, eram desafios que as autoridades governamentais compreendiam ser de suma importância superar. Todavia, entre outras coisas, faltavam recursos financeiros para colocar em prática a maioria das melhorias recomendadas. Em relatório apresentado à Assembleia provincial em 1837, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury afirmava que, mesmo reconhecendo a necessidade de consertar as estradas, “as circunstâncias atuais das rendas da província são um terrível obstáculo”. [260]

Os relatórios provinciais atestam continuamente os défits orçamentários da Fazenda Real da Província. As quedas na arrecadação e o aumento das despesas dificultavam o equilíbrio orçamentário. Prédios e outras construções públicas necessitavam de reparos permanentemente e estradas e pontes sofriam constantemente estragos decorrentes das chuvas e inundações. Só na capital, uma enchente em 1835 levou três pontes ao mesmo tempo. As câmaras municipais não dispunham de rendimentos para fazer frente às despesas. Outro fator de desequilíbrio orçamentário eram os desvios cometidos pelos arrecadadores. Ao explicar o déficit orçamentário perante a Assembleia provincial, José de Assis Mascarenhas afirma que “São muitas as causas dessa diferença, mas a principal delas é a péssima administração dos coletores, salvas as honrosas exceções”. [261] Em 1847, o presidente da província, Joaquim Inácio Ramalho, se queixava dos males da arrecadação afirmando que “A receita provincial ainda não pode fazer frente às suas despesas, porém não é porque a produção seja escassa ou os impostos pequenos; todo o mal resulta da má arrecadação das rendas”. [262]

Desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX diversos relatos informam a respeito de períodos de escassez e fome declarada. Concomitantemente, é possível observar os esforços dos administradores em tentar superar os obstáculos que se apresentavam. A administração de José de Vasconcelos (1772-1778) foi marcada por alterações climáticas que, somadas à ganancia dos atravessadores, gerou crise no abastecimento de alimentos:

---

[259]FUNES, Op. Cit.

[260]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1837o Exmo. Presidente da mesma província, Dr. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. MemóriasGoianas no5. Relatórios políticos,administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.p. 82

[261]José de Assis Mascarenhas, Op. Cit. P. 166.

[262]Joaquim Inácio Ramalho, Op. Cit. P. 90.

> A falta de chuvas durante quase três anos, extinguindo as lavouras e as pastagens causou grande mortandade no gado, fez paralisar as fabricas de mineração e obrigou uma grande parte da população a emigrar para fora da capitania. A esses anos de seca sucedeu um de chuvas torrenciais que maiores males causaram. A penúria era geral e feia a desolação. Para gravame das misérias da fome, os atravessadores e monopolistas ousados afrontavam os clamores públicos e os agricultores trancavam seus paióis.[263]

Diante da situação, o governo enviou a força pública para abrir os paióis e depósitos de gêneros alimentícios e distribuí-los a preço justo à população. O governante passou a incentivar os fazendeiros a aumentarem suas áreas de plantações e confiarem que o futuro lhes traria melhores resultados. Entretanto, a despeito do otimismo ao invés de

> Os males diminuírem de intensidade e recrudesceram com maior cortejo de misérias. Rotas as cataratas do céu, assoberbaram-se os rios, alagaram-se os campos, desapareceram as sementeiras e a fome, com medonha catadura, vai devorando as entranhas da população desesperada.[264]

D. José de Vasconcelos tomou algumas medidas importantes para a regular a economia goiana. Procedeu a uma reforma na Fazenda Pública, de modo a compor um sistema fiscal mais justo e regular e levantou o interdito que proibia a navegação no rio Tocantins, enviando algumas embarcações tripuladas em 1773 para a exploração das possibilidades de comércio com o Pará. Saiu em visita aos arraiais pobres e decadentes e incentivou novos descobrimentos. Também promoveu o estimulo aos agricultores para que ampliassem suas plantações As crises de abastecimento em decorrência das intempéries climáticas persistiram no governo de seu sucessor, Luiz da Cunha Meneses que, mais preocupado com a conquista e catequese das nações indígenas, no entanto, pouca providência tomou para amenizar a situação.[265]

Novas medidas importantes só seriam tomadas durante o governo de Francisco de Assis Mascarenhas, no contexto da vinda da família real para o Brasil. Alencastre afirma que

> Não crendo D. Francisco, por ele mesmo confessado, no progresso originariamente filho do trabalho mineralógico, cuidou com preferencia da lavoura, do comércio e da abertura de novas vias de comunicação, por onde pudessem facilmente sair os produtos da capitania. Estabelecer com o Pará relações comerciais por via do Tocantins e Araguaia era seu grande desiderato [...]. A primeira proteção que D. Francisco podia dar à lavoura e à indústria era facilitar o seu transporte para os mercados consumidores. Para os habitantes do norte havia os rios Araguaia e Tocantins e para os do sul as estradas de Minas e São Paulo, vias de comunicação longas e caras.[266]

O governante tornou público o Alvará de 1 de abril de1808 que revogava a proibição das fabricas e manufaturas e tomou providências para incrementar a navegação pelo Araguaia.

---

[263] ALENCASTRE, José Martins Pereira de**. Anais da Província de Goiás**, 1863. Goiânia: SUDECO, 1979, p. 207.
[264]ALENCASTRE, Op. Cit. p. 208
[265]ALENCASTRE, Op. Cit. P. 208
[266]Idem, P. 304.

Entre os anos de 1805 e 1808, enviou embarcações carregadas de gêneros para o comércio com o Pará, o que não resultou em comércio ativo por falta de capital e de interesse do governo paraense. Também Incentivou a exploração da navegação para o sul, construindo às próprias custas uma canoa, que tripulou e partiu no rio dos Bois. [267]

Durante o governo de Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820) as autoridades régias concederam incentivos à navegação fluvial, acatando parcialmente o relatório do Ouvidor da comarca do Norte, Joaquim Theotônio Segurado, publicado em 1806. De acordo com Alencastre, em virtude as considerações de Segurado, foram concedidos favores, privilégios e isenções com vistas a promover a navegação dos rios Araguaia e Tocantins. Em Cartas Régias publicadas sem 1806 e 1811, foi concedida a isenção do pagamento dos dízimos por 10 anos a quem praticasse lavoura na região dos rios, visando favorecer o povoamento da região, foi determinada a criação de uma sociedade mercantil para atuar no comércio entre Goiás e o Pará, foram promovidas a limpeza, canalização e desobstrução dos rios, a contenção dos ataques indígenas, isenção do serviço militar, concessão de sesmarias às margens dos rios, moratórias aos devedores da Fazenda Real, permissão para escravização dos indígenas rebeldes e a criação de presídios ao longo dos rios.[268]

As determinações não surtiram o efeito desejado. As iniciativas para o estabelecimento de laços comerciais com o Pará partiam do governo, visto que não havia inicialmente empreendedores dispostos a investir na formação de sociedades mercantis para a exploração comercial da navegação fluvial. Entretanto, os goianos não encontravam apoio nas autoridades paraenses quanto ao incremento desse comércio. De acordo com Alencastre

> Os privilégios concedidos em favor da navegação do Tocantins e do Araguaia não tiveram força bastante para fazer ressuscitar esse corpo inanimado; era preciso um grande milagre e este só o podia fazer um motor poderoso que se chama trabalho e capital, mas a capitania estava pobre e os povos desanimados.[269]

O reconhecimento dos benefícios que a agricultura traria à economia goiana estava presente nas correspondências e nos relatórios que os presidentes de província apresentaram à Assembleia Legislativa. Em 1835, o Presidente da província, José Rodrigues Jardim afirmava ser "a lavoura, a verdadeira riqueza dum pais. Tão magnifica e generosa é a natureza para o nosso Goiás como mesquinha tem sido a arte. A salubridade do clima, a espantosa fertilidade do solo [...]."[270] Animando os habitantes quanto a necessidade de ampliar as plantações, dizia José de Assis Mascarenhas:

---

[267]Idem, P..316.
[268]Idem, P..316-320
[269]Idem, P. 321
[270] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas**no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986. P. 32

> Senhores, eu vos tinha dito que a decadência era quase geral em toda a província [...] nada temos a recear se quisermos se quisermos unir nossos esforços para tirarmos nossa pátria dessa terrível apatia [...] Todos os povos tem cuidado mais ou menos da agricultura: a história de cada nação fará ver essa grande verdade e em seus anais se acharão grandes axiomas [...] A nossa província pela grande extensão e espantosa fertilidade do terreno seco, deve considerar-se essencialmente agrícola [...] [271]

Entretanto, os esforços sempre esbarravam nos problemas estruturais da província. Analisando as crises de abastecimento em Goiás no século XIX, Sonia Maria de Magalhães relaciona as principais, situadas nos períodos de 1804 a 1805, 1809, 1823, 1830 a 1834, 1838, 1848, 1859 a 1860, 1865 a 1870 e 1878. O baixo nível técnico sujeitava a atividade agropecuária ao sabor das intempéries climáticas, de modo que as secas prolongadas e as chuvas excessivas quebravam as safras de alimentos, elevando os preços e trazendo a fome à população. De acordo com a autora, as crises no abastecimento estendiam-se por todo o território goiano, não estando restritas às regiões menos dinâmicas economicamente. Norte e sul partilhavam a escassez e carestia. À população restava explorar os recursos da natureza: “Nos frequentes períodos de escassez de alimentos, essa gente só dispunha dos generosos suprimentos do cerrado; assim, a fome cristalizou entre os goianos o gosto pelos frutos silvestres, como o pequi, a guariroba, o araçá, o cajuzinho do campo e o araticum [...]”.[272]

Analisando a produção e o comércio de alguns gêneros de primeira necessidade, como farinha e açúcar, Magalhães concluiu que a produção de alimentos era muitas vezes limitada ao consumo familiar e, em alguns casos “o produtor não vendia apenas o excedente, mas até o que lhe era necessário ao sustento”.[273] Alguns gêneros direcionados ao autoconsumo, como as farinhas de milho e mandioca geravam um excedente extremamente reduzido. Em outros casos, o excedente negociável beirava os 20% da produção interna. Magalhães infere que

> Percebe-se, de uma forma geral, a estreiteza da economia goiana. O lavrador ou o pequeno produtor goiano, cultivando em terras de baixa produtividade, carente de recursos técnicos e desprovidos de um mercado regular, dificilmente conseguia produzir um excedente comerciável que lhe assegurasse um rendimento suficiente para atender as suas necessidades mínimas, até mesmo a aquisição de sal. Situação que não lhe permitia fazer estoques para enfrentar as intempéries climáticas.[274]

---

[271] Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 e 1841 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Assis Mascarenhas. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986, p. 161, 181.
[272]MAGALHÃES, Sonia Maria de. Polemicas sobre o desabastecimento alimentar em Goiás no século XIX. In: MOURA, Denise Aparecida Soares de; CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida**. Consumo e abastecimento na história.** São Paulo: Alameda, 2011. P. 254
[273]Idem, p. 262
[274]Idem, p. 263.

Além das medidas já mencionadas, o governo recomendava ainda a criação de escolas práticas destinadas à capacitação do agricultor, de modo que este, mais preparado, tivesse condições de expandir sua produção.[275]

3.6 – Conjuntura de crise: algumas reflexões.

A historiografia tem produzido estudos sobre o período pós-mineratório goiano, que revelam certa dependência da visão de decadência que se estabeleceu em parte pelos relatórios das autoridades administrativas, pelos relatos dos cronistas da história de Goiás e pelos diários dos viajantes estrangeiros do século XIX. Esse posicionamento tem sido revisto por pesquisadores desde a década de 1970, os quais pretendem relativizar o conceito de decadência atribuído à Goiás, por meio de novas pesquisas e estudos em que se possam demonstrar as diversas realidades regionais no interior da província no século XIX. A tese da decadência para explicar o quadro econômico em Goiás após o declínio da mineração foi forjada pelos primeiros memorialistas que escreveram sobre a região e reforçada pelas autoridades administrativas e viajantes estrangeiros. O padre Luiz Antônio da Silva e Souza, natural de Serro Frio, região das Minas Gerais, escreveu em 1812 as Memórias sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyas [276], onde apresenta que esta Capitania:

> [...] correu em menos de um século do esplendor de seu principio para a crise da decadência, seja por se desprezarem os meios mais próprios e enérgicos de promover o seu aumento, seja por se ter enervado nos braços da ociosidade aquele amor do trabalho e patriotismo, que prefere ao interesse próprio o bem comum [...][277]

Silva e Souza (1812) e Cunha Matos (1824) foram os primeiros a lançarem o estigma da decadência sobre os habitantes dos sertões goianos e sobre seus escritos debruçaram-se aqueles que iriam reforçar e consolidar as imagens do ócio, atraso, decadência e isolamento: os viajantes europeus do século XIX. Wilson Rocha Assis assinala que:

> Essa perspectiva tristonha e decadente da região no século XIX restou disseminada em inúmeros trabalhos acadêmicos, que repetem as reiteradas imagens do atraso, da pobreza, do isolamento de Goiás, sempre pautadas nas mesmas fontes: os relatos de viagem dos estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século e os relatórios dos governadores e presidentes da capitania/província.[278]

---

[275]Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1877 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Antero Cícero de Assis. **Memórias Goianas**no.12.Relatórios políticos,administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1875-1889). Goiânia: UCG, 1999. P. 53

[276]SILVA E SOUZA, Luiz A**. Memórias sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas**. Revista do IHGB, Tomo XII, 4o trimestre, pp. 429-511, 1848.

[277] Idem, P. 429

[278] ASSIS, Wilson Rocha**. Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense** (1830 – 1834) Goiânia: UFG, 2007. (Dissertação de Mestrado)

Os governadores da capitania e presidentes da Província sempre recorreram ao termo decadência para descrever ou explicar o quadro econômico de Goiás em seus relatórios apresentados à Assembleia Legislativa ou em correspondências oficiais. A decadência é mensurada pela falta ou insuficiência de uma série de qualificações que justificam o estado das coisas ou pelas medidas que o governo toma para a superação delas. A falta de braços para o trabalho, a carência de tecnologias adequadas, a ausência de capitais para se efetuar as providencias necessárias, a insuficiência de vias de comunicação ou a má conservação delas para o escoamento da produção configuram deficiências. Assim, "as ausências é que conferem sentido à decadência". As providências tomadas pela administração são o outro lado da moeda. Têm a função de legitimar as ações do governo e também outorgam sentido à decadência. [279]

Em trabalho que pretendeu rediscutir a visão europeia sobre Goiás e reavaliar os argumentos sobre os quais foi construída a análise interpretativa sobre a história goiana, o historiador Nasr Chaul afirma que Goiás foi considerada como sendo área ligada predominantemente ao campo, ao sertão, regiões tradicionalmente entendidas como lugares desertos, sem urbanização, distantes dos centros dinâmicos e civilizados, onde a população adotou formas peculiares de existência, mais próximas dos indígenas e feras selvagens do que da civilização e do progresso:

> [...] na sociedade goiana pós-mineração houve o esgotamento de uma forma de produção e a sua substituição por outras atividades econômicas sem que isso tenha implicado em decadência propriamente dita; [...] essas transformações provocaram mudanças na sociedade com os deslocamentos de grupos sociais ligados às antigas e às novas atividades econômicas. Nesse contexto, sedimentou-se um universo cultural próprio do homem do sertão, do roceiro, do camponês, do índio, distante dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo. [280]

Na concepção de Chaul, os relatos sobre Goiás no período em questão, produzidos pelas autoridades, apontavam necessidades como mão-de-obra produtiva livre, povoamento e capital para investimentos no desenvolvimento econômico e na infraestrutura. Essa realidade chocava-se com as ideias pré-concebidas dos visitantes estrangeiros que imaginavam uma civilização cujos traços se assemelhassem aos padrões europeus de superpovoamento, modernidade e progresso do século XIX. Padrões, segundo o autor, originados na ética protestante do capitalismo. Chaul ainda afirma:

> A inércia era, aos poucos, explicada pela pobreza da economia e vice-versa. Os habitantes, por sua vez, não sabiam contornar as conjunturas que aprofundavam as crises advindas da mineração e, na visão principalmente dos viajantes, adotavam uma atitude de indolência, conformismo, tédio e ócio. Os viajantes, porém, não tinham uma visão mais ampla do contexto geral da sociedade e da economia de Goiás. Muito menos da cultura local. Seus olhares estavam condicionados a

---

[279] ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de**. A ideologia da decadência.** Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade de Amazonas, 2008.
[280] CHAUL. Op. Cit, P. 18.

> enxergar progresso, desenvolvimento capitalista e lucro. Coisas para as quais a província de Goiás não estava preparada, por falta de condições de realização ou por um livre culto ao cotidiano de seus dias que pareciam iguais [...].[281]

Paulo Bertran classificou a economia goiana do período como de "abastança", de bastante, diferente de abundante. De acordo com o autor, produzia-se o suficiente para o sustento, sem preocupação com as sobras. Se houvesse, eram gastas com festas e suntuosidade.[282]

As representações e imagens deixadas pelos viajantes europeus do século XIX sobre o sertão brasileiro, principalmente sobre Goiás, perduraram por meio da historiografia, reafirmando sua incapacidade de compreender a peculiaridade e diversidade da natureza e gentes dos sertões. Tal como foi retratado no período pós-mineratório – a precariedade das estradas, a carência das comunicações, o ócio das populações, os núcleos urbanos relativamente abandonados, a baixa produtividade agrícola, que resultava em escassez, penúria e desolação – Goiás construiu sua própria identidade por meio dos relatos dos memorialistas, não lhe sendo permitido regerem seus próprios ritmos e singularidades.

Analisando o discurso dos viajantes, Tiballi afirma:

> A indolência foi apontada inúmeras vezes como a causa da decadência da capitania. É preciso considerar que uma economia agraria pautada pela agricultura e pecuária extensivas, dispensa o trabalho diário. Este se tornará necessário somente quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas ultrapassar a fase de subsistência e iniciar a produção para o mercado capitalista. Para o europeu, vindo de um mundo capitalista, era impossível perceber que o goiano do século XIX, antes de ser indolente, era um trabalhador condicionado pelo estágio em que se encontrava o modo pelo qual produzia os bens necessários para a sua sobrevivência.[283]

O modelo analítico que diagnosticou a decadência e a estagnação econômica para as regiões das minas no período pós-mineratório procedeu principalmente dos estudos de Roberto Simonsen[284] e Celso Furtado.[285] Prevaleceu, nesses estudos, a concepção de atividade colonial mercantilista voltada para exportação, orientada pelos interesses da Metrópole. Entretanto, para realização dessas atividades era indispensável à implantação de uma infraestrutura que pudesse dar sustentação à atividade principal, no caso, a mineração. Assim, ao lado da produção essencial para o mercado europeu, organizou-se todo um setor de produção que visava suprir a subsistência interna, embora dependente da atividade primordial.[286] Paulo Bertran, Eurípedes Funes, e Nars Chaul são alguns dos historiadores que pretendem romper com o legado deixado pelos registros dos

---

[281] CHAUL, Op. Cit. p. 53.
[282] CHAUL, N. O olhar alheio e o próprio umbigo. In**: Caminhos de Goiás**. Da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, p. 13.
[283]TIBALLI, Elianda Figueiredo. **Op. Cit.** p. 65.
[284]SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil (1500-1820**). 3a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
[285] FURTADO, Op. Cit..
[286]NOVAIS, Fernando A. Op. Cit.

estrangeiros em Goiás, propondo novas interpretações para a história econômica e social, que deixem de ser tão somente tributárias das representações formadas pelos personagens citados.[287]

Grande parte da historiografia tem reafirmado as ideias de decadência e atraso sobre as quais foi construída a interpretação da nação e, principalmente, das regiões denominadas sertão.[288] Paulo Bertran, em artigo que reflete questões sobre a autoimagem histórica do goiano, afirmou que a tese da decadência possivelmente seria fruto de insuficiência de pesquisas sobre a história de Goiás, “puro e simples desconhecimento sobre um século inteiro, o século XIX”.[289] Bertran lembra que desde o inicio da colonização já havia registros da prática da agropecuária principalmente nas regiões mais afastadas das minas. A partir do declínio da produção aurífera encontram-se registrados pedidos de sesmarias com vistas à criação de gado vacum. Da mesma forma, atividades relacionadas à lavoura existiam, tanto de grandes produtores quanto de pequenas roças de subsistência. [290]

Gilka Salles afirma que a maioria das sesmarias concedidas destinou-se à constituição de atividades agropecuárias e que "o serviço de mineração demandava a existência de terrenos de lavoura para o abastecimento da população". Nas regiões mais ricas e povoadas pelo ouro havia maior concentração de sítios e roças de lavouras e criação de animais (Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Crixás e Pilar), e o inverso era verdadeiro, havendo nas comarcas do norte (São João da Palma, Arraias, Natividade, Traíras, Cavalcante) menos propriedades abastecedoras de alimentos.[291]

Todavia, apesar de haver muitas fazendas e sítios com lavouras e pequenas roças destinadas ao abastecimento de gêneros alimentícios na província no inicio do século XIX, Eurípides Funes vê o período pós-mineratório como uma fase de reajustamento da ordem econômica e social, com transformações na estrutura fundiária, nas relações de produção e, principalmente, a mudança do eixo produtivo dos metais preciosos para a atividade agropecuária, agora predominante. O autor entende que não houve de imediato uma atividade que substituísse a

---

[287]Uma análise importante pode ser conferida em: ASSIS, Rocha Wilson. **Os moderados e as representações de Goiás na Matutina Meiapontense (1830-1834).** Goiânia: UFG, 2007.

[288]O termo sertão designa aspectos tão distintos quanto os geográficos, demográficos e culturais no interior do território brasileiro. Sertão comumente se refere a espaços geográficos e sociais caracterizados por regiões agrestes, não necessariamente áridas, despovoadas, distantes dos núcleos urbanos populacionais (estes às vezes uma referência ao litoral), enfim, áreas do interior do país, onde se preservam costumes e tradições antigas. Tais características frequentemente o identificaram com as áreas inóspitas das regiões agrestes do interior do nordeste e as vastidões do interior pouco habitado do centro-oeste brasileiro, embora a utilização do termo não se restrinja somente às regiões situadas ao norte e nordeste do país. Podemos encontrar a designação de sertão em referência a áreas desérticas ou distantes dos núcleos urbanos centrais em lugares como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Além da caracterização espacial, sertão também remete a questões demográficas e culturais. De modo geral, percebe-se o sertão como lugar inóspito, habitado por indígenas, feras selvagens e homens fortes, capazes de se adaptar à vida difícil da região e a interagirem com o meio.

[289] BERTRAN, Paulo**. A memória consútil e a goianidade**. Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais. Goiania, v. 5, n. 1, jan/jun, 1994.

[290] BERTRAN, Op. Cit.

[291] SALLES, Op. Cit. P. 254.

mineração como geratriz econômica e que correspondesse ao sucesso desta, permitindo a continuidade do progresso da província. Porém, percebe a agropecuária como a possibilidade de superação da crise, baseada na produção de subsistência, entendida aqui entendida pelo autor como uma economia que mal consegue suprir as necessidades básicas da população, havendo um mínimo excedente para comercialização.[292]

Esse quadro de economia de subsistência na primeira metade do século XIX foi lentamente sendo superado, com a gradativa expansão da produção agrícola e da pecuária e alcançou sua consolidação com a inauguração da navegação a vapor no rio Araguaia e da estrada de ferro em Goiás no inicio do século XX. A implantação dessa infraestrutura de transporte permitiu finalmente a alavancada da economia goiana, garantindo a integração desta com o mercado nacional.

[292] FUNES, Eurípides. A.Op. Cit.

Considerações finais

Os primeiros visitantes da colônia glorificaram a exuberância da paisagem, enaltecendo a diversidade da flora e fauna e da abundância de alimentos provenientes da natureza generosa. A fartura de víveres esteve presente nos relatos de cronistas e viajantes ao longo do período colonial, que descreveram com cores vívidas a variedade e a grande quantidade de frutas, legumes e animais disponíveis para garantir o sustento da população. A exploração da terra demandou a criação de redes de abastecimento nas regiões costeiras, organizadas em função das características do empreendimento colonizador, fundado sob a lógica das grandes unidades produtoras monocultoras no nordeste da América portuguesa. Essas narrativas nos remetem aos mitos do Paraiso terrestre e ao País da Cocanha, maravilhas do imaginário medieval resultantes do desejo por fartura, provocado pelas carências alimentares vividas pela sociedade medieval.

Os debates historiográficos voltados à análise das estruturas econômicas vigentes no período colonial acentuaram por vezes as articulações do Exclusivo Metropolitano e por outras a dinâmica da colônia e as peculiaridades do mercado interno. Caio Prado Junior e Celso Furtado, com certas variações, partilharam algumas concepções sobre a produção da colônia, enfatizando o caráter estrutural da colonização, com a produção de gêneros tropicais e riquezas minerais voltadas para o abastecimento da Europa e o mercado interno foi considerado insignificante ou irrelevante, servindo apenas para produzir o mínimo para a subsistência da população. Desta forma, monocultura, latifúndio e escravidão contribuíam para estimular o capitalismo na Europa. Fernando Novais via a colonização como instrumento de poder do Estado português, destinada a auxiliar seu enriquecimento e fortalecimento por meio de mecanismos de submissão econômica e politica.

As abordagens que buscaram explicar os grandes temas da história nacional foram construídas por meio de grandes sínteses e seus autores, baseados nas ideias sobre os ciclos econômicos exportadores, não atentaram adequadamente para a produção interna da colônia. Alguns estudiosos irão inaugurar o pensamento que pretenderá repensar a autonomia interna da colônia, como Flamarion Cardoso e Gorender, atribuindo diferentes graus ao nível de desenvolvimento econômico como, por exemplo, a ideia da Brecha camponesa, um recurso dado pelo fazendeiro ao escravo para produzir seu alimento, minimizando os custos de manutenção e atuando como instrumento de controle sobre a escravaria.

A revisão historiográfica sobre a produção e o mercado interno da colônia foi acentuada e consolidada pela historiografia de Minas Gerais e Rio de Janeiro, além de importante trabalho de Katia Matoso sobre o abastecimento na Bahia. Essas pesquisas irão reelaborar as concepções acerca do abastecimento interno, relativizando a dependência econômica brasileira em relação à metrópole. Os trabalhos de Mafalda Zemella, Myriam Ellis, Alcir Lenharo, Maria Yedda Linhares, Kátia

Mattoso, Francisco Carlos Teixeira da silva, Júnia Furtado, Claudia Maria das Graças Chaves são alguns que pretenderam apresentar a produção interna da colônia sob novas perspectivas. Tais pesquisas, favorecidas pela reelaboração do conceito de fonte historiográfica e pela adoção de novas metodologias, permitiram novas interpretações, dando conta de uma produção agrícola significativa e um mercado interno mais vigoroso do que se imaginava. A história econômica não será mais abordada como um esquema geral que dê conta da realidade brasileira como um todo, mas sob variadas perspectivas, tão diversas quanto as regiões brasileiras.

No século XIX, o Brasil foi o palco de diversas expedições cientificas que pretenderam vasculhar seu interior em busca de novos conhecimentos, além da intenção de satisfazer a curiosidade europeia sobre como se processava a vida nos trópicos. Para isso não pouparam esforços os viajantes estrangeiros, que deixaram registrados em seus diários de viagem informações sobre a paisagem e a população das terras tupiniquins.

Para além da intensão portuguesa de promover estudos sistemáticos que revelassem as riquezas e potencialidades do território, havia o interesse na exploração e descoberta de novas espécies na fauna e flora para estudos científicos e enriquecimento das coleções dos museus europeus. Esses estrangeiros não se eximiram de emitir opiniões sobre os costumes da população, atribuindo a ela juízos de valor pouco elogiosos, como a preguiça, indolência e ociosidade, conferindo aos habitantes a responsabilidade pela situação de desabastecimento que Goiás vivia à época. Todavia, seus testemunhos nos permitem visualizar a produção e o comércio de gêneros, tanto no âmbito interno quanto nas relações econômicas interprovinciais. Suas memórias são importantes na medida em que nos dão a visão de um quadro das condições de vida e dos aspectos econômicos a partir de uma perspectiva europeia, cujos referenciais eram dados pelas ideias de civilização e atraso. Augusto de Saint Hilaire, Luiz D'Alincourt, Emanuel Pohl e George Gardner foram alguns dos muitos estrangeiros que percorreram o Brasil nesse período e deixaram suas observações sobre o comportamento da sociedade brasileira.

As condições do abastecimento na Capitania/Província de Goiás na primeira metade do século XIX também foram motivo de preocupação das autoridades governamentais e da população. Vivendo um período marcado pelo declínio da produção aurífera, até então seu principal sustentáculo econômico, Goiás se viu em busca de um novo reordenamento econômico, vislumbrado pelas autoridades na expansão e consolidação das atividades agropecuárias. As circunstâncias em que se dava a produção de alimentos nesse período, marcada inicialmente pela restrição governamental em razão da prerrogativa da atividade mineradora e posteriormente pelas dificuldades estruturais da Província, favoreceu o surgimento de crises no abastecimento de gêneros.

As dificuldades residiam principalmente nas rudimentares técnicas empregadas no plantio das lavouras e na criação de animais, nas más condições das estradas, que entravavam o escoamento da produção, levando os agricultores ao desânimo, nos constantes ataques indígenas às fazendas, estradas e centros urbanos, trazendo insegurança e desalento, nos altos impostos que incidiam sobre a produção e a comercialização, no preconceito da população contra o trabalho, sempre associado à escravidão e, portanto, ao aviltamento social e nas vicissitudes das intempéries climáticas, sempre presentes para agravar a situação.

Os problemas decorrentes dessas circunstâncias ocasionaram períodos de escassez e por vezes fome declarada, levando a população muitas vezes a comercializar até mesmo aquilo que lhe era reservado ao sustento, buscando nos suprimentos da natureza a saída para a penúria e a fome. O constante incentivo à expansão das lavouras não surtia o efeito desejado, na maioria das vezes, em virtude das dificuldades já mencionadas.

Diversas medidas foram pensadas e aplicadas na tentativa de melhorar a situação. Ao longo de todo o século XIX as autoridades desprenderam esforços para a melhoria da infraestrutura das vias de comunicação, com a implantação da navegação fluvial, que para eles seria a mais importante saída para o escoamento da produção e revitalização econômica da Província e a manutenção das estradas regionais e interprovinciais. Também pretenderam fomentar a melhoria das técnicas de produção agrícola, com o incentivo à busca de melhores equipamentos visando a expansão das plantações. Diversas posturas foram emitidas com o proposito de controlar o abastecimento, como a vigilância sobre os pesos e medidas, fiscalização dos preços e da ação dos atravessadores, bem como a manutenção do monopólio de alguns gêneros com vistas a assegurar que houvesse a adequada oferta de mantimentos a preços justos para a população.

A economia de subsistência persistente na primeira metade do século XIX será superada com a gradativa expansão da agropecuária, favorecida pela implantação da navegação a vapor no rio Araguaia na década de 1870 e da inauguração da Estrada de Ferro em Goiás, assegurando a integração da economia goiana com o restante da nação.

Fontes

ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas.** Tradução de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de**. Anais da Província de Goiás**, 1863. Goiânia: SUDECO, 1979, P. 50

ANTONIL, A. João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas.** Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1982, p. 167.

BARATA, F. J. Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. **Memórias Goianas** I. Goiânia: UCG, pp. 55-94

BRANDÃO, Ambrósio Bernardes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1943.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional/MEC, 1978. Publicado originalmente em 1625.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **"Historia da prouinciasa[n]cta Cruz a que vulgarme[n]te chamam Brasil / feita por Pero Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Illsre s[e]nor Dom Lionis P[ereir]a gouernador que foy de Malaca e das mais partes do Sul na India**". Impresso em Lisboa : na officina de AntonioGonsaluez : vendense em casa de Ioãolopezliureiro na rua noua, 1576. Disponível em: http://purl.pt/121 .

__________________________Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha nestas partes feito por P.º de Magalhaes Gandavo. Manuscrito, 16--.Biblioteca Nacional de Lisboa, Manuscrito, COD-552. 16--.Disponível em: http://purl.pt/211.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil. Principalmente nas províncias do norte e nos Distritos de ouro e do diamante.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

LÉRY, Jean de**. Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

MATTOS, R. J. C. **Corografia histórica da província de Goyaz**. Goiânia: SUDECO, 1979.

POHL, Johann Emmanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. 2v. Rio de Janeiro: INL, 1951.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à província de Goiás.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

SEGURADO, J. T. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás. **Memórias Goianas** I. Goiânia: UCG, pp. 33-54.

SILVA E SOUZA, Luiz A**. Memórias sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyas.** Revista do IHGB, 1849.

SOUZA, Gabriel Soares**. Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Brasiliana, 1971.

THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica**. Trad. de Eugênio Amado, Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia-Edusp, 1978.

Jornais e Revistas

O Correio Oficial, A.H.G.

Matutina Meiapontense. Meiapontense. Topographia d ‘Oliveira. 1830. 15 de junho. N. 3 p. 4

Subsídios para a história da Capitania de Goiás. Correspondências dos governadores da Capitania e outros documentos. (1756-1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1918, p. 268.

Relatórios de Presidentes de Província

Relatório do Presidente de Província Antônio Joaquim da Silva Gomes, 1850. **Memórias Goianas,** nº 5. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852). Goiânia: UCG, 1996.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Rodrigues Jardim. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1836 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. José Assis Mascarenhas. **Memórias Goianas** no 3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1850 o Exmo. Presidente da mesma Província José Olímpio Machado. **Memórias Goianas no5**. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1850-1852). Goiânia: UCG, 1996.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1842 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. **Memórias Goianas** no3. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc., dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986, p.212

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1837o Exmo. Presidente da mesma província, Dr. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Memórias Goianas no5.

Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1835-1843). Goiânia: UCG, 1986.p. 82

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1877 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Antero Cícero de Assis. **Memórias Goianas** no.12. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1875-1889). Goiânia: UCG, 1999.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1848 o Exmo. Vice-Presidente da mesma província Dr. Antônio de Pádua Fleury. **Memórias Goianas** no. 04. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás (1845-1849). Goiânia: UCG, 1996.

Relatório que à Assembleia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1870 o Exmo. Presidente da mesma província Dr. Ernesto Augusto Pereira**. Memórias Goianas** no. 11. Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da Província de Goiás (1870-1874). Goiânia: UCG, 1999.

Bibliografia

AGUIAR, Márcia Gabriela D.; e REIS, João José. "**Carne sem osso, farinha sem caroço**": O motim de 1858 contra carestia na Bahia. IN: Revista de História. São Paulo: FFCH-USP, 1996.

ALENCAR, Maria Amélia de. **Estrutura fundiária em Goiás**. Consolidação e mudança (1850-1910). Goiânia: UCG, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade de Amazonas, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás. (org**.). História Econômica do período colonial.** São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.

ASSIS, Wilson Rocha**. Os moderados e as representações de Goiás na Matutina Meiapontense** (1830 – 18340) Goiânia: UFG, 2007. (Dissertação de Mestrado).

BARROSO, M. E. G. -**Dicionário Aurélio Eletrônico** - V. 1. 3, Editora Nova Fronteira, 1994.

BARREIRO, José Carlos**. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). A propósito do Brasil dos viajantes. In: Revista USP - Dossiê **Brasil dos Viajantes**. No30. SP: USP, 1996.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no planalto central.** Brasília: Solo, 1994.

__________________ **A memória consútil e a goianidade**. Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais. (Goiânia), v. 5, n. 1, jan/jun, 1994.

BORGES, Barsanufo Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

__________________**Goiás: modernização e crise** (1920-1960) Tese de Doutoramento. In: CHAUL, Nasr N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**. Um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo Século XV-XVIII**. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMPOS, Francisco Itami. **Politica agrária**: uma proposta de análise. Revista do ICHL. Goiânia: jan. jun. 1982. Pg.132

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do "Antigo Sistema Colonial"; a preocupação obsessiva com a "extração de excedente". In: José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980.

___________________ **Agricultura escravidão, e capitalismo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

CORREA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850) In: CHAUL, F. N.; RIBEIRO, Paulo. R. (Orgs**.) Goiás: identidade, paisagem e tradição.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

DOLES, Dalísia Elizabeth M. e NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**: História, 1993 (1/2), pp.71-118.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins**. As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século** XIX. Goiânia: Oriente, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 33. Ed. São Paulo: Nacional, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

___________________**. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial**. IN: História da historiografia. Número 02, março, 2009

FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850**: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

FLANDRIN, Jean Louis; MONTANARI, Massimo**. História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLANDRIN, J. L. A distinção pelo gosto. In: **História da vida privada:** da Renascença ao século das luzes**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**. A História de um país imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. No novo mundo, o lugar mais próximo do Paraíso. In: PINHEIRO, Liliana. **O Olhar dos Viajantes**: O Brasil ao natural. São Paulo: Duetto, 2010.

_____________________**Andanças pelo Brasil colonial.** São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

FRANÇA, Maria de Souza. **Povoamento do Sul de Goiás**: 1872-1900. Estudo da Dinâmica da Ocupação Espacial. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1975.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Formação da Família Brasileira sob Regime de Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, 1978.

GUMIERO, Maristela Porfirio da Paz. **Os tropeiros na história de Goiás**. (XVIII - XIX) Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1991. P. 45

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraiso**. São Paulo: Editora Nacional, 1997.

LEME, Fernando Lobo. **A oeste do Império - Dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial**: Um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2005

LENHARO, Alcir**. As tropas da moderação:** o abastecimento da corte na formação política do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993**.**

LINHARES, Maria Yedda Leite**.** História do abastecimento: uma problemática em questão. Brasília: BINAGRI, 1979.

____________________; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Historia da Agricultura brasileira: c**ombates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense 1981. P. 116, 117.

LUCIANI, Fernanda Trindade. Introdução (org.) IN: SOUZA, Gabriel Soares**. Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Editora Hedra, 2010.

MAGALHÃES, Sonia Maria **A mesa de Mariana**: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850) São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

___________________ **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP, 2004.

___________________ **Abastecimento alimentar em Goiás no século XIX: escassez, carestia e fome.** Disponível em: <<www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h10_2.doc>> acessado em: 30/06/2010.

___________________. **Mercando secos e molhados**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 1, p. 114-121, 2008.

____________________ Polemicas sobre o desabastecimento alimentar em Goiás no século XIX. In: MOURA, Denise Aparecida Soares de; CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida**. Consumo e abastecimento na história.** São Paulo: Alameda, 2011.

MILLIET, Sérgio. Jean de Léry. In: LÉRY, **Jean de. Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980

MONTANARI, Mássimo. **A fome e a abundância**. História da alimentação na Europa. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

MOREYRA, Sérgio Paulo**. O olho que vê o mundo**. Boletim goiano de Geografia. V. 7/8 n.1/2 - Janeiro/Dezembro 1987/1988. P. 164

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Carlos Guilherme Mota. (org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1984.

____________________**Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NETO, Antônio Teixeira. **Pequena história da agropecuária goiana**. RIHGG, n.20. (Org.)Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. ASA Editora, 2009.

OLIVEIRA PINTO, O.M. A Zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (Organizador**). As Ciências no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Vol. II, pp.111-173, 1994.

PALLACIN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina**. História de Goiás em documentos:** I Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

_________________ MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia: UCG, 1989.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Folha de São Paulo, 2000.

PEREIRA, Paulo Roberto. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil.** Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Câmara Municipal: um pequeno histórico. IN: Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto (MG): UFOP, 2008.

REIS. João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: A resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Editora Schwarz, 1989.

ROCHA, L. M. (Org.). **Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab, 2001.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.*)*. **História da América Latina. v.II. América Latina Colonial.** São Paulo: Edusp, 1999, p. 471-525.

SALLES, G. V. de. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. (Coleção Documentos Goianos, n. 24) Goiânia: 1992.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Flávio Marcos. **Subsistência e poder**: A politica de abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da**. A morfologia da escassez**: crises de subsistência e politica econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790) Tese de Doutorado em História – UFF, Niterói, 1997

SOUZA, Avanete Pereira. Circuitos internos de produção, comercialização e consumo na América Portuguesa: o exemplo da capitania da Bahia (Século XVIII). IN: MOURA, Denise Aparecida Soares de; CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida**. Consumo e abastecimento na história.** São Paulo: Alameda, 2011.

SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil (1500-1820***)*. 3a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

TIBALLI, E. F. A. **A Expansão do Povoamento em Goiás – Século XIX.** Goiânia: Dissertação de Mestrado, FCHF-UFG, 1991.

VALERI, René. Alimentação. Enciclopédia Einaudi. Homo - **Domesticação e Cultura Materia**l. Lisboa Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 16, 1987, p.190-209.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1990.

Referências eletrônicas

Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Lei de 29 de Novembro de 1832. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso: 22/04/2012

Antigas unidades de medidas portuguesas. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigas_unidades_de_medida_portuguesas. Acesso: 22/04/2012.

http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brasil-ja-e-o-terceiro-maior-exportador-agricola-do-mundo,520500,0.htm. Acesso: 25/07/2011

http://www.agricultura.gov.br/ministerio/gestao-estrategica/projecoes-do-agronegocioAcesso:25/07/ 2011.

Receita Federal – Memória. In:

http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp. Acesso em 23/08/2011 Acesso: 24/10/2011